

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2018

Palmas, TO



GESTORES

CINTHYA ALVES CAETANO RIBEIRO

Prefeita de Palmas

DANIEL BORINI ZEMUNER

Secretário da Saúde

FREDERICO FREDERIQUE SILVÉRIO

Secretário Executivo

JACIELA MARGARIDA LEOPOLDINO

Presidente da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas

Sumário

Equipe Técnica	04
Identificação	05
Rede de Atenção e Vigilância em Saúde e Produção dos Serviços	17
Profissionais do SUS.....	25
Indicadores do SISPACTO	37
Informações sobre Auditorias.....	47
Demonstrativo da Utilização dos Recursos.....	60
Execução da Programação Anual de Saúde 2018	76

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Celestina Rosa de Sousa Barros

Edinelma Lima Batista

Jetro Santos Martins

Juliana Bacoff Flores

Magali Violato Martins

Marley Silva Borba

Nina Maria de Almeida

EQUIPE TÉCNICA

Ana Paula Pereira Braga Lima

Eduardo Moreira Barbosa

Gillian Cristina Barbosa

Juliana Ribeiro Pinto

Juliete Silva Oliveira

Maria Amélia Sousa Silva

Martha Maria Malheiros Alves

Polyana Cavalcante Marconi

Raphael Crisanto de Queiroz Franklin

Ricardo Luiz Rodrigues Lima

Ronnie Peeterson de Aquino Sousa

IDENTIFICAÇÃO

Município: Palmas UF: Tocantins

Secretaria Municipal de Saúde - CNPJ: 24.851.511/0027-14

Secretário: Daniel Borini Zemuner

Data da Posse: 13/08/2018

Telefone: (63) 3218-5612

Email: gabinete.saude.palmas@gmail.com

Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas - CNPJ: 20.184.893/0001-80

Instrumento legal de criação: Lei 2014 de 17 de dezembro de 2013

CNPJ: 20.184.893/0001-80

Presidente: Jaciela Margarida Leopoldino

Telefone: (63) 3218-5248

E-mail: fesppalmas@gmail.com

Fundo Municipal da Saúde - CNPJ: 11.320.420/0001-71

Instrumento legal de criação: Lei nº 141 de 20 de dezembro de 1991

Gestor: Daniel Borini Zemuner

Conselho Municipal da Saúde - CMS

Instrumento legal de criação: Lei nº 142 de 20 de dezembro de 1991

Presidente: Maria Alice de Araújo

Segmento do Presidente: Prestadores de Serviço

Data da última edição: 28/12/2017

Telefone: (63) 3218-5352

Email: cms.saudepalmas@hotmail.com

Conferência Municipal da Saúde

Data da última Conferência: 26 de junho de 2015

Plano Municipal da Saúde (PMS)

Período a que se refere o PMS: 2018-2021

Aprovação no CMS: Resolução nº 006 de 17 de janeiro de 2018

Programação Anual de Saúde (PAS)

Ano a que se refere à PAS: 2018

Aprovação no CMS: Resolução nº 007 de 17 de janeiro de 2018.

Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município de Palmas/TO possui Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos - PCCV único para todos os servidores ocupantes dos cargos de Profissionais da Área de Saúde – Lei Nº 1.417, de 29 de dezembro de 2005 e a Lei nº 1.529, de 10 de maio de 2008 – Cria os Cargos Públicos de Agente Comunitários de Saúde e Agente de Combate às Endemias e institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e dá outras providências. Foi instituída a MESA/SUS/PALMAS, pela Portaria nº 507/SEMUS/GAB, DE 10 DE JUNHO DE 2016, sem prejuízo das atribuições legais da Câmara RH de Negociação Permanente instituída pela Lei Municipal nº 2.065 de 03 de julho de 2014, composta, paritariamente, por representantes da Secretaria Municipal da Saúde e de representantes das entidades/associações sindicais representativas dos servidores, que se reunirão, ordinariamente, todos os meses e, extraordinariamente, sempre que convocados.

INFORMAÇÕES SOBRE REGIONALIZAÇÃO

Compreendida como um “processo de organização das ações e serviços de saúde numa determinada região, visando à universalidade do acesso, a equidade, a integralidade e resolutividade”, a regionalização é um dos princípios orientadores do SUS, definidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8080/90, como eixos estruturantes.

Conforme o Decreto nº 7.508/2011, a regionalização tem por finalidade a integração, organização, o planejamento e a execução das ações e serviços de saúde.

A partir deste preceito, foram estabelecidos vários estudos nas reuniões da Câmara Técnica de Gestão da CIB, em articulação com gestores municipais e técnicos do estado, que compuseram o 3º redesenho de Regionalização definindo as novas regiões de saúde passando de 15 para 8, aprovadas consoante a Resolução CIB- TO nº 161/2012, de 29 de agosto de 2012.

O município de Palmas/TO é responsável pela Gestão de Ações e Serviços Públicos situados no território de Palmas, quais sejam: Atenção Primária, Atenção Secundária, Urgência e Emergência, Prestadores/contratados/conveniados do Município de Palmas. Esta descentralização ocorreu através da Declaração de Comando Único, ratificada pela Resolução CIB nº 159 de 29.08.2012, de acordo com o Decreto Federal de nº 7.508, de 28.11.2011 e através da Resolução – CIB/TO nº 008/2016, de 19.02.2016 a qual dispõe sobre a Atualização da Descentralização da Gestão de Ações e Serviços de Saúde para o município de Palmas – TO, consoante disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução – CIT Nº. 04/2012.

No que lhe concerne, o Estado é responsável pela gestão e oferta dos procedimentos de Média e Alta Complexidade realizados na rede hospitalar própria, conveniada e/ou contratada, bem como, em ambulatorios mantidos nas unidades hospitalares e unidades de apoio. Suas unidades são o Hospital Geral de Palmas – Dr. Francisco Aires, Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos, Hospital Infantil – Dr. Hugo Rocha, LACEN, Hemorrede, Pró-Rim, TFD Estadual e CER – Centro Estadual de Reabilitação, conforme Anexo III da Resolução – CIB/TO nº 008/2016, anexa a este Plano.

APRESENTAÇÃO

O Decreto Presidencial GM/MS nº 7.508/2011 e a Lei Complementar nº 141/12 apontam para a consolidação de uma cultura de planejamento em saúde no SUS. Desse modo, é evidente o investimento no aprimoramento da utilização dos instrumentos que viabilizam esse processo, entre os quais se encontra o Relatório Anual de Gestão, normatizado pela Lei nº 8.142/90 e pela Portaria de Consolidação nº 1/2017, que versa sobre a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde; a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, o Relatório Anual de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde - PAS e orienta eventuais redirecionamentos de ações futuras que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

O Relatório Anual de Gestão tem como propósito apoiar o gestor, permitir a verificação da efetividade alcançada na atenção integral à saúde, subsidiar as atividades de controle e auditoria e contribuir para com a participação social em saúde.

Constitui-se também um instrumento de comprovação da aplicação dos recursos repassados para o Fundo Municipal de Saúde de Palmas. Inclusive, durante o ano, quadrimestralmente foram realizadas as prestações de contas por meio de Audiências Públicas aos quais ocorreram respectivamente nos dias 29 de maio e 26 de setembro de 2018 e 28 de fevereiro de 2019, 1º, 2º e 3º quadrimestres.

Conforme preceitua a Lei Complementar nº 141/2012, os indicadores propostos para o Plano de Saúde devem ser monitorados e avaliados quadrimestralmente para composição do Relatório de Prestação de Contas, e ao final do exercício para a construção do RAG, por meio do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS.

O SARGSUS é uma ferramenta eletrônica criada com o objetivo de dentre outros, de apoiar os gestores municipais na elaboração e envio do RAG ao Conselho de Saúde. Disponibiliza informações para análises estratégicas de monitoramento e avaliação da gestão do SUS a partir de uma base de dados proveniente dos Sistemas de Informação (IBGE, SINAN, SIM, SINASC, SISPACTO, SIOPS, TCU...).

O Relatório Anual de Gestão expressa também o trabalho realizado pela gestão e possibilita a análise, reflexão e recondução de processos e práticas na busca do fortalecimento do SUS, da integralidade do cuidado, da garantia e melhoria no acesso das ações e serviços de saúde, da assistência humanizada entre outros.

INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Gestão é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, conforme o conjunto de metas, ações e indicadores. É também relevante para orientar os eventuais ajustes no Plano de Saúde correspondente e para orientar a elaboração da nova programação anual. Com isso, torna-se a como uma das principais ferramentas para subsidiar o processo de monitoramento e avaliação da gestão do Sistema Único de Saúde.

É um instrumento de grande importância para retroalimentar as equipes dos diversos níveis de atenção à saúde e, desta forma, retomar a importância do processo de ação-reflexão-ação do planejamento.

O município de Palmas organiza a gestão da atenção à saúde administrativamente pela Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Escola Pública de Palmas, com as receitas centralizadas no Fundo Municipal de Saúde – FMS e o controle social realizado pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS.

Na elaboração do presente relatório, utilizou-se a ferramenta eletrônica Sistema de Apoio ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS – www.saude.gov.br/sargsus), cuja alimentação é anual, regular e obrigatória.

Através do RAG 2018 demonstramos os resultados alcançados, e evidenciamos os aspectos que contribuíram para resultado total ou parcial das metas, ações/atividades, os quais são apresentados da seguinte forma: identificação da secretaria; dados da demografia e da morbimortalidade; rede física de saúde, pública e privada prestadora de serviço ao SUS; profissionais do SUS; indicadores de saúde; demonstrativos de utilização de recursos; indicadores das metas/indicadores; atividades da ação da PAS executadas; fontes de recursos; recursos orçamentários previstos; recursos orçamentários executados (empenhados); temporalidade da execução se foi no 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2018. Seguidos, da Análise do Resultado da execução da ação/atividade e a análise da execução orçamentária, e recomendações, incluindo eventuais redirecionamentos.

Conforme preceitua a Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, o referido RAG será enviado ao Conselho Municipal de Saúde, antes do prazo determinado, qual seja, o dia 30 de março do ano seguinte ao ano da execução financeira.

O presente Relatório tem por base as ações constantes do PMS, PPA e PAS– 2018. Demonstrando assim que a gestão procede com um planejamento contínuo de compatibilidade entre os instrumentos de Gestão do SUS e dos Instrumentos de Gestão Governamentais.

DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

Tabela 1 – Aspectos Demográficos

Descrição		Quantitativo
Área da unidade territorial (km²)		2.218,943 km²
População 2010		228.332 (censo)
População Estimada 2011		235.316
População Estimada 2012		242.070
População Estimada 2013		257.904
População Estimada 2014		265.409
População Estimada 2015		272.726
População Estimada 2016		279.856
População Estimada 2017		286.787
População Estimada 2018		291.855
Densidade demográfica		102,90
População por zona de habitação (IBGE/Censo 2010)	Quantidade	%
Rural	6.590	2,89
Urbana	221.742	97,11
População por Raça/Cor (IBGE/Censo 2010)	Quantidade	%
Branca	73.956	41,83
Preta	21.354	8,05
Amarela	5.997	2,26
Parda	126.528	47,67
Indígena	495	0,19
Sem declaração	002	0,00

Fonte: IBGE

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS

Internações por Capítulo CID – 10 e Faixa Etária 1

Município: 172100 Palmas

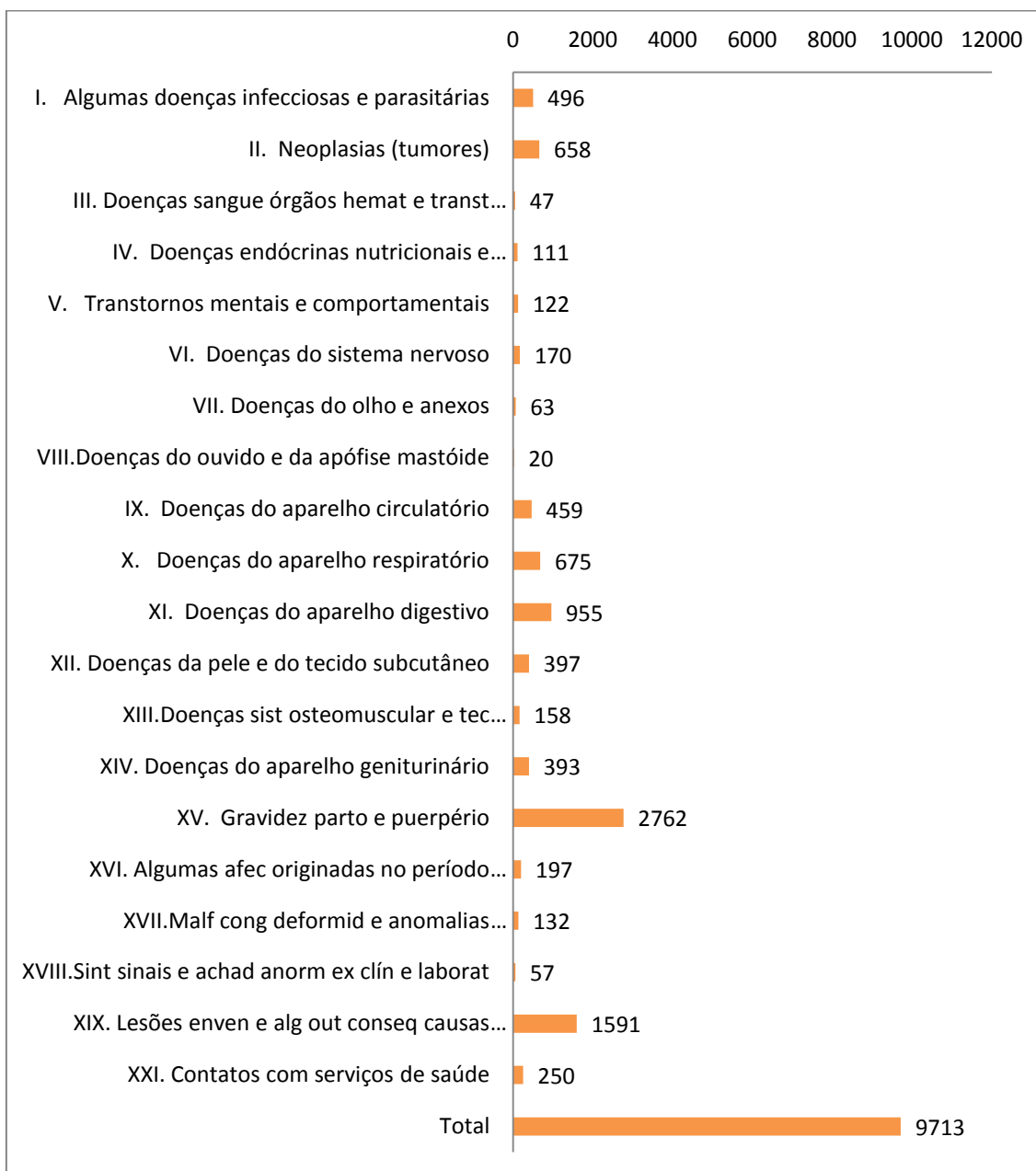
Período: 2018

Tabela 2- Morbidade Hospitalar do SUS – Por Local de Residência – Tocantins

Capítulo CID-10	Menor de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	113	100	56	26	18	33	35	23	30	23	21	18	496
II. Neoplasias (tumores)	3	12	12	24	22	43	73	100	139	126	77	27	658
III. Doenças sangue órgãos hematócrito e transtorno imunitário	4	18	13	1	-	2	2	3	2	-	1	1	47
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	1	5	1	-	7	14	13	20	32	7	9	111
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	1	12	35	21	36	11	2	4	-	122
VI. Doenças do sistema nervoso	16	37	22	7	7	13	13	14	16	13	9	3	170
VII. Doenças do olho e anexos	2	-	3	-	4	6	13	4	7	12	9	3	63
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	7	3	-	-	3	2	2	1	-	-	-	20
IX. Doenças do aparelho circulatório	5	17	9	8	6	27	32	65	79	105	72	34	459
X. Doenças do aparelho respiratório	162	209	81	14	8	18	24	14	29	35	46	35	675
XI. Doenças do aparelho digestivo	31	65	139	41	33	113	141	124	111	95	41	21	955
XII. Doenças da pele e do	22	52	41	11	5	103	35	49	28	18	25	8	397

tecido subcutâneo													
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	3	5	15	9	7	17	30	29	22	13	8	-	158
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	23	32	46	18	16	46	51	61	26	44	20	10	393
XV. Gravidez, parto e puerpério	1	-	-	19	391	1495	782	74	-	-	-	-	2762
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	196	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	197
XVII. Malformações congênita deformidade e anomalias cromossômicas	27	33	35	13	5	7	3	2	5	1	-	1	132
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais exames clínicos e de laboratório	2	5	5	2	3	5	7	11	3	8	6	-	57
XIX. Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	9	46	113	117	105	351	305	220	145	91	54	35	1591
XXI. Contatos com serviços de saúde	1	8	10	11	9	57	81	25	21	20	4	3	250
TOTAL	624	647	608	323	652	2381	1664	869	695	638	404	208	9713

Fonte : Ministério da Saúde – Sistema de Informações hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Morbidade Hospitalar do SUS – Por Local de Residência – Tocantins
Gráfico 1 - Internações de residentes em Palmas - TO, ano 2018


Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), fevereiro 2019.

Análise e Considerações

Dentre as principais causas de morbidade que acometeram a população de Palmas, no ano de 2018, destacam-se a internação por gravidez, parto e puerpério, com 2.762 casos. O que representa 28,4% do total de internações em todo ano em estudo. Outro capítulo que podemos dar destaque é o das causas externas XIX, que é inerente a todos os tipos de violência, como casos de violência interpessoal e autoprovocada, violência no trânsito e transporte. Em 2018, tivemos uma pequena redução no número de casos se compararmos com o ano de 2017, sendo que no ano

de 2018 foram 1.591 casos e em de 2017, 1.740 neste mesmo capítulo, o que significa uma redução no número de casos em 9,3% nestes dois anos. Essa redução na quantidade de casos se deve a intensificação das ações de prevenção e promoção à saúde que vem sendo desenvolvidas pela gestão municipal, dentre as quais podemos citar alguns projetos como o Projeto Vida no Trânsito, capacitações para os profissionais da rede visando à sensibilização e a importância da notificação e acompanhamento da violência, seja ela qual for. Importante ressaltar também, no capítulo II, os casos de neoplasias que tem atingido, em sua maioria, a população adulta, em fase de produtividade. Nesse aspecto, além das campanhas de prevenção, plano de trabalho específico em Palmas vem sendo desenvolvido com base nos principais fatores de risco ao câncer (tabagismo, obesidade, sedentarismo). Essa medida visa reduzir o número de casos novos de câncer, aumentando a expectativa de vida da população de Palmas e reduzindo as neoplasias. Em 2017, tivemos 707 internações e, em 2018, 658 casos.

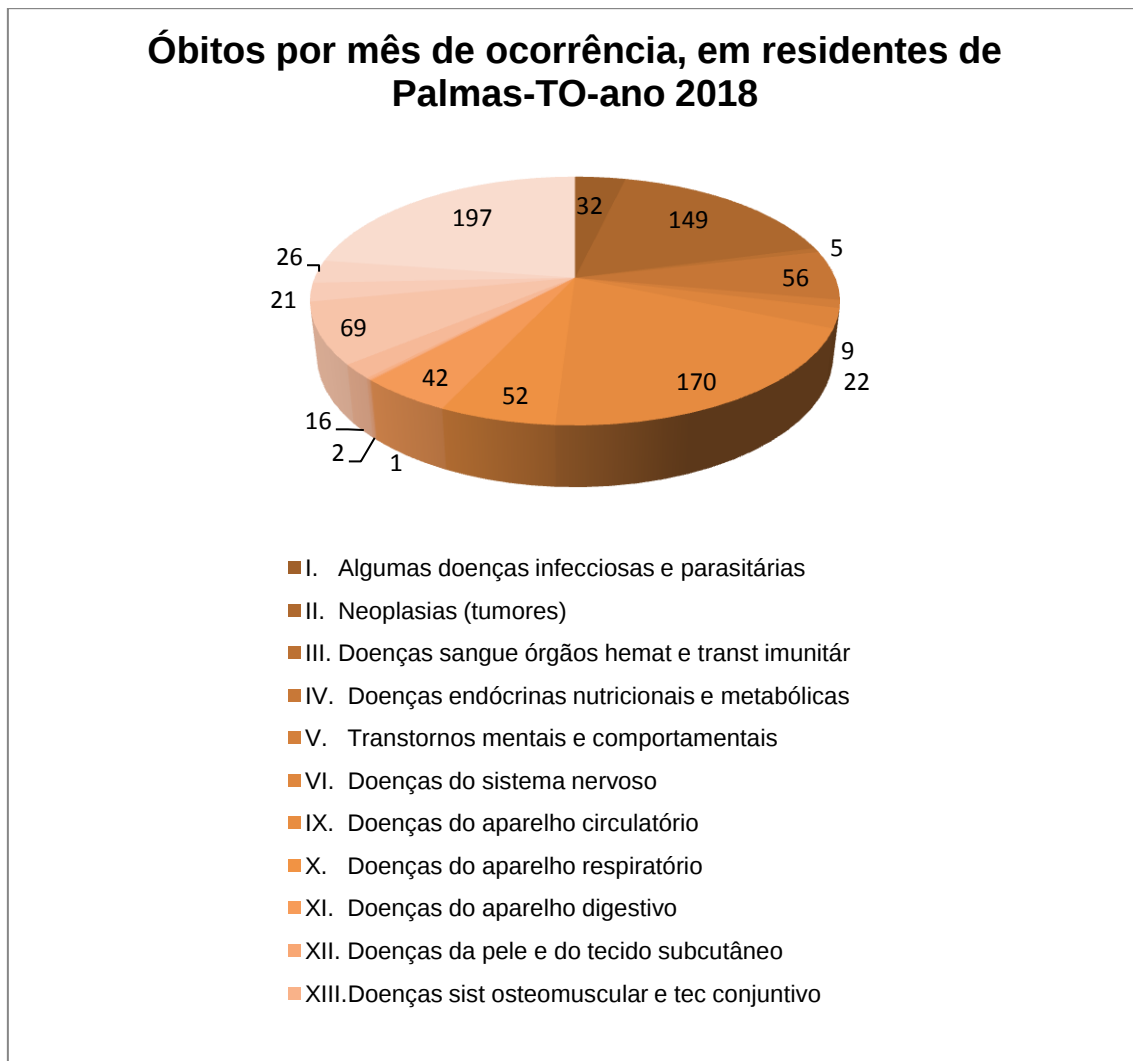
Tabela 3 - Mortalidade - Óbitos - Palmas - Período Janeiro a Dezembro de 2018

Causa Capítulo CID 10	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	4	5	4	3	3	2	3	1	2	4	0	32
II. Neoplasias (tumores)	12	7	10	18	13	9	15	17	23	19	5	1	149
III. Doenças sangue órgãos hematócrito e transtorno imunitário	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7	7	6	2	6	8	3	9	3	4	1	0	56
V. Transtornos mentais e comportamentais	2	0	1	0	2	0	1	0	2	1	0	0	9
VI. Doenças do sistema nervoso	2	2	4	0	2	1	4	1	3	3	0	0	22
IX. Doenças do aparelho circulatório	15	11	18	14	16	19	18	22	13	18	6	0	170
X. Doenças do aparelho respiratório	7	3	3	10	8	5	4	5	3	3	1	0	52
XI. Doenças do aparelho digestivo	6	1	8	4	1	1	4	6	6	1	2	2	42
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	0	0	2	1	0	4	2	1	1	3	2	0	16
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	5	5	7	6	9	13	1	4	5	5	7	2	69
XVII. Malformações congênita deformidade e anomalias cromossômicas	0	3	3	3	3	1	1	5	0	0	1	1	21
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais exames clínicos e de laboratório	3	3	5	4	3	1	1	2	2	2	0	0	26
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	24	13	19	23	21	19	19	16	16	19	4	4	197
Total Geral	85	60	92	89	88	85	77	78	78	81	33	10	869

Fonte: SIM Palmas, com dados de base atualizada em 04 de janeiro de 2019

Mortalidade - Óbitos - Palmas - Período Janeiro a Dezembro de 2018

Gráfico 2 - Número de óbitos, por mês, segundo os capítulos do CID 10, em residentes de Palmas - TO, no ano de 2018



Fonte: SIM, Palmas-TO, 04 de janeiro de 2018

Análise e Considerações

Sobre as causas de óbito no município de Palmas no ano de 2018 as três principais ocorrências foram: 1º Causas externas (197), 2º Doenças do Aparelho Circulatório (170), 3º Neoplasias (149), respectivamente, a seguir estão as Doenças originadas no período perinatal e Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas. Comparando do mesmo período em 2017 as causas principais foram classificadas no grupamento: 1º Doenças do Aparelho Circulatório (229), 2º Causas externas (200), sendo 70 classificados como Acidente de trânsito, 3º Neoplasias (158). O perfil da mortalidade, para o ano de 2018, manteve-se de acordo com os anos anteriores, considerando-se a inversão entre a mortalidade por Causas Externas e as Doenças do Aparelho Circulatório e esperam-se poucas alterações até o fechamento do banco do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O município tem implantado linhas de cuidado que vem sendo discutidas para melhor conduzir cada eixo, visando aprimorar o olhar para prevenção, promoção e reabilitação da saúde da população palmense.

REDE DE ATENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS

A rede de serviços próprios é composta por 73 estabelecimentos, sendo: Rede Própria: 54 unidades assistenciais de saúde e 02 administrativos; Rede Credenciada (prestadores de serviços): 19 de serviços assistenciais de saúde.

Tabela 4 – Estabelecimentos de saúde próprios Cadastrados no CNES

Tipo de Estabelecimento de Saúde					
Central de Gestão em Saúde	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Secretaria Municipal de Saúde de Palmas	2468018	1	1	0	0
Central de Regulação do Acesso	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Complexo Regulador de Serviços de Saúde Municipal	6404375	1	1	0	0
Central de Regulação Médica das Urgências	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Central de Regulação SAMU 192 Palmas	6943624	1	1	0	0
Pronto Atendimento	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Unidade de Pronto Atendimento Norte	2755289	2	2	0	0
Unidade de Pronto Atendimento Sul	2492555				
Centro de Saúde/Unidade Básica	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Centro de Saúde da Comunidade Francisco Júnior	2468093	35	35	0	0
Centro de Saúde da Comunidade 712 Sul	2492504				
Centro de Saúde da Comunidade 806 Sul	2594161				
Centro de Saúde da Comunidade Albertino Santos	2594056				
Centro de Saúde da Comunidade 1304 Sul	2492490				
Centro de Saúde da Comunidade Satilo Alves de Sousa	5165210				
Centro de Saúde da Comunidade Valéria Martins Pereira	2594064				
Centro de Saúde da Comunidade 403 Norte	2467941				
Centro de Saúde da Comunidade José Luiz Otaviani	2467976				
Centro de Saúde da Comunidade 406 Norte	2467895				
Centro de Saúde da Comunidade 409 Norte	9140301				
Centro de Saúde da Comunidade 405 Norte	6276474				
Centro de Saúde da Comunidade 603 Norte	2492717				
Centro de Saúde da Comunidade 503 Norte	2492709				
Centro de Saúde da Comunidade Morada do Sol	2467933				
Centro de Saúde da Comunidade Alto Bonito	2468042				
Centro de Atenção Inclusiva Francisca Brandão Ramalho	9422994				
Centro de Saúde da Comunidade Prof. Isabel Auler	9400435				
Centro de Saúde da Comunidade Eugênio Pinheiro da Silva	3035077				
Centro de Saúde da Comunidade Aurenny II	2467984				
Centro de Saúde da Comunidade Liberdade	2492695				
Centro de Saúde da Comunidade Laurides Lima Milhomem	2468077				
Centro de Saúde da Comunidade Novo Horizonte	2468085				
Centro de Saúde da Comunidade Bela Vista	2467879				
Centro de Saúde da Comunidade Taquari	5314240				
Centro de Saúde da Comunidade Santa Bárbara	2492725				
Centro de Saúde da Comunidade José Hermes Rodrigues Damaso	2468034				

Centro de Saúde da Comunidade Walter Pereira Morato	2492520				
Centro de Saúde da Comunidade Mariazinha Rodrigues da Silva	2468123				
Centro de Saúde da Comunidade José Lúcio de Carvalho	7138164				
Centro de Saúde da Comunidade Loiane Moreno Vieira	7154992				
Centro de Saúde da Comunidade 508 Norte	3258017				
Centro de Saúde da Comunidade Santa Fé	2492512				
Centro de Saúde 108 Sul	6372082				
Centro de Saúde da Comunidade Walterly Wagner José Ribeiro	2468131				
Centro de Atenção Psicossocial	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
CAPS AD III – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas	6061478	2	2	0	0
CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial	2467968				
Clínica/ Centro de Especialidade	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Núcleo de Assistência Henfil	2467925				
CREFISUL – Centro de Referência em Fisioterapia da Região Sul	7759290	3	3	0	0
CEO – Centro de Especialidades Odontológicas	2492547				
Policlínica	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Ambulatório Municipal de Atenção a Saúde Dr Eduardo Medrado	5504694				
Policlínica 108 Sul	2492768				
Policlínica da Região Norte	2492482	5	5	0	0
Policlínica de Taquaralto	2492563				
Complexo de Atenção à Saúde – CAS	5922917				
Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia (Sadt Isolado)	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Laboratório da SEMUS	2467909	2	2	0	0
Laboratório Regional de Prótese Dentária de Palmas	6425348				
Unidade de Vigilância em Saúde	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Centro de Controle de Zoonoses	2467860				
CEMUV – Central Municipal de Vacina	3738965	3	3	0	0
Vigilância Sanitária	2467852				

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde – CNES

Tabela 5 – Outros estabelecimentos de saúde cadastrados no CNES

Tipo de Estabelecimento de Saúde					
Clínica/ Centro de Especialidade	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Aequilibrium	7563299				
Instituto de Oftalmologia do Tocantins	6881491				
Clínica de Olhos Yano LTDA	7015267				
Clínica de Olhos Dr ^a Josenylda	7326807	7	7	0	0
Oftalmoclínica Visão	2359561				
Vision Laser	7024010				
Neuromed	7774796				
Unidade de Apoio e Diagnóstico e Terapia (Sadt Isolado)	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla

Arai, Kaminishi & Costa Diagnósticos	3110982	10	10	0	0
CDA Palmas-Centro Diagnostico em anatomia patologia	5921597				
Techcapital	7551983				
Medimagem	7327684				
Biolab	6524516				
Laboratório São Gabriel	7521901				
Ética Laboratório	2593122				
Laboratório Rede Exemplo	3473457				
Labexato Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	6349609				
Laboratório Mais Saúde	5268117				
Cooperativas	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Coopanest	8006946	1	0	0	1
Centro de Saúde/Unidade Básica	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Liga Feminina	6831419	1	1	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Tabela 6 - Unidade com Esfera Administrativa Federal

Unidade de Atenção à Saúde Indígena	CNES	Total	Municipal	Estadual	Dupla
Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins	6968449	1	1	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Informamos que a Policlínica da Região Norte e Complexo de Atenção à Saúde – CAS encontram-se inativados.

Informamos, também, que a Unidade de Atenção à Saúde Indígena é uma unidade de esfera administrativa federal, cadastrada como gestão municipal por estar localizada no Distrito Sanitário do Município de Palmas e que o Centro de Saúde/Unidade Básica, Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer é uma entidade de esfera administrativa privada, sem fins lucrativos.

Tabela 7 - Produção dos serviços de Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Procedimentos	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Procedimentos Clínicos	168.552	184.451	166.821	519.824
Consulta Médica da Estratégia de Saúde da Família	99.519	108.247	103.560	311.326
Consulta Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família	49.502	54.940	47.553	151.995
Consulta Cirurgião-dentista da				

Estratégia de Saúde da Família	19.531	21.264	15.708	56.503
Procedimentos com finalidade diagnóstica	15.012	17.757	22.613	55.382
Diagnostico por Teste Rápido	10.783	13.137	17.546	41.466
Coleta de Material	4.229	4.620	5.067	13.916
Ações de promoção e prevenção em saúde	47.356	58.341	50.023	155.720
Ações coletivas/individuais em saúde	46.299	56.349	48.771	151.419
Vigilância em Saúde	1.057	1.992	1.252	4.301
Total de procedimentos realizados nesse período	230.920	260.549	239.457	730.926

Tabela 8 - Produção dos Serviços de Saúde da Atenção Secundária

PROCEDIMENTOS	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
01 AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE	8.542	6.184	9.934	24.660
Ações coletivas/individuais em saúde	4.434	4.308	3.697	12.439
Vigilância em saúde	4.108	1.876	6.237	12.221
02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA	494.534	513.588	528.435	1.536.557
Coleta de material	201	305	838	1.344
Diagnóstico em laboratório clínico	412.627	440.710	452.911	1.306.248
Exames citopatológicos	3.763	4.646	5.135	13.544
Exames anatomopatológicos	1.304	763	139	2.206
Diagnóstico por radiologia	27.294	26.367	29.019	82.680
Diagnóstico por ultrassonografia	3.943	3.110	3.014	10.067
Diagnóstico por tomografia computadorizada	627	324	526	1.477
Diagnóstico por ressonância magnética	918	514	598	2.030
Diagnóstico por endoscopia – Colonoscopia	51	0	0	51
Diagnóstico por endoscopia – Esofagogastroduodenoscopia	551	0	25	576
Diagnóstico por endoscopia – Retossigmoidoscopia	43	0	0	43
Diagnóstico por endoscopia – Cistoscopia	8	0	0	8
Diagnóstico por endoscopia – Videolaringoscopia	659	0	328	987
Diagnóstico em cardiologia	6.101	5.966	6.381	18.448
Diagnóstico em ginecologia-obstetrícia	50	68	68	186
Diagnóstico em neurologia	134	263	470	867
Diagnóstico em oftalmologia	25.935	20.194	14.720	60.849
Diagnóstico em otorrinolaringologia/fonoaudiologia	756	621	513	1.890

Diagnóstico em urologia	21	0	0	21
Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental (Exames relacionados a doenças e agravos de notificação compulsória)	175	20	20	215
Diagnóstico por teste rápido (teste realizado fora da estrutura de laboratório)	9.373	9.717	13.730	32.820
03 PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	668.775	595.058	732.507	1.996.340
Consultas médicas especializadas	20.003	19.990	18.709	58.702
Consultas de outros atendimentos realizados por profissionais de níveis superior	153.141	145.081	156.613	454.835
Atendimento pré-hospitalar de urgência (SAMU 192)	19.314	22.698	23.376	65.388
Consulta/Atendimento às urgências (em geral)	231.425	208.204	214.203	653.832
Atendimento/Acompanhamento psicossocial	16.610	18.883	17.215	52.708
Atendimentos de enfermagem (em geral)	216.045	171.106	290.856	678.007
Fisioterapia	7.881	6.223	8.938	23.042
Tratamento de doenças do aparelho da visão	53	108	158	319
Tratamento de doenças da pele e do tecido subcutâneo	39	65	15	119
Tratamentos odontológicos	4.251	2.696	2.265	9.212
Terapias especializadas (terapias do aparelho geniturinário e práticas integrativas e complementares)	13	4	159	176
04 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS	7.577	6.379	8.961	22.917
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	5.455	4.491	7.358	17.304
Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	111	102	121	334
Cirurgia do aparelho da visão	739	762	307	1.808
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	4	0	0	4
Cirurgia do sistema osteomuscular	1	0	0	1
Bucomaxilofacial	1.267	1.024	1.175	3.466
05 ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS	160	143	0	303
Prótese total mandibular	61	52	0	113
Prótese total maxilar	99	91	0	190
06 AÇÕES COMPLEMENTARES DA ATENÇÃO À SAÚDE	420	420	591	1.431
Ajuda de custo	0	0	3	3
Deslocamento	420	420	588	1.428
TOTAL DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO	1.180.008	1.121.772	1.280.428	3.582.208

Fonte: SIA/SUS

As produções do 1º e 2º quadrimestres foram atualizadas com suas referidas competências e a produção do 3º quadrimestre refere-se às competências dos meses de Setembro, Outubro e Novembro. A produção do mês de Dezembro será disponibilizada pelo DATASUS/Ministério da Saúde no mês de Fevereiro.

Ressaltamos que o registro da produção acima é somente das unidades de saúde da Atenção Secundária, não constando a produção das unidades de saúde da Atenção Primária,

devido à mudança na forma de registro/faturamento dessas unidades a partir da competência Junho/2017.

Abaixo, a quantidade de **consultas médicas por especialidade**, realizadas no 1º e 2º quadrimestres e nas competências Setembro, Outubro e Novembro de 2018, nas unidades de saúde da Atenção Secundária.

Tabela 9 - Quantidade de consultas médicas por especialidade

PROCEDIMENTO	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
Consulta em Acupuntura	0	0	402	402
Consulta em Angiologia	121	116	197	434
Consulta em Cardiologia	1.266	2.259	1.539	5.064
Consulta em Cirurgia Cabeça e Pescoço	95	94	122	311
Consulta em Cirurgia Geral	993	1.382	882	3.257
Consulta em Cirurgia Pediátrica	300	509	451	1.260
Consulta em Clínica Médica	2.290	1.494	934	4.718
Consulta em Coloproctologia	154	255	260	669
Consulta em Dermatologia	968	981	812	2.761
Consulta em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	5	236	229	470
Consulta em Endocrinologia	1.424	1.325	1.260	4.009
Consulta em Gastroenterologia	537	641	776	1.954
Consulta em Geriatria	65	64	136	265
Consulta em Ginecologia e Obstetrícia	831	1.221	1.207	3.259
Consulta em Mastologia	140	127	199	466
Consulta em Nefrologia	0	0	92	92
Consulta em Neurologia	547	544	619	1.710
Consulta em Nutrologia	51	70	70	191
Consulta em Oftalmologia	4.941	3.837	2.792	11.570
Consulta em Ortopedia	1.552	1.624	1.613	4.789
Consulta em Otorrinolaringologia	1.310	252	769	2.331
Consulta em Pediatria	416	561	691	1.668
Consulta em Pneumologia	23	38	137	198
Consulta em Psiquiatria	117	448	576	1.141
Consulta em Reumatologia	555	586	717	1.858
Consulta em Urologia	1.302	1.326	1.221	3.849
TOTAL	20.003	19.990	18.703	58.696

Fonte: SIA/SUS

Tabela 10 - Pacientes Atendidos pelo Tratamento Fora Domicílio – TFD

PACIENTES ENCAMINHADOS VIA TFD HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA E HOSPITAL DOM ORIONE				
ESPECIALIDADES	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
Radioterapia	-	-	-	-
CRAFT	01	02	02	05
Cirurgia Bariátrica	02	02	04	08
Exame teste do suor	03	08	07	18
Embolização de Aneurisma Cerebral	01	-	01	02
Cirurgia Pediátrica	22	07	01	30

Cirurgia Cardíaca	01	09	07	17
Cirurgia Ortopédica	-	-	-	-
Cirurgia Urológica	-	02	01	03
Arteriografia	-	-	01	01
Gastroenterologia Pediátrica	-	-	01	01
Total	30	30	25	85

Fonte: DASS-SEMUS, fevereiro de 2019

Tabela 11 - Quantitativo de passagens e ajuda de custo ofertados em 2018

SERVIÇO	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
Ajuda de custo	-	-	26	26
Passagem	120	122	96	338

Fonte: DASS-SEMUS, fevereiro de 2019

O TFD visa proporcionar o deslocamento do paciente quando o serviço não é ofertado pelo município.

Tabela 12- Demandas da Ouvidoria do SUS

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
DEMANDA	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
Recebidas	208	305	299	812
Concluídas	160	264	328	752
Pendentes	149	142	113	404
OUVIDORIA SUS – SISTEMA OUVIDOR SUS				
DEMANDA	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
Recebidas	469	468	263	1.200
Concluídas	454	492	278	1.224
Pendentes	132	93	78	303
DEMANDA GERAL DAS OUVIDORIAS				
DEMANDA	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.	TOTAL
Recebidas	677	773	562	2.012
Concluídas	614	756	606	1.976
Pendentes	281	235	191	707

Fonte: DASS-SEMUS, fevereiro de 2019

Ressaltamos que, das 606 (seiscentas e seis) demandas concluídas no 3º quadrimestre, 408 (quatrocentas e oito) foram recebidas e concluídas nesse mesmo período e 198 (cento e noventa e oito) referem-se às demandas recebidas em outros quadrimestres e finalizadas no 3º quadrimestre de 2018.

Tabela 13 - Tipificação das demandas recebidas

Reclamações	353
Solicitação	142
Denúncia	41
Pedido de Informação	37
Elogio	09
Sugestão	02

Fonte: DASS-SEMUS, fevereiro de 2019

Tabela 14 - Áreas mais questionadas

Superintendência de Atenção Primária em Saúde	290
Gerência de Ações Territoriais e Atenção Primária em Saúde	211
Vigilância Sanitária em Saúde	41
Gerência de Controle de Zoonoses	38
Diretoria de Atenção Secundária em Saúde	165
Gerência de Atenção Secundária em Saúde	54
Gerência de Regulação	80
Assistência Farmacêutica	31
Diretoria de Executiva do fundo Municipal de Saúde	38
Centro Logística	38

Fonte: DASS-SEMUS, fevereiro de 2019

Tabela 15 - Maiores questionamentos

Falta de atendimento Odontológico nos Centro de Saúde
Falta de material odontológico
Fluxo de agendamentos de consultas nos Centros de Saúde
Falta de Médicos nos Centros de Saúde
Falta de atendimento sala de vacina
Mau atendimento nos Centros de Saúde, principalmente na recepção
Falta de vacinas
Falta de insumos
Falta de medicamentos;
Atendimento farmácias nos Centros de Saúde
Mau atendimento de médicos
Falta de médicos especializados
Demora no agendamento de consultas especializadas e exames
Visitas dos agentes de endemias

Fonte: DASS-SEMUS, fevereiro de 2019

PROFISSIONAIS DO SUS

Em 31 de dezembro de 2018, a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Escola de Palmas contavam com um total de 2.698 servidores, destes: 2.603 servidores municipais, sendo: (efetivos – 2.491, efetivo-comissionados – 08, contratos temporários – 74 e comissionados – 30), 54 estaduais, 26 federais cedidos a esta municipalidade através de Convênios, sendo 15 oriundos do Programa Mais Médicos para o Brasil distribuídos nas Unidades de Saúde, FESP e Sede.

Ressaltamos que na data supracitada esta Pasta contava também com um quantitativo de 15 estagiários, 46 jovens empreendedores (RENAPSI), 471 bolsistas integrantes do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde da Fundação Escola de Saúde Pública, bem como 317 servidores/bolsistas, este quantitativo já está contido no número de servidores descritos no parágrafo acima. O total geral de trabalhadores do SUS é de 3.261.

Segue abaixo detalhamento dos quantitativos descritos acima:

Tabela 16 - Quantitativo de Servidores por Vínculos e Entes (Nível Superior)

Cargo	Municipal			Estadual		Federal		Total
	Efetivo	Efetivo/ Comissionado	Contrato	Efetivo	Contrato	Efetivo	Seleção	
Analista de Recursos Humanos	03		-	-	-	-	-	3
Analista de Sistemas	01	-	-	-	-	-	-	1
Analista em Saúde /Assistente Social	21	-	03	-	-	-	-	24
Analista em Saúde/ Biólogo	07	01	-	-	-	-	-	8
Analista em Saúde /Biomédico	12	-	-	-	-	-	-	12
Analista em Saúde /Educador Físico	01	-	-	-	-	-	-	1
Analista em Saúde /Enfermeiro	148	-	01	-	-	-	-	149

Analista em Saúde Farmacêutico/Bioquímico	40	-	06	-	-	-	-	46
Analista em Saúde /Fisioterapeuta	21	-	-	-	-	-	-	21
Analista em Saúde /Fonoaudiólogo	08	-	-	-	-	-	-	8
Analista em Saúde /Inspetor Sanitário	20	02	-	-	-	-	-	22
Analista em Saúde /Médico	162	-	27	-	-	-	-	189
Analista em Saúde Médico Veterinário	01	-	-	-	-	-	-	1
Analista em Saúde /Nutricionista	06	-	-	-	-	-	-	6
Analista em Saúde /odontólogo	77	01	01	-	-	-	-	79
Analista em Saúde /Psicólogo	17	01	02	-	-	-	-	20
Analista em Saúde Terapeuta Ocupacional	03	-	-	-	-	-	-	3
Analista Técnico /Administrativo	03	-	-	-	-	-	-	3
Arquiteto	02	-	-	-	-	-	-	2
Assistente Social	03	-	-	01	-	-	-	4

Biólogo	01	-	-	-	-	-	-	1
Contador	02	-	-	-	-	-	-	2
Cirurgião Dentista	-	-	-	26				26
Economista	01	-	-	-	-	-	-	1
Enfermeiro	-	-	-	11	-	-	-	11
Engenheiro	04	-	-	-	-	-	-	4
Fisioterapeuta	-	-	-	01	-	-	-	1
Fonoaudiólogo	03	-	-	-	-	-	-	3
Médico	-	-	-	04	-	04		8
Nutricionista	01	-	-	01	-	-	-	2
Psicólogo	04	-	-	-	-	-	-	4
Professor de Dança	01	-	-	-	-	-		1
Total	573	05	40	44	00	04	00	666

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 17 - Quantitativo de Servidores por Vínculos e Entes (Nível Médio)

Cargo	Municipal			Estadual		Federal		Total
	Efetivo	Efetivo/ Comissionado	Contrato	Efetivo	Contrato	Efetivo	Contrato	
Agente do Tesouro Municipal	00	01	-	-	-	-	-	01
Assistente Administrativo	50	-	-	-	-	-	-	50
Programador de computador	01	-	-	-	-	-	-	01
Técnico administrativo Educativo	01	-	-	-	-	-	-	01
Técnico em Saúde – Agente de Vigilância Sanitária	24	-	-	-	-	-	-	24
Técnico em	68	-	-	-	-	-	-	68

Saúde – Assistente Administrativo								
Técnico em Saúde – Assistente de Serviços em Saúde	149	01	12	-	-	-	-	162
Técnico em Saúde – Auxiliar de Consultório Dentário	42	-	01	-	-	-	-	43
Técnico em Saúde – Protético Dentário	03	-	-	-	-	-	-	03
Técnico em Saúde – Técnico em Enfermagem	452	-	10	-	-	-	-	462
Técnico em Saúde – Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	07	-	-	-	-	-	-	07
Técnico em Enfermagem	-	-	-	05	-	-	-	05
Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	07	-	-	-	-	-	-	07
Total	797	02	23	05	00	00	00	827

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 18- Quantitativo de Servidores por Vínculo e Entes (Nível Fundamental)

Cargo	Municipal			Estadual		Federal		Total
	Efetivo	Efetivo/Comissionado	Contrato	Efetivo	Contrato	Efetivo	Contrato	

Agente Administrativo Educacional	01	-	-	-	-	-	-	1
Agente de Combate a Endemias	183	01	-	-	-	-	-	184
Agente Comunitário de Saúde	487	-	01	-	-	-	-	488
Agente de Manutenção	10	-	06	-	-	-	-	16
Agente de obras e Serviços	04	-	-	-	-	-	-	04
Agente de Saúde Pública	-	-	-	-	-	09	-	09
Atendente	-	-	-	-	-	03	-	03
Auxiliar Administrativo	19	-	-	-	-	-	-	19
Auxiliar de Enfermagem	-	-	-	04	-	01	-	05
Auxiliar de Laboratório	-	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	15	-	-	-	-	-	-	15
Auxiliar de Serviços em Saúde	-	-	-	01	-	-	-	01
Auxiliar Saneamento	-	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar em Saúde - Auxiliar Administrativo	65	-	-	-	-	-	-	65
Auxiliar em Saúde - Auxiliar de Enfermagem	31	-	-	-	-	-	-	31

Auxiliar em Saúde - Auxiliar de Serviços em Saúde	27	-	-	-	-	-	-	27
Auxiliar em Saúde - Auxiliar de Serviços Gerais	111	-	04	-	-	-	-	115
Condutor de Lancha	-	-	-	-	-	01	-	01
Guarda de Endemias	-	-	-	-	-	05	-	05
Mecânico	03	-	-	-	-	-	-	03
Motorista	72	-	-	-	-	-	-	72
Operador De Maquinas Pesadas	02	-	-	-	-	-	-	02
Vigia	11	-	-	-	-	-	-	11
Visitador Sanitário	-	-	-	-	-	01	-	01
Total	1041	01	11	05	00	22	00	1080

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Dentre o quantitativo de servidores municipais temos também os servidores à disposição via convênio ou à disposição com ônus para o órgão de origem, à disposição com ônus ao órgão requisitante, Mandato Classista, Licença para Tratar de Interesse Particular (LIP) e os afastados os quais estão em Processo Administrativo Disciplinar - PAD, conforme tabela abaixo:

Tabela 19 - Quantitativo de servidores a disposição e afastados por LIP ou PAD por cargo

Cargo	Municipal					Total
	A disposição	A disposição com ônus	Mandato Classista	LIP	Servidores afastados - PAD	
Analista em Saúde/ Assistente Social	01	-	-	-	-	01
Agente Comunitário de Saúde	-	-	-	02	-	02
Agente de	-	-	-	01	-	01

Combate as Endemias						
Agente de Manutenção	-	-	-	01	-	01
Analista em Saúde/Biólogo	01	-	-	-	-	01
Analista em Saúde /Biomédico	01	-	-	01	-	02
Analista em Saúde /Enfermeiro	05	-		01	-	06
Analista em Saúde /Farmacêutico/ Bioquímico	01	-	01	01	01	04
Analista em Saúde /Fonoaudiólogo	-	-	-	-	01	01
Analista em Saúde /Fisioterapeuta	02	-		02	-	04
Analista em Saúde /Médico	02	-	01	10	02	15
Analista em Saúde /Médico Veterinário	-	-		01	-	01
Analista em Saúde /Odontólogo	-	01	-	01	-	02
Analista em Saúde /Psicólogo	01	-		02	-	03
Analista em Saúde /Terapeuta Ocupacional	-	-	-	01	-	01
Analista de Técnico-Administrativo	01	-	-	-	-	01
Assistente Administrativo	-	01	-	-	-	01
Auxiliar em	-	03	-	-	-	03

Saúde/Auxiliar de Serviços em Saúde						
Auxiliar em Saúde/Auxiliar de Serviços Gerais	-	01	-	02	01	04
Auxiliar em Saúde /Auxiliar Administrativo	-	-	-	01	-	01
Engenheiro	-	-		01	-	01
Fonoaudiólogo		-		-	01	01
Motorista	-	02	-	02	-	04
Psicólogo	01	01	-	-	-	02
Técnico em Saúde/ Assistente Administrativo	-	02	-	01	01	04
Técnico em Saúde /Assistente de Serviços em Saúde	-	02	-	01	-	03
Técnico em Saúde/ Auxiliar de Consultório	-	01	-		-	01
Técnico em Saúde/ Técnico em Enfermagem	-	02	01	03	-	06
Técnico em Saúde /Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	01	-	-	-	-	01
Vigia	02	-	-	-	-	02
Total	16	16	06	35	07	80

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 20 - Quantitativo de servidores comissionados por cargo

Cargo	Quantidade
Secretário Executivo	01
Assessor em Procedimento Sanitário	01

Assessor Executivo	01
Assessor Executivo I	03
Assessor Jurídico	02
Assessor Técnico I	01
Assessor Técnico II	04
Assistente de Gabinete I	06
Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento	01
Coordenador de Ações Estratégicas e Promoção a Saúde	01
Diretor	03
Gerente	05
Gerente de Gestão	01
Total	30

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 21 - Quantitativo de bolsistas por programa, projeto, núcleo ou ação

Programa/Projeto/Núcleos/Ações	Quantidade Bolsista
Farmácia Viva	01
NEJS	02
NUCOM	08
NUPEC	30
NUPEC – Oftalmologia	04
NUPOPS	02
NUT	12
Palmas Livre Hanseníase	01
Palmas para Todos	113
Palmas que te acolhe	07
PEP APS – Formação	09
PEP-MAC Difusão	01
PEP-VS Formação	01
PET Palmas	03
PIRS – Difusão	34
PIRS – Difusão Medicina	09
PIRS – Formação	138
PIRS – Formação Medicina	43
PIRS – Formação	13
PMEPS	01
Projeto de Entomologia	01
Regularização Fundiária	25
Qualifica RAVS	13
Total	471

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 22 - Quantitativo de servidores bolsistas por programa ou projeto

Programa/Projeto	Quantidade Servidor/Bolsista
Consultório na Rua	03
NEJS	02
NUCOM	02
NUPEC	47
NUPOPS	01
Palmas Livre Hanseníase	01
Palmas para Todos	02
PEP APS – Coordenadores	01
PEP APS – Difusão	08
PEP APS – Formação	139
PEP-GRAS Difusão	04
PEP-MAC NEU	02
PEP-VS Difusão	06
PEP-VS Formação	34
PET Palmas	01
PIRS – Coordenações medicina	02
PIRS - Difusão	40
PIRS – Difusão Medicina	13
Projeto de Entomologia	01
Qualifica RAVS	09
Total	317

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Obs.: Esse quantitativo está contido na tabela de servidores de nível superior, médio ou fundamental

Tabela 23 - Quantitativo de estagiários

Função	Quantidade
Estagiário	46

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 24 - Quantitativo de médicos vinculados ao Programa Mais Médicos para o Brasil

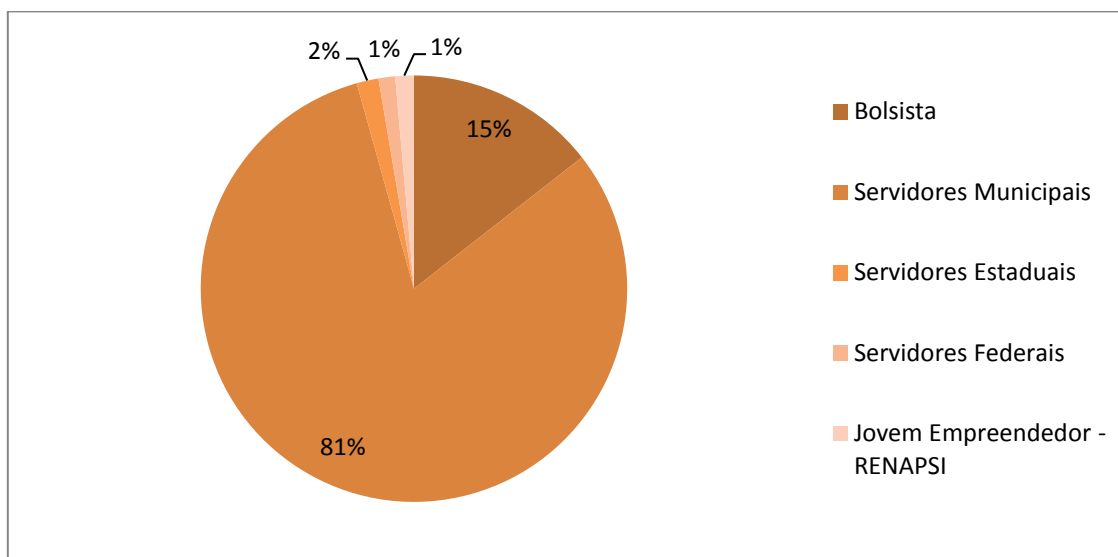
Função	Quantidade
Médico	15

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 25 - Quantitativo de jovens empreendedores vinculados ao RENAPSI

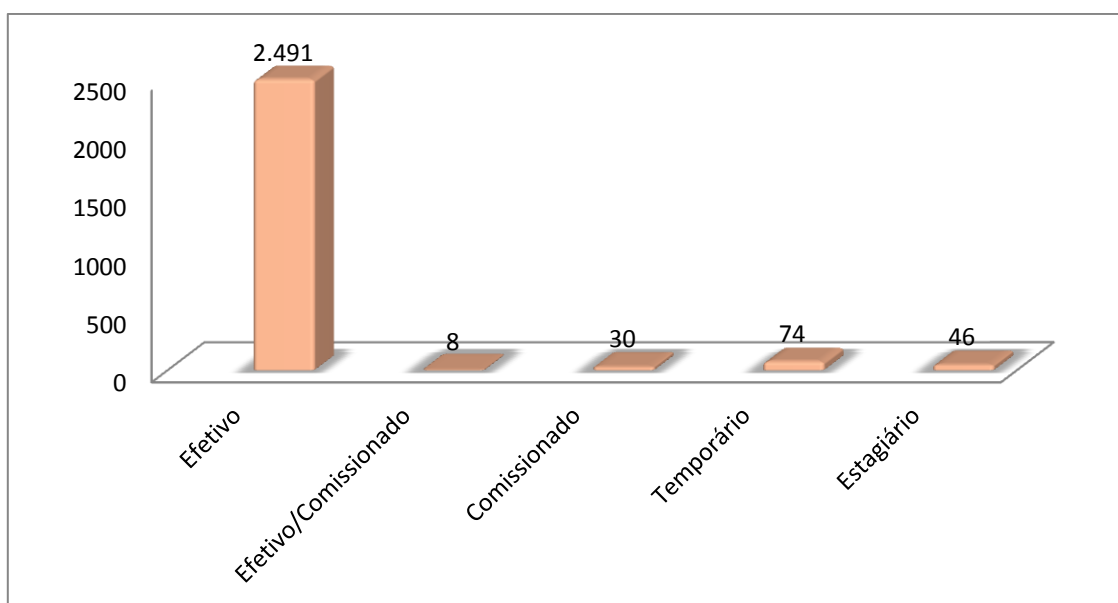
Função	Quantidade
Jovem Empreendedor	46

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Gráfico 3 - Profissionais por entes

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Vale ressaltar que dentre os servidores municipais 2.491 são profissionais de carreira, 08 efetivos que exercem cargos comissionados, inclusive o Secretário Municipal da Saúde.

Gráfico 4 - Servidores Municipais

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

Tabela 26- Quantitativo geral trabalhadores do SUS

	Efetivo	Efetivo/ Comissio onado	Comissio nado	Contrato /Seleção	Estagiário	Bolsista	Total Geral
Bolsista	-	-	-	-	-	471	471

Servidores Municipais	2491	08	30	74	46	-	2649
Servidores Estaduais	54	-	-	-	-	-	54
Servidores Federais	26	-	-	-	15	-	41
Jovem Empreendedor - RENAPSI	-	-	-	46	-	-	46
Total							3.261

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas da SEMUS, janeiro de 2019

PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA DE INDICADORES

A partir da publicação da Resolução CIT nº 08/2016 foi iniciada a pactuação dos indicadores para o ano de 2017. De acordo Pactuação Interfederativa 2017-2021, foram estabelecidos 23 indicadores para os anos de 2017 a 2021, conforme decisão tomada na reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite em 24 de novembro de 2016 e publicado no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2016, por meio da referida Resolução. Os indicadores, relacionados às diretrizes nacionais, são compostos por 21 indicadores universais, ou seja, de pactuação comum e obrigatória e 02 indicadores específicos, de pactuação obrigatória levando em consideração as especificidades de cada território.

A pactuação municipal foi aprovada na Comissão Intergestores Regional - CIR Capim Dourado em 05 de fevereiro de 2018 e no Conselho Municipal de Saúde no dia 14 de março de 2018, conforme Resolução nº 0018/2018.

Tabela 27 - Pactuação Interfederativa dos Indicadores/2018

Nº	Tipo	Indicador	Meta Pactuada 2018	Resultados Alcançados				Unidade	Considerações
				1º Quad/ 2018	2º Quad/ 2018	3º Quad/ 2018	Resultado 2018		
1	U	Taxa mortalidade prematura (30 a 69) pelo conjunto das 4 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	197/100 mil	36,31/100 mil	92,61/100 mil	44,49/100 mil	173,42/100 mil	Taxa	Indicador superado. Este indicador deve ser de tendência decrescente e polaridade negativa (quanto menor melhor) é calculado a partir do banco de dados do SIM (Sistema de Mortalidade). Para o cálculo, foram utilizados os dados atualizados até o dia 20/12/18. Até esta data o preenchimento do relatório, com as declarações de óbito (DO's) de dezembro ainda não tinham sido completamente codificadas e informadas no SIM. Como o mesmo fica em aberto para alterações por até dois anos, a taxa encontrada poderá ser alterada posteriormente, à medida que forem sendo codificadas e corrigidas. Até o momento, ocorreram 191 óbitos prematuros (30 a 69 anos) pelas principais causas de DCNT's, considerando a população estimada de 2015 de 110.137 mil habitantes na mesma faixa etária, o que equivale a uma taxa de 173,42/100 mil habitantes.
2	U	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49) anos investigados	98	21,8	21,8	36	80	%	Indicador não alcançado. Foram 81 óbitos de mulheres em idade fértil em 2018 (dados parciais), sendo que 16 (20,0%) ainda aguardam conclusão da investigação. Assim 80,0% dos óbitos de MIF foram investigados até esse momento. Óbitos ocorridos no terceiro trimestre têm prazo de 120 dias para terem sua investigação concluída, o que faz com que esse dado ainda melhore no final do primeiro trimestre de 2019 quando as análises das investigações e a correção do banco de dados seja concluída.
		Proporção de registro de óbitos com causa básica							Indicador não alcançado. Em 2018 ocorreram 869 óbitos (dados parciais), pois ainda existem declarações de óbito que estão em processo de

3	U	definida	97	80,06	80,06	82,60	82,50	%	codificação e digitação. Foram 326 por CMD do capítulo XVIII (15CMD), 341 (7CMD) e 202 (4CMD) por quadrimestre respectivamente. E, classificados como garbage (dentre todos os capítulos) foram 152 (57 garbage), (65 garbage) e (30 garbage). Óbitos ocorridos e com causa básica de óbito declarado como mal definida do capítulo XVIII e os garbage de todos os capítulos ainda estão sendo investigados ou em processo de análise e de correção no banco de dados. O percentual parcial de básicas mal definidas de óbito anual é de 17,5%.
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário nacional de Vacinação para Criança menores de dois anos de idade - Pentavalente (3º dose), Pneumocócica 10-valente (2º dose), Poliomielite (3º dose), Tríplex viral (1 dose) com cobertura vacinal preconizada.	75	0,0	0,0	0,0	0,0	%	Indicador não alcançado. As coberturas vacinais são influenciadas por diversos fatores. Atualmente identifica-se nos municípios alguns fatores que identificam nos nossos indicadores de cobertura: 1. Registros inadequados das doses aplicadas no sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações. 2. Sensação de segurança por parte da população tendo em vista que a maioria das doenças imunopreveníveis estão sob controle no nosso país. 3. Dificuldade de acesso às salas de vacina municipais devido à falta de vacinadores e horário de funcionamento diferente do horário de funcionamento do centro de saúde. 4. Mitos relacionados à administração de vacinas. 5. Falta de envolvimento de toda a equipe da atenção básica no planejamento das ações de imunização. 6. Falta de conhecimento da população infantil do território e falta da busca ativa das crianças com cartão de vacina em atraso. 7. Número reduzido de profissionais de enfermagem (técnicos de enfermagem), gerando falhas no atendimento nas salas de vacina. 8. Falhas no sistema de informação SIPNI, dificultando o registro das doses.
5	U	Proporção de casos de doenças notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após	85	87,5	90	89,3	89,3	%	Indicador alcançado. Os grupos condutores tem se esforçado para o fechamento oportuno das notificações. Em observação as definições do Ministério da Saúde, qualificando assim o banco de dados com informações mais precisas através das investigações realizadas.

		notificação							
6	U	Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	92,5	91	91,4	89,6	89,6	%	Indicador não alcançado, pois é levado em consideração a coorte de tratamento que corresponde a 1 ano para pacientes paucibacilar e 2 anos para pacientes em tratamento multibacilar (a contar da data do diagnóstico). Durante o período analisado obteve-se um total de 457 pacientes curados, porém o número de abandono foi de 43 pacientes. A recusa de pacientes ao tratamento por diversos motivos como: pacientes em vulnerabilidade, usuários de drogas, moradores sem residência fixa e etilista, tem sido uma barreira na continuidade do mesmo. Dessa forma, ressalta-se a continuidade das ações que buscam diminuir essa quantidade de pacientes em abandono. Observa-se também um aumento no número de pacientes de outros municípios que realizam tratamento em Palmas, porém não realizam o acompanhamento correto por residirem em outro lugar. A SUPAVS atua monitorando mensalmente os casos através de boletins mensais, onde é solicitado aos territórios a realização do acompanhamento de doses e itens pendentes, como a realização do exame de contatos e avaliação do grau de incapacidade na cura e monitoramento de pacientes em provável abandono. Além de ações em conjunto com os territórios, o Projeto "Palmas Livre da Hanseníase", tem incentivado e capacitado os profissionais no diagnóstico e manejo correto desses pacientes, para que os mesmos tenham cuidado integral da saúde.
7	E	Número de casos autóctones de malária	0,01/1000	0	0	0	0	NºAbs	O indicador para malária em 2018 é de "Manter a Incidência Parasitária Anual (IPA) da malária autóctone em Palmas menor ou igual a 0,01/1.000 habitantes". Tendo em vista que não houve ocorrência de casos de malária por transmissão autóctone em Palmas/TO no ano de 2018, o indicador foi alcançado com sucesso. Neste período foram notificados 494 casos suspeitos de malária, e destes, 09 casos apresentaram diagnóstico positivos (seis por <i>Plasmodium vivax</i> e três por <i>Plasmodium</i>

									<i>falciparum</i> + <i>Plasmodium vivax</i>). Os nove pacientes tiveram origem importada, 01 caso teve origem do Amapá, 02 do Pará, 02 de Roraima, 01 de Rondônia, 01 do Maranhão, 01 de Guiana Inglesa e 01 da Venezuela.
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	10	31	13	48	48	NºAbs	Indicador não alcançado. O 1º quadrimestre de 2018 apresentou um aumento de 130% comparado com o mesmo período do ano anterior. A incidência ficou em torno de 11,77. Neste ano foram diagnosticadas 128 gestantes na rede primária de saúde (nos CSC) do município, contra 102 gestantes em 2017, indicando uma ampliação na captação precoce destas gestantes. Mesmo o município ampliando o número de profissionais capacitados em testagem rápida e disponibilizando capacitações através do PMEPS sobre o manejo adequado da Sífilis (adquirida, gestacional e congênita), permanecem as dificuldades no acompanhamento e tratamento adequado dos casos notificados. Dentre as dificuldades encontradas citamos o uso de álcool e outras drogas, baixo nível de escolaridade, não adesão das parcerias sexuais ao tratamento e a mudança contínua de local de moradia onde não permite a criação de vínculos entre pacientes e CSC. Isso se dá devido o boom nacional, consequente aumento de diagnósticos no início do ano e diminuição após manejo e atuação do serviço.
9	U	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	0	0	0	0	0	NºAbs	Indicador alcançado. O município de Palmas não registra nenhum caso de HIV em menores de 5 anos desde 2012. Este indicador avalia a qualidade da assistência ao pré-natal, o manejo/monitoramento das gestantes com HIV e criança exposta. A ausência de casos deve-se principalmente ao trabalho em parceria entre Henfil, Hospital e Maternidade Dona Regina e Centros de Saúde da Comunidade.
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos	100	149	84,8	101,60	115,98	%	Indicador alcançado. O objetivo é manter em 100% da proporção das análises dos parâmetros. Este indicador avalia a proporção de amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro

		parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.							residual livre e turbidez, analisadas conforme determinado pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, inferindo a qualidade da água consumida pela população. O percentual de análises realizadas no 3º quadrimestre superou a meta, e no exercício de 2018, superou em 15,98% a meta de manter em 100% a proporção das análises.
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,80	0,16	0,35	0,43	0,43	Razão	Indicador em aberto ainda. O indicador em questão deve ser calculado pelo número de citologias realizadas no período de setembro a dezembro, entretanto o DATASUS só forneceu até o momento do fechamento deste relatório, os dados de set/out. Considerando que a razão é cumulativa tem-se que entre janeiro a outubro deste ano foram realizados um total de 8.539 citologias, o que corresponde a 0,43 (53,7% da meta pactuada para o ano).
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população de determinado local e população da mesma faixa etária.	0,33	0,09	0,22	0,3	0,3	Razão	Indicador em aberto ainda. O indicador em questão deve ser calculado pelo número de mamografias realizadas no período de setembro a dezembro, entretanto o DATASUS só forneceu até o momento do fechamento deste relatório, os dados de set/out. Considerando que a razão é cumulativa tem-se que entre janeiro a outubro deste ano foram realizados um total de 1.577 mamografias, o que corresponde a 0,3 (90,9% da meta pactuada para o ano).
13	U	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	45	41,15	40,63	40,8	40,8	%	Indicador não alcançado. Este indicador tem como objetivo avaliar a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto, contudo, ressaltamos que o mesmo sofre influência da assistência ao parto na maternidade e a escolha do tipo de parto pela gestante, sendo assim o resultado alcançado foi de 40,8%. Algumas estratégias estão sendo adotadas pela gestão para enfrentamento do problema, sendo elas: a construção da Casa de Parto Normal (CPN) que tem como objetivo a organização da rede de atenção materno infantil; fortalecimento da oferta do curso de preparação ao parto com ênfase nas boas práticas ao parto e ao nascimento; visita guiada à maternidade permitindo a

									vinculação ao local de parto; orientação individual no pré-natal; grupos de gestantes; articulação entre o grupo condutor materno infantil e residência obstétrica como estratégia para aumentar a proporção de partos normais.
14	U	Proporção de gravidez na adolescência de 10 a 19 anos	13	11,58	10,81	11,6	11,6	%	Indicador alcançado. Em análise dos últimos quadrimestres, constatamos que o índice de gravidez na adolescência tem se mantido abaixo da meta pactuada. Este resultado satisfatório foi alcançado em virtude das ações voltadas à saúde sexual/ reprodutiva realizadas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), com ênfase nas ações do PSE.
15	U	Taxa de mortalidade infantil	10	9,15	10,39	11,2	11,2	Taxa	Indicador não alcançado. A mortalidade infantil ainda é um problema de saúde pública a ser enfrentado em todo país, comparando os dados do primeiro, segundo e terceiro quadrimestres obtivemos aumento do indicador. As principais iniciativas realizadas no município para conseguir reduzir a morte infantil foram: fortalecimento da cobertura da Estratégia Saúde da Família e NASF's, ações voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança, investigação e discussão dos óbitos infantis, Programa Nacional de Imunizações (PNI), incentivo ao aleitamento materno, incentivo ao parto normal, garantia do acesso e qualidade ao pré-natal na Atenção Primária, bem como novas tecnologias como atendimento compartilhado com a equipe multiprofissional e formação secundária com especialistas na Atenção Primária. Como estratégias de enfrentamento à mortalidade infantil estão a organização da linha de cuidado materno infantil, utilizando ferramentas fundamentais como qualificação das ações na assistência da puericultura, educação permanente, clínica ampliada e equipe multiprofissional.

16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	3	0	0	0	0	Nº Abs	Indicador alcançado. Não houve nenhum óbito materno por causa evitável no período, mantendo-se assim o valor abaixo do pactuado. Tal indicador está associado a qualidade do Pré-natal. Destaca-se que o município pauta suas atividades de acordo com o preconizado pela Rede Cegonha.
17	U	Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Atenção Básica.	100	99,85	100	100	100	%	Indicador alcançado. Atualmente a atenção primária de Palmas é composta por 86 Equipes de Saúde da Família, 74 Equipes de Saúde Bucal, 01 Equipe de Consultório na Rua, 15 Equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), distribuídas em 34 Centros de Saúde da Comunidade, perfazendo uma cobertura de 100%. Buscando ampliar o acesso e oferta dos serviços de saúde, expressando a centralidade da atenção básica no Sistema Único de Saúde como ordenadora e coordenadora da Rede de Atenção à Saúde com vistas a favorecer a capacidade resolutiva bem como os processos de territorialização e regionalização.
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	80	12,35	79,52	79,52	79,52	%	Indicador parcialmente alcançado. Na área da Saúde, 10.869 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 8.643 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 79,52%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 72,76%. Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde muito bom, acima da média nacional. Para manter esse desempenho, a equipe da gestão municipal do PBF pode realizar ações de orientações às famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço; e planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não

									acompanhadas pela saúde. Também é importante se organizar para registrar mensalmente as informações sobre as gestantes identificadas. As informações de descumprimento das condicionalidades de saúde e de situação nutricional das famílias devem servir de base para a articulação intersectorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias.
19	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal.	100	84,21	85,41	89,02	89,02	%	Indicador parcialmente alcançado. Apesar de um aumento gradativo do indicador no 2º e 3º quadrimestre, ainda não foi possível alcançar a cobertura de 100%, entretanto, encontra-se em fase de planejamento e estruturação o funcionamento das demais equipes onde faltam saúde bucal visto que o município já havia apresentado ao Conselho Municipal de Saúde – CMS e Comissão Intergestora Bipartite-CIB, aguardando apenas a habilitação do ministério da saúde destas equipes, tendo alcançado resposta positiva do ministério em Outubro/2018 através de portaria publicada credenciando novas equipes para que se alcance o resultado de 100% de cobertura.
20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo 6 grupos de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	100	100	100	100	100	%	Indicador alcançado. O cadastro de estabelecimentos sujeitos à VISA ao final do ano de 2018 estão cadastrados 2.681 estabelecimentos na Vigilância Sanitária de Palmas; inspeção em estabelecimentos sujeitos à VISA; Foram inspecionados 2.441 estabelecimentos de interesse sanitários, sendo licenciados 2.198; atividades educativas para população e setor regulado; Foram realizadas palestras educativas para as escolas, universidades e empresários produzindo um público de 895 ouvintes em 2018; recebimento de denúncias e atendimento de denúncias; Foram recebidas em 2018, o número de 147 denúncias em 2018, foram atendidas e concluídas 138 estando ainda 67 em atividades de resolução dos objetos das denúncias; instauração de processo administrativo sanitário.

									Foram instaurados em 2018, 80 processos administrativos sanitários, sendo julgados e concluídos 283 processos.
21	E	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	100	100	100	100	100	%	Embora os dados do 3º quadrimestre não tenham sido disponibilizados pela coordenação dos serviços, considerando a fórmula de cálculo do indicador, o quantitativo mínimo de matriciamentos por CAPS junto às equipes de Atenção Básica foi atingido já no 2º quadrimestre, quando o total de matriciamentos atingiu 31 ações.
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	04	00	01	00	01	Nº Abs	Indicador não alcançado. Entretanto, as visitas domiciliares obtiveram um índice de 61,8% de inspeções em relação ao total que deveria ter sido vistoriado no 3º quadrimestre (101.375 imóveis visitados). A visitação e vistoria domiciliar compreende as ações de vigilância às arboviroses, através do manejo ambiental e da informação em saúde sobre o vetor, Aedes Aegypti.
23	U	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	95	99	100	99	99	%	Indicador alcançado. Em 99% das fichas de notificação tiveram o campo ocupação preenchido.

Notas: U- Universal; E- Específico; NP – Não pactuado; Nº Abs – Número absoluto

INFORMAÇÕES SOBRE AUDITORIAS

A auditoria do SUS é um dos instrumentos de controle interno que tem a finalidade de contribuir com a gestão por meio da análise dos resultados das ações e serviços públicos de saúde. Conforme o disposto no artigo 197 da Constituição Federal de 1988: são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, portanto, a auditoria é de extrema importância na gestão da saúde pública, em razão que trata-se de informações que precisam ser cuidadosamente extraídas, trabalhadas e interpretadas. O entendimento de auditoria é muito amplo e consiste na ação de confrontar determinada condição com um critério preestabelecido, que se configura com a situação ideal para que se possa opinar ou comentar a respeito de algo ou alguma situação. A sociedade exige que a gestão pública de saúde tenha mais efetividade, gerando melhores resultados em seu benefício, garantindo o acesso, a oferta de serviços de qualidade à população e a transparência da aplicação dos recursos públicos. Para tanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) deve aprimorar seus instrumentos de controle interno, entendidos como monitoramento, avaliação e auditoria – que se completam numa lógica sistêmica, mas não se confundem, por possuírem conceitos e atribuições próprias.

O Sistema Nacional de Auditoria - SNA é responsável por coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o território nacional, em cooperação técnica com estados, municípios e Distrito Federal. Esse Sistema foi criado em 1990, pela Lei nº 8.080 e regulamentado pelo Decreto nº 1.651, de 29 de setembro de 1995.

O Sistema de Informação de Auditoria do SUS – SISAUD/SUS é uma ferramenta criada para fortalecer a gestão de serviços da auditoria e facilitar a integração entre as equipes de auditoria das três esferas de governo. O Sistema permite: O planejamento de ações de auditoria, visitas técnicas e cooperações técnicas; administração de pessoal pela gestão do SNA; elaboração de relatórios de auditoria e assinatura online; fluxo, disponibilização e análise técnica dos relatórios; monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas. É função da Auditoria do SUS contribuir com um processo de trabalho que venha ser transparente e acessível a todos em sua funcionalidade.

Auditorias cadastradas no SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS – SISAUD/SUS. Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações expressa informações sobre: UF/município/demandante/órgão responsável pela auditoria/ nº auditoria/finalidade/unidade auditada/encaminhamentos (recomendações e determinações).

Segue abaixo as auditorias realizadas no ano de 2018, as quais foram devidamente apresentadas durante as audiências públicas de prestações de contas dos 1º, 2º e 3º

quadrimestres/2018. Ressaltamos foram devidamente cadastradas no Sistema Nacional de Auditoria do SUS – SISAUD/SUS, bem como anexadas na íntegra no Sistema SARGSUS.

UNIDADE FEDERATIVA: Estado do Tocantins.

MUNICÍPIO: Palmas 171

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – Tocantins

SETOR RESPONSÁVEL: Componente Municipal de Auditoria da Secretaria de Saúde de Palmas.

Auditorias iniciadas no 1º quadrimestre/2018 (01/01/2018 A 31/04/2018)

Extraordinárias (solicitadas).

Ordinárias (programadas).

Auditoria Extraordinária

Auditoria nº 169 /2018

Demandante: Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde – SUPAVS da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas.

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Auditoria Extraordinária perante solicitação da Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde – SUPAVS, em atenção às irregularidades apontadas no relatório da coordenadora de campo Krahô da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas.

Abrangência: 25/01/2018 à 23/02/2018.

Empresa: Laboratório dos Trabalhadores - Análises Clínicas Ltda ME.

Conclusão: Considerando Relatório Técnico 01/2018/SEMUS/SUPAVS/LABORATÓRIO MUNICIPAL, realizado pela biomédica Edith Ione Araujo Pontes, CRBM - 3º região - 556 (anexo) constatou-se que o laboratório não segue a Portaria nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011, no que se refere ao item 3 - Do Fluxograma Laboratorial da Sífilis, onde versa: “Os testes não treponêmicos, utilizados no fluxograma, devem ser realizados em amostra não diluída e na amostra diluída 1/8 para evitar eventual resultado falso-negativo, decorrente de fenômeno prozona”, realizando o teste apenas em amostra não diluída, e realizando diluição apenas quando esta se apresenta positiva. No que tange ao resultado do exame da paciente supracitada fica comprovado que ocorreu erro de digitação quando verificado os registros dos exames realizados, sem nenhuma rasura.

Considerando, documentação que consta nos autos do processo de trabalho da Auditoria, constatou que os exames Laboratoriais apresentados consta com o prazo de liberação ultrapassando o prazo estabelecido, em desacordo com contrato de credenciamento nº 02/2017, Item 3.6.5 Para a entrega dos resultados dos exames de análises clínicas o prazo é de 24 horas conforme Instrução Normativa n 323 de 03 de junho de 2014,(folha 92) dos autos. Para a realização dos exames de urgência e emergência o prazo é de 02 horas na realização dos mesmos nas dependências da Credenciada, conforme proposta da empresa (folha 141) Exames

Laboratoriais: Paciente A. L.N Código da paciente 81798, data da coleta 28/09/2017, assinado em 10/10/2017, totalizando nove dias úteis. Código da paciente-81798, data da coleta 09/11/2017, assinado em 17/11/2017, totalizando seis dias úteis. Assim, apesar da empresa apresentar controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ), Controle Externo de Qualidade (CEQ), Procedimentos Operacionais Padrões - POPs, dentre outros documentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes, é mister adotar providências para sanar as não conformidades detectadas, em razão do estabelecimento se encontrar em discordância com a Portaria e o contrato nos itens mencionados acima.

Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico e do posto de coleta tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises. Diante do exposto recomendamos:

Recomenda-se que a empresa que atenda os itens que estão em desacordo com a Portaria/MS/GM nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011 e o Contrato de Credenciamento 02/2017.

Recomenda-se que a COMEC - Comissão Especial de Credenciamento que seja tomada as providências cabíveis quanto ao não cumprimento do contrato.

Recomenda-se a DASS que seja analisada a possibilidade do acompanhamento dos serviços de análises clínicas quanto a qualidade dos serviços prestados (credenciados) por profissional que possua capacidade técnica na área específica.

Recomenda-se a SUPAVS que estabeleça o fluxo quanto a realização de teste rápido em todas as gestantes conforme recomendação do Ministério da Saúde, Nota Técnica Conjunta Nº 391/2012/SAS/SVS/MS, DE 02 de novembro de 2012.

Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizerem necessárias.

Auditoria Ordinária

Auditoria nº 170/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Rede Exemplo de Laboratório Ltda – EPP/ Rede Exemplo de Laboratórios/Análises Clínicas para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 17/04/2018.

Empresa: Rede Exemplo de Laboratório Ltda – EPP/ Rede Exemplo de Laboratórios/Análises Clínicas.

Conclusão: A empresa apresenta controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ), Controle Externo de Qualidade (CEQ), Certificado de Responsabilidade Técnica, Alvará Sanitário, Alvará de Localização e Funcionamento sendo estes instrumentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes.

Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico e do posto de coleta tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises.

Portanto é de suma importância que todas as empresas credenciadas observem a Portaria GM/MS nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações.

Recomendação esta, art. 1º Fica determinado que as instituições de saúde públicas e privadas utilizem o “Fluxograma Laboratorial da Sífilis”.

Diante do exposto recomendamos:

Recomenda-se que a empresa observe a Portaria/MS/GM nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011.

Recomenda-se que a COMEC – Comissão Especial de Credenciamento para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Este é o Relatório Final de Auditoria Ordinária.

Auditoria nº 171/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Biolab Laboratório Clínico Eireli EPP – BIOLAB /Análises Clínicas, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 18/04/2018.

Empresa: Biolab Laboratório Clínico Eireli EPP – BIOLAB /Análises Clínicas.

Conclusão: O Relatório Preliminar foi concluído em 18/04/2018, aguardando documentação para análise e posterior conclusão do Relatório Final, em virtude do prazo estabelecido pela auditoria, o mesmo constará no relatório do segundo quadrimestre.

Auditoria nº 172/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Labexato Laboratório de Análises Clínicas LTDA. LABEXATO, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 19/04/2018.

Empresa: Labexato Laboratório de Análises Clínicas LTDA. LABEXATO.

Conclusão: O Relatório Preliminar foi concluído em 19/04/2018, aguardando documentação para análise e posterior conclusão do Relatório Final, em virtude do prazo estabelecido pela auditoria, o mesmo constará no relatório do segundo quadrimestre.

Auditoria nº1 73/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Ética Laboratório Eireli EPP – ÉTICA, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 19/04/2018.

Empresa: Ética Laboratório Eireli EPP – ÉTICA.

Conclusão: A empresa apresenta controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ), Controle Externo de Qualidade (CEQ), Certificado de Responsabilidade Técnica, Alvará Sanitário, Alvará de Localização e Funcionamento sendo estes instrumentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes. Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico e do posto de coleta tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises.

Portanto é de suma importância que todas as empresas credenciadas observe a Portaria GM/MS nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações. Recomendação esta, art. 1º Fica determinado que as instituições de saúde públicas e privadas utilizem o Fluxograma Laboratorial da Sífilis.

Diante do exposto recomendamos:

- Recomenda-se que a empresa observe a Portaria/MS/GM nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011.
- Recomenda-se que a COMEC - Comissão Especial de Credenciamento para conhecimento e providências que fizer necessárias.
- Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Este é o Relatório Final de Auditoria Ordinária.

Auditoria nº 174/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Braun e Silva Ltda -ME – Laboratório Mais Saúde, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 19/04/2018.

Empresa: Braun e Silva Ltda -ME – Laboratório Mais Saúde.

Conclusão: O Relatório Preliminar foi concluído em 19/04/2018, aguardando documentação para análise e posterior conclusão do Relatório Final, em virtude do prazo estabelecido pela auditoria, o mesmo constará no relatório do segundo quadrimestre.

Auditoria nº 175/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Riguel Ltda ME, Centro Diagnóstico em Anatomia Patológica – CDA, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 20/04/2018.

Empresa: Riguel Ltda ME, Centro Diagnóstico em Anatomia Patológica – CDA

Conclusão: O Relatório Preliminar foi concluído em 20/04/2018, aguardando documentação para análise e posterior conclusão do Relatório Final, em virtude do prazo estabelecido pela auditoria, o mesmo constará no relatório do segundo quadrimestre.

Auditoria nº 176/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria por amostragem na veracidade das informações constantes no Relatório Anual de Gestão (RAG).

Abrangência: 09/03/2017 a 20/04/2018.

Conclusão: O Relatório Preliminar foi concluído em 20/04/2018, aguardando documentação para análise e posterior conclusão do Relatório Final, em virtude do prazo estabelecido pela auditoria, o mesmo constará no relatório do segundo quadrimestre.

Auditoria nº xxx/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria operacional tendo por objeto atender Portaria DET Nº 366/SEMUS/GAB/ASSEJUR, de 04 de Abril de 2018, a qual determina a realização de procedimento de auditagem a todos os casos notificados e confirmados de Sífilis Congênita no âmbito municipal.

Abrangência: 09/03/2017 a 20/04/2018.

Conclusão: Em fase de análise de documentação para elaboração do Relatório Preliminar e posterior conclusão do Relatório Final.

Tabela 28 - Estatística - Acompanhamento Auditorias (2017)

Nº	Auditado	Auditoria Nº	Relatório de Acompanhamento
1	Agentes Comunitário de Saúde - ACS	Auditoria nº 168	Relatório Acompanhamento 02/01/2018
2	Angiomed Rádio Diagnósticos	Auditoria nº 160	Relatório Complementar 04/01/2018
3	IOP – Instituto Ortopédico de Palmas	Auditoria nº 153	Relatório Acompanhamento 21/02/2018
4	Techcapital Diagnósticos & Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda.	Auditoria nº 154	Relatório Acompanhamento 01/03/2018
5	COT- Clínica Ortopédica do Tocantins	Auditoria nº 155	Relatório Acompanhamento 09/04/2018

Fonte: Núcleo de Auditoria/SEMUS

No 2º Quadrimestre de 2018 (01/05/2018 a 31/08/2018) foram realizadas auditorias com o objetivo de atender a Portaria DET Nº366/SEMUS/GAB/ASSEJUR, de 04 de Abril de 2018. E considerando a Portaria REV Nº 598/SEMUS/GAB/ASSEJUR, de 13 de junho de 2018 que revoga a mesma.

AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA

Auditoria nº 179 /2018

Demandante: Assessoria Jurídica - ASSEJUR da Secretaria Municipal de Saúde referente solicitação do Ministério Público Estadual

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Auditoria na Rede de Atenção Psicossocial, em atendimento a demanda oriunda da Assessoria Jurídica - ASSEJUR, da Secretaria Municipal de Saúde referente solicitação do Ministério Público Estadual para auditar a implantação e implementação da Rede de Atenção Psicossocial.

Abrangência: 14/08/2018 à 17/08/2018.

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Conclusão: O Relatório Preliminar foi concluído em 17/08/2018, aguardando documentação para análise e posterior conclusão do Relatório Final, em virtude do prazo estabelecido pela auditoria, o mesmo constará no relatório do terceiro quadrimestre.

AUDITORIA ORDINÁRIA

Auditoria nº 171/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Biolab Laboratório Clínico Eireli EPP – BIOLAB /Análises Clínicas, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 07/05/2018.

Empresa: Biolab Laboratório Clínico Eireli EPP – BIOLAB /Análises Clínicas.

Conclusão: A empresa apresenta controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ) e Controle Externo de Qualidade (CEQ), porém não ficou evidente a contemplação de todos os setores do laboratório. Possui Certificado de Responsabilidade Técnica, possui Alvará Sanitário, Alvará de Localização e Funcionamento sendo estes instrumentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes.

Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico e do posto de coleta tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises.

É de suma importância que todas as empresas credenciadas observe a Portaria GM/MS nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações.

Recomendação esta, art. 1º Ficam determinados que as instituições de saúde públicas e privadas utilizem o “Fluxograma Laboratorial da Sífilis”.

Recomendações:

- Recomenda-se que a empresa observe a Portaria/MS/GM nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011. Atenda as normas da RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº. 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Controle Interno de Qualidade (CIQ) e Controle Externo de Qualidade (CEQ).
- Recomenda-se que a COMEC – Comissão Especial de Credenciamento para conhecimento e providências que fizer necessárias.
- Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 172/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Labexato Laboratório de Análises Clínicas LTDA. LABEXATO, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 03/05/2018.

Empresa: Labexato Laboratório de Análises Clínicas LTDA. LABEXATO.

Conclusão: A empresa apresenta controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ) e Controle Externo de Qualidade (CEQ), porém CIQ não está contemplado todos os setores do laboratório. Possui Certificado de Responsabilidade Técnica, Alvará Sanitário, Alvará

de Localização e Funcionamento sendo estes instrumentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes.

Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico e do posto de coleta tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises.

É de suma importância que todas as empresas credenciadas observe a Portaria GM/MS nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações.

Recomendações:

- Recomenda-se que a empresa observe a Portaria/MS/GM nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011. Atenda as normas da RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº. 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Controle Interno de Qualidade (CIQ) e Controle Externo de Qualidade (CEQ).
- Recomenda-se a COMEC – Comissão Especial de Credenciamento para conhecimento e providências que fizer necessárias.
- Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 174/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria ordinária na empresa Braun e Silva Ltda -ME – Laboratório Mais Saúde, para verificação sobre Controle de Qualidade dos exames realizados.

Abrangência: 09/03/2017 a 19/05/2018.

Empresa: Braun e Silva Ltda -ME - Laboratório Mais Saúde.

Conclusão: A empresa apresenta controles de Qualidade: Programas de Controle Interno de Qualidade (CIQ), no qual deve ser realizado implementações e Controle Externo de Qualidade (CEQ). Há terceirizações de alguns exames, recomendamos que a empresa adote mecanismo para o acompanhamento da qualidade dos serviços terceirizados, visto que é de responsabilidade da empresa credenciada garantir a qualidade dos exames. Possui Certificado de Responsabilidade Técnica, Alvará Sanitário, Alvará de Localização e Funcionamento sendo estes instrumentos de suma importância para o funcionamento da empresa e exigidos pelas legislações vigentes.

Ressaltamos que a direção e o responsável técnico do laboratório clínico e do posto de coleta tem a responsabilidade de planejar, implementar e garantir a qualidade dos processos, monitorar a

qualidade da empresa. Os prestadores credenciados junto a esta Secretaria ao assinar o contrato de credenciamento assume total responsabilidade quanto aos controles de qualidade de suas análises.

É de suma importância que todas as empresas credenciadas observe a Portaria GM/MS nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações. Recomendação esta, art. 1º Ficam determinado que as instituições de saúde públicas e privadas utilizem o “Fluxograma Laboratorial da Sífilis”.

Recomendações:

- Recomenda-se que a empresa observe a Portaria/MS/GM nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011. Atenda as normas da RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº. 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Controle Interno de Qualidade (CIQ) e Controle Externo de Qualidade (CEQ).
- Recomenda-se que a COMEC – Comissão Especial de Credenciamento para conhecimento e providências que fizer necessárias.
- Ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

Auditoria nº 176/2018

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Realizar auditoria por amostragem na veracidade das informações constantes no Relatório Anual de Gestão (RAG).

Abrangência: 09/03/2017 a 04/07/2018.

Conclusão: Esta auditoria foi realizada com o objetivo de verificar a veracidade das informações contidas no Relatório Anual de Gestão/2015 da Saúde do Município de Palmas/TO, com ênfase nos resultados alcançados a partir das metas e indicadores definidos no Plano de Saúde e na Programação Anual do referido exercício, bem como quanto à regularidade na elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão e prestações de contas, atendendo ao que determina o artigo 42, da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Palmas/TO está utilizando o Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão como meio para dar publicidade ao Relatório Anual de Gestão e os demais instrumentos de planejamento em saúde existentes.

O Plano de Saúde 2014/2017 no Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SargSUS), foi construído com a participação popular e realização de audiência pública, possuindo as Diretrizes (da amostra de indicadores analisada) preconizadas pelo Ministério da Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde participou de forma proativa na aprovação do Plano Municipal de Saúde 2014/2017, da Programação Anual de Saúde 2015 e do Relatório de Gestão 2015.

O RAG 2015 apresenta compatibilidade entre os demais instrumentos de Gestão (PMS 2014/2017 e PAS 2015).

Dos indicadores de Saúde analisados: Cobertura Populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica de Saúde, Razão de exames de mamografia de rastreamentos realizados em mulheres de 50 a 69 anos, Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançados, apenas o primeiro não atingiu a meta pactuada, conforme cálculos na constatação nº 519534.

O município de Palmas cumpriu com o percentual mínimo estabelecido para aplicação de recursos próprios aplicados em saúde, registrados no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE) o Município aplicou um percentual equivalente a 16,01% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158, alínea `b` do inciso I e § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal, aos termos do inciso III do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece o percentual mínimo de 15%.

Recomendações: Recomenda-se a Superintendência de Atenção Primária e Vigilância em Saúde – SUPAVS que verifique a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas nacionais de informações, visto que houve divergência nos dados extraídos do sistema com os utilizados para realização dos cálculos de alguns indicadores.

Que se encontrem alternativas para monitorar a inserção das informações no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações, pois a qualidade e a fidedignidade de um indicador estão diretamente relacionadas com a qualidade dos dados coletados.

Recomenda-se ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, para conhecimento e providências que fizer necessárias.

No 3º Quadrimestre de 2018 (de 01/09/18 a 31/12/18) foram realizadas auditorias com o objetivo de atender a Portaria DET Nº366/SEMUS/GAB/ASSEJUR, de 04 de Abril de 2018. E considerando a Portaria REV Nº 598/SEMUS/GAB/ASSEJUR, de 13 de junho de 2018 que revoga a mesma.

Auditoria Extraordinária

Auditoria nº 179 /2018

Demandante: Assessoria Jurídica - ASSEJUR da Secretaria Municipal de Saúde referente solicitação do Ministério Público Estadual

Setor Responsável: Núcleo de Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Finalidade: Auditoria na Rede de Atenção Psicossocial, em atendimento a demanda oriunda da Assessoria Jurídica - ASSEJUR, da Secretaria Municipal de Saúde referente solicitação do Ministério Público Estadual para auditar a implantação e implementação da Rede de Atenção Psicossocial.

Abrangência: 14/08/2018 à 17/08/2018.

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde de Palmas

Conclusão: Os processos de trabalho da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS desta municipalidade necessitam ser realinhados e avaliados constantemente e em tempo hábil, promovendo a qualificação dos serviços de saúde.

Os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS II e CAPS AD III possuem dois veículos, os quais possuem como finalidade de trazer melhorias aos serviços prestados in loco visam a reinserção social e promoção de saúde no território de residência de quem acessa o dispositivo, assim sendo o recurso de visita domiciliar, bem como de busca ativa, se fortalece e efetiva com aquisição de dois veículos.

Ao se verificar os formulários de Registro das Ações Ambulatoriais em Saúde - RAAS, do ano de 2018, percebe-se que não há registro da quantidade de ações realizadas por usuários, sugere-se que seja encontrada uma forma para realizar tal controle, visto que isso reflete diretamente no tratamento do paciente.

As instalações do CAPS II permite a assistência aos usuários, no entanto, o espaço é reduzido para atendimento da demanda, uma vez que as salas existentes são compartilhadas no desenvolvimento de diversas atividades, além da necessidade de modernização dos móveis, equipamentos e instalações elétricas.

As pactuações firmadas entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Gestão Municipal de Saúde de Palmas para área de Saúde Mental, no ano de 2018 não estão sendo repassados os recursos de acordo com RESOLUÇÃO-CIB/TO N° 004/2018, de 06 de março de 2018 e RESOLUÇÃO-CIB/TO N° 005/2018, de 06 de março de 2018, podendo acarretar prejuízos aos usuários. Bem como o Estado não está desenvolvendo a responsabilidade Estadual, TFD Estadual, Internação Compulsória e fiscalização através de Comissão Estadual estando em desacordo com o artigo 73 da Portaria de Consolidação n° 03.

Quanto aos recursos do Ministério da Saúde até o mês de junho de 2018 foram repassados o montante de R\$ 828.517,50, conforme MEMO 556/2018/SEMUS/DASS existem 09 processos em andamento de aquisição de medicamentos, contratação de limpeza de piscinas, aquisição de gêneros alimentícios, aquisição de equipamentos imobiliários, materiais de copa, materiais de limpeza, refeições, locação de imóvel, seguro dos veículos dos CAPSs, para atendimento da demanda da Rede de Atenção Psicossocial.

Apesar de a RAPS atender a demanda dos usuários, é necessário atender as legislações vigentes no que tange a implantação do CAPSi e da Unidade de Acolhimento, bem como encontrar instrumentos mais eficazes no controle e monitoramento das ações voltadas para os usuários.

Auditoria Ordinária

Para o 3º Quadrimestre foram previstas um total de 08 (oito) auditorias ordinárias para fechamento da meta anual, sendo programadas 05 auditorias em Unidades de Saúde e 02 em prestadores credenciados. Entretanto, devido a redução do quadro de servidores de 03 servidoras para 02, sendo que, as duas servidoras foram nomeadas através da Portaria FESP nº 71, de 27 de julho de 2018 para compor a Comissão de Tomada de Contas Especial da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas a qual foi finalizada em 28 de dezembro de 2018 não sendo então possível dar continuidade aos trabalhos de Auditoria.

Ressaltamos que para o 1º Quadrimestre de 2019 com a reestruturação do setor será possível atingir a meta estabelecida.

DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

LISTA DE CÓDIGOS DAS FONTES DOS RECURSOS

De acordo com a Portaria nº 383, de 06 de julho de 2016, os códigos das fontes de recursos do Anexo I da Instrução Normativa nº 002, de 11 de julho de 2007, utilizados na jurisdição municipais para a elaboração do orçamento de 2017 e exercícios subsequentes para a área da saúde conforme tabela abaixo:

Tabela 29 - Lista de Códigos das Fontes de Recursos

Código da Fonte	Especificação
0010	Recursos Próprios
0040	ASPS – Ações de Serviços Públicos em Saúde – 15%
0401	Transferências de Recursos do SUS – Atenção Básica
0405	Transferências de Recursos do SUS – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
0406	Transferências de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde
0407	Transferências de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica
0408	Transferências de Recursos do SUS - Gestão do SUS
0410	Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS União
0440	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado / Farmácia Básica
0441	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado UPAs/SAMU
0442	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado - MAC/CAPs/Vigilância em Saúde
0450	Outras Receitas destinadas à Saúde – Taxas da Vigilância Sanitária
0451	Outras Receitas destinadas à Saúde - Recursos do petróleo FEP;
0498	Transferência de Convênios destinados a Programa de Saúde

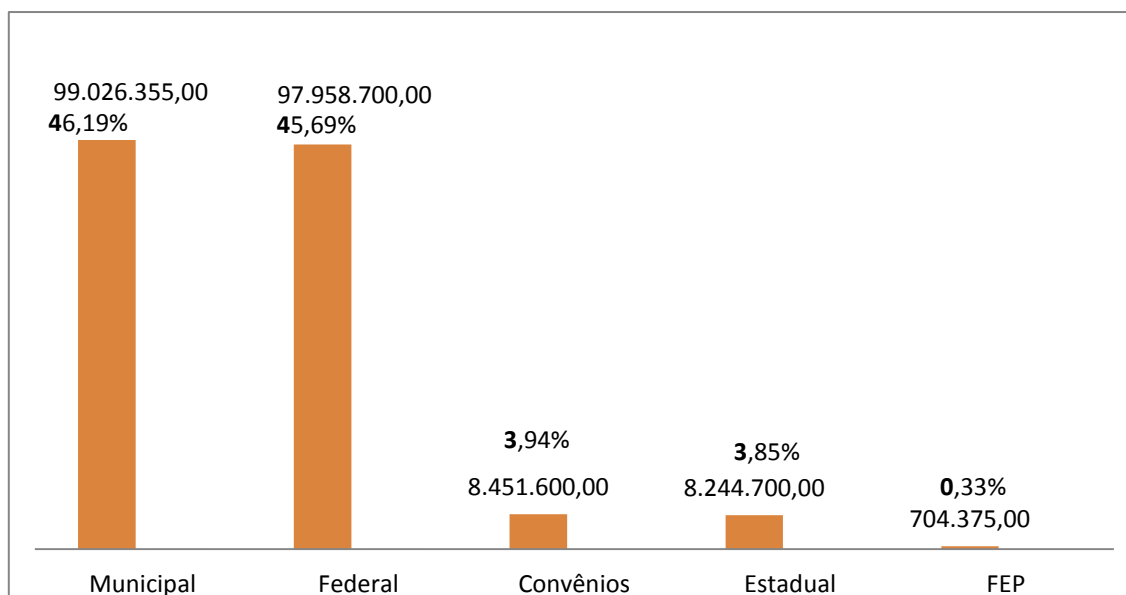
Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins / Sistema Prodata/Orçamento - Janeiro de 2019

DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS

Ressaltamos que as receitas são centralizadas no Fundo Municipal de Saúde– FMS, conforme determina a Lei Complementar nº 141, 13 de janeiro de 2012 (Unidade Orçamentária e Gestora - 3200), e as despesas executadas por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Gestora Responsável e Executora - 8600) e Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (Unidade Gestora Executora - 9500).

Orçamento Inicial – 2018

Abaixo apresentamos os dados do orçamento inicial da Saúde/FESP (Valor do orçamento inicial fixado pela Lei Nº 2.375 de 19 de fevereiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2018, no valor total de R\$ 214.385.730,00.

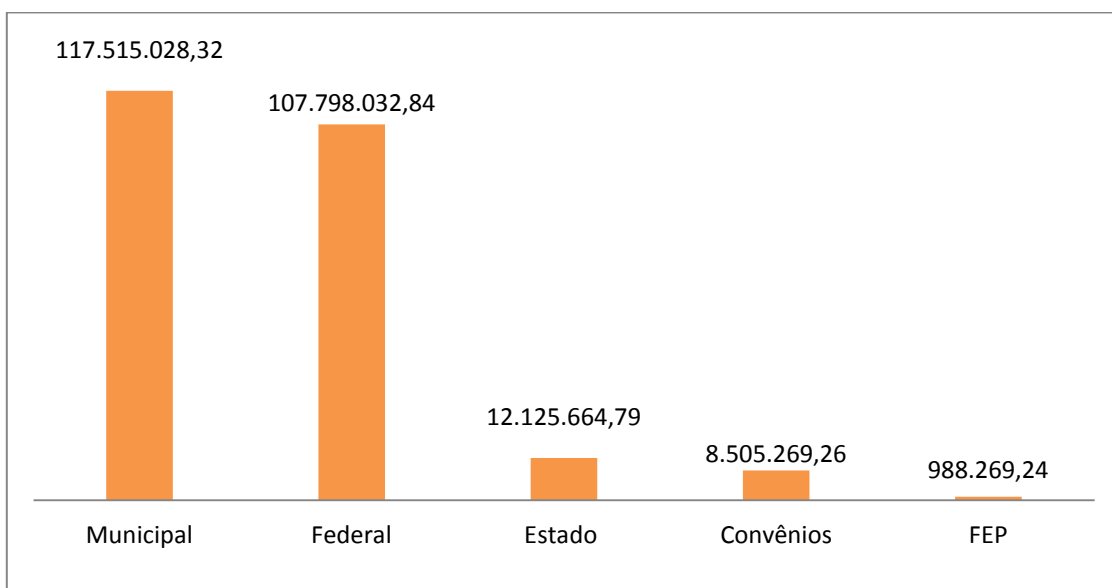
Gráfico 5 - Orçamento Inicial

Fonte: Sistema de Contabilidade/Orçamento/Prodata - Janeiro de 2019

Nos dados acima constatamos que no orçamento inicial o ente municipal era a maior receita prevista – 46,19%, seguido do federal– 45,69%, em terceiro lugar – 3,94% convênios, posterior o estado com 3,85% e por fim os orçamentos provenientes de recursos de FEP Petróleo com o percentual 0,33%.

Orçamento Autorizado – 2018

O orçamento inicial sofreu alterações com abertura de superávit do exercício anterior (saldos bancários em contas de 31/12/2017), após honrar todos os compromissos com as despesas empenhadas no período, inclusive os restos a pagar, bem como o aporte orçamentário por meio do excesso de arrecadação, desta forma em 31 de dezembro de 2018 o orçamento autorizado para a Saúde/FESP somou R\$ 246.932.264,45 (duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), distribuídos conforme abaixo:

Gráfico 6 - Orçamento Autorizado no ano de 2018

Fonte: Sistema de Contabilidade/Orçamento/Prodata - Janeiro de 2019

Analisando os dados acima constatamos que após alteração no orçamento, o ente municipal permaneceu como o maior financiador das ações e serviços de saúde, no percentual de 47,59%, em seguida o federal correspondente a 43,65%, o ente estadual passou ao terceiro lugar com 4,91%, convênio 3,44% e FEP 0,40%.

Tabela 30 - Receita anual - 2018

Bloco de Financiamento	Federal – R\$		Estadual – R\$		Municipal – R\$		FEP/Petróleo– R\$		Convênios – R\$		Total
	Repasses	Rendimentos	Repasses	Rendimentos	Repasses/ Outros	Rendimentos	Repasses	Rendimentos	Repasses	Rendimentos	
Atenção Básica	36.384.058,34	48.752,91									36.432.811,25
Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial	47.954.712,52	64.408,12	8.327.478,21	39.276,28							56.385.875,13
Vigilância em Saúde	4.636.816,68	19.616,95									4.656.433,63
Assistência Farmacêutica	2.810.934,55	29.785,38	937.798,09	10.986,50							3.789.504,52
Gestão do SUS	58.000,00	12.211,93									70.211,93
Convênios									354.687,43	4.727,59	359.415,02
Investimento	1.060.323,95	143.725,56									1.204.049,51
Recursos Próprios (0010)					12.574.872,67	4.720,84					12.579.593,51
ASPS (0040)					100.061.421,24	53.395,41					100.114.816,65
Outras Receitas destinadas à Saúde – Taxas da Vigilância Sanitária					2.002.199,90	5.912,66					2.008.112,56
Fundo Especial do Petróleo – FEP							1.090.989,77	4.598,59			1.095.588,36
Total	92.904.846,04	318.500,85	9.265.276,30	50.262,78	114.638.493,81	64.028,91	1.090.989,77	4.598,59	354.687,43	4.727,59	218.696.412,07

Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata - Janeiro de 2019

Análise e considerações

No período de janeiro a dezembro de 2018 foi repassado ao Fundo Municipal de Saúde o montante de R\$ 218.696.412,07 (duzentos e dezoito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e doze reais e sete centavos). Os repasses oriundos do Município foram equivalentes a 52,45%, por sua vez o Federal foi de 42,63%, Estadual 4,26%, FEP Petróleo 0,50% e Convênios 0,16%.

Receita Municipal

Fonte 0040 (ASPS - Ação e Serviços Públicos de Saúde – 15%) foi previsto para o ano a receita de R\$ 96.846.555,00 (noventa e seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) e o total arrecadado foi de R\$ 100.114.816,65 (cem milhões, cento e quatorze mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), havendo um excesso de aproximadamente 3,37% (Deste total R\$ 99.939.465,60 oriundos de repasses, R\$ 121.955,64 de recuperação de créditos e R\$ 53.395,41 de rendimentos). Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde Sobre a Receita de Impostos Líquida e Transferência Constitucionais e Legais no exercício de 2018 foi de 16,87% (http://www.palmas.to.gov.br/media/transparencia/d6d18dc667714272decc04061d1b9481_30012019184825.pdf)

Fonte 0010 (Recursos Próprios) o orçamento anual previsto foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a receita anual foi de R\$ 12.579.593,51 (doze milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos) (sendo R\$ 12.351.742,35 de repasse, R\$ 46.844,32 taxas da residência/FESP e R\$ 176.286,00 sinistro ambulância) o aporte da gestão municipal contribuiu significativamente para a execução das ações e serviços de saúde, correspondendo um excesso de arrecadação de mais de 6.000%.

Fonte 0450 – A previsão para o período era de R\$ 1.979.800,00 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil e oitocentos reais), a arrecadação foi de R\$ 2.008.112,56 (dois milhões, oito mil, cento e doze reais e cinquenta e seis centavos), um excesso de 1,43%.

Receita Federal

Fonte 0401 (Atenção Básica) a previsão de receita para o exercício de 2018 era de R\$ 35.268.700,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil e setecentos reais) e a arrecadada foi de R\$ 36.432.811,25 (trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e onze reais e vinte e cinco centavos), havendo um excesso de 3,20%. Este excesso foi fruto de repasse de emenda parlamentar para o custeio da Atenção Básica no município de Palmas ocorrida no 3º quadrimestre/2018.

Fonte 0405 – a receita prevista para o período era de R\$ 45.169.100,00 (quarenta e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil e cem reais), a receita arrecadada foi de R\$ 48.019.120,64 (quarenta e oito milhões, dezenove mil, cento e vinte reais e sessenta e quatro) o que corresponde

a um excesso de 6,31%. Ressaltamos que este excesso é oriundo de recursos extraordinários de apoio financeiro pela União aos municípios e pela ampliação do Teto da Média e Alta Complexidade – MAC.

Fonte 0406 – a receita prevista para era de R\$ 5.569.000,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil reais) e a recebida foi de R\$ 4.656.433,63 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), uma retração correspondente a 16,39%. Esta frustração é em razão que quando da elaboração da proposta orçamentária foi previsto para o Piso da Vigilância em Saúde o valor anual de R\$ 2.510.584,11, mensal de R\$ 209.215,35, nos termos da Portaria GM nº 2.510, de 28 de setembro de 2017, ocorre que o repasse mensal efetivado foi somente de 50% deste valor. Em contato com o Ministério da Saúde na área técnica da Vigilância, nos foi informado que o município de Palmas já recebe recurso para os Agentes de Endemias, razão pela recebe somente 50% do piso da Vigilância.

Fonte 0407 – O valor previsto para o período era de R\$ 1.562.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois reais) o arrecado no período foi de R\$ 2.840.719,93 (dois milhões, oitocentos e quarenta mil, setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), o que corresponde a um excesso de 81,86%. Excesso também decorrente de repasses de recursos extraordinários de apoio financeiro pela União aos municípios.

Fonte 0408 – a receita esperada para o ano era de R\$ 200.000,00 (duzentos reais) e houve repasse de R\$ 70.211,93 (setenta mil, duzentos e onze mil e noventa e três centavos), uma frustração de 64,89%.

Fonte 0410 – A receita prevista para o período foi de R\$ 10.189.900,00 (dez milhões, cento e oitenta e nove mil e novecentos reais), detalhada conforme abaixo:

Tabela 31 - Fonte 0410

Base Legal	Número das Propostas	Valores Previstos – R\$	Objeto	Informações
Portarias GM/MS nº 2.415, DE 11 de novembro de 2016.	11320420000116004	819.920,00	Construção de Rede de Frios	Projeto Arquitetônico, Estrutural, Hidrossanitário, Projetos de Drenagem e Instalações Elétricas concluídos. O Ministério da Saúde repassou somente a 1ª parcela (20%). Processo nº 2019003658.
Portarias GM/MS nº 1.831, DE 11 de novembro de 2015.	11320420000115005	183.960,00	2ª Parcela da Ampliação do CSC 508 Norte	Projetos Básicos Concluídos. Orçamento finalizado. O município deverá entrar com contrapartida. Não houve repasse da 2ª parcela. Processo nº 2019003654.
Portarias GM/MS nº 1.831, DE 11 de novembro de 2015.	11320420000115009	409.600,00	2ª Parcela da Construção do CSC Taquaruçu	Não houve repasse da 2ª parcela, os Projetos Básicos Concluídos. Aguardando assinatura dos Projetos Hidrossanitário e de Drenagem da SEISP. Processo nº 2019003659.
Portarias GM/MS nº 1.831, DE 11 de novembro de 2015.	11320420000115010	91.560,00	2ª Parcela da Ampliação do CSC Aurenly II	Proposta aprovada. Não houve repasse da 2ª repasse.
Portarias GM/MS nº 1.831, DE 11 de novembro de 2015.	11320420000115015	199.440,00	2ª Parcela da Ampliação do CSC 603 Norte	Não houve repasse da 2ª parcela. Anteprojeto Arquitetônico Concluído, Projeto Arquitetônico em desenvolvimento. Necessidade de contrapartida municipal.
Portarias GM/MS nº 2.592, DE 21 de dezembro de 2016.	11320420000116011	640.000,00	Construção do CAPS II	Projeto Arquitetônico Concluído. Elaborando Projetos de Engenharia, Orçamento e Planejamento. Aguardando documentação de

				posse do terreno da PGM. O Ministério da Saúde já repassou a 1º parcela (20%). Valor da contrapartida (estimado).
Portarias GM/MS nº 2.592, DE 21 de dezembro de 2016.	11320420000116012	600.000,00	Construção do CAPS Infantil	Projeto Arquitetônico Concluído. Elaborando projetos de Engenharia, Orçamento e Planejamento. Aguardando documentação de posse do terreno da PGM. O Ministério da Saúde já repassou a 1º parcela (20%). Valor da contrapartida (estimado)
Portarias GM/MS nº 1.380, DE 09 de julho de 2013	11320420000113012	131.800,00	Última parcela da construção da UBS 207 Sul	Parcela paga
Portarias GM/MS nº 1.380, DE 09 de julho de 2013	11320420000113007	131.800,00	Última parcela da construção da UBS Setor Sul	Parcela paga
Portarias GM/MS nº 2.806, de 23 de outubro de 2017	11320420000117704	499.826,00	Aquisição de equipamentos para Ambulatório de Atenção à Saúde - Eduardo Medrado	Proposta paga
Portarias GM/MS nº 2.332, de 13 de setembro de 2017	11320420000117001	100.000,00	Aquisição de equipamentos para a Unidade de Acolhimento Adulto - UAA	Proposta paga
Portarias GM/MS nº 11, de 7 de janeiro de 2015 e nº 805, de 28 de março de 2018	Proposta aprovada	540.000,00	Construção do Centro de Parto Normal Perinatal	Anteprojeto Arquitetônico Concluído, Projeto Arquitetônico em espera aguardando a documentação definitiva do Terreno (CMI e Uso do Solo). Necessidade contrapartida municipal.
Portarias GM/MS nº 835, de 25 de abril de 2012	Proposta solicitada	5.841.994,00	Construção e equipamentos do CER IV	Proposta não aprovada
Total		10.189.900,00		

Fonte: LOA/2018

A receita arrecada no período foi de R\$ 1.204.049,51 (um milhão, duzentos e quatro mil, quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos), conforme abaixo:

Tabela 32 - Repasses no Período

Ação/Serviço/Estratégia	Competência/Parcela	Data OB	Agência OB	Conta OB	Valor – R\$
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	Única em 2018	09/03/2018	036153	0000059927	499.826,00
Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde-UBS	03/03 em 2018	13/03/2018	036153	0000059927	131.800,00
Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde-UBS	03/03 em 2018	13/03/2018	036153	0000059927	131.800,00
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	Única em 2018	15/03/2018	036153	0000059927	100.000,00
Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	Única em 2017	16/11/2018	036153	0000059927	196.897,95
Rendimentos					143.725,56
Valor total – R\$					1.204.049,51

Fonte: <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>

Ressaltamos que os recursos previstos para a fonte 410 tratam-se de despesas de capital provenientes de propostas oriundas de emendas parlamentares.

Receita Estadual

Fonte 0440 a receita anual prevista foi de R\$ 660.500,00 (seiscentos e sessenta mil e quinhentos reais) e o arrecadado foi de R\$ 948.784,59 (novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Excesso de 43,65%. O município de Palmas entrou na justiça para fins de recebimento da dívida de anos anteriores, bem como do cumprimento das pactuações do ano vigente e através do Alvará Judicial nº 018/2018, foi realizado a transferência de R\$ 853.411,25 relativos às dívidas da Farmácia Básica dos meses de março a dezembro de 2015, de novembro e dezembro de 2016 e agosto a dezembro de 2017. Não houve pagamento para o exercício de 2018.

Fonte 0441 a receita para o período R\$ 7.025.700,00 (sete milhões, vinte e cinco mil e setecentos reais) e o arrecadado foi de R\$ 6.942.997,19 (seis milhões, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e dezenove centavos), um déficit de 1,18%, o qual foi repassado por força judicial, bem como dos meses de setembro a dezembro de 2017 e do SAMU – 192 dos meses de junho a dezembro de 2014 e setembro a dezembro de 2017 e dos meses de janeiro a maio para as UPAs e de janeiro a abril SAMU referente ao ano de 2018.

Fonte 0442 – Receita prevista R\$ 558.500,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) e arrecadada R\$ 1.423.757,30 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos), um excesso 154,93% assim como nas fontes 0440 e 0441 após judicialização foi repassado os recursos das dívidas da MAC dos meses de junho a dezembro de 2014, CAPS II de setembro a dezembro de 2017 e CAPS AD III de junho a dezembro de 2014 e de setembro a dezembro de 2017. Foram pagos de janeiro a abril de 2018.

Recurso do Petróleo FEP

Previsão para o período R\$ 704.375,00 (setecentos e quatro mil e trezentos e setenta e cinco reais) e o arrecadado R\$ 1.095.588,36 (um milhão, noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), portanto um excesso de 55,54%.

Transferência de Convênios destinados a Programa de Saúde

Fonte 0498 – A previsão para o ano era de R\$ 8.451.600,00 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais), a receita do período foi no valor de R\$ 359.415,02 (trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quinze reais e dois centavos). Um déficit de 95,75%, em razão que não houve repasses financeiros previstos para esta fonte para obras, bem como na parte de custeio foi previsto também convênios com os municípios tocantinenses e a grande maioria não firmou convênio. A receita do período foi decorrente de convênios com: Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - ITPAC e com seguintes municípios: Tocantínia, Nova Rosalândia, Pedro Afonso, Paraíso e Porto Nacional.

Por fim, do total das 14 fontes: sendo 03 Municipais – todas tiveram excesso; 06 Federais

– 03 tiveram excesso e 03 apresentaram déficit; 03 Estaduais – 02 tiveram excesso e 01 frustração; 01 FEP/Petróleo – excesso e 01 convênio – frustração. Do total da previsão inicial qual seja: R\$ 214.385.730,00 (duzentos e quatorze milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos e trinta reais) e arrecadada no ano de R\$ 218.696.412,07 (duzentos e dezoito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e doze reais e sete centavos) houve um excesso de aproximadamente 2,00%

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS EM 2018

Nas tabelas abaixo apresentamos o demonstrativo do detalhamento por natureza das Despesas, resumos gerais-consolidados por naturezas das despesas e das despesas por fontes de recursos (municipal, federal e estadual) empenhadas no ano de 2018.

lx Tabela 33 - Detalhamento por Natureza de Despesas - 2018 (empenhadas) - SEMUS/FESP

Itens	Descrições das Despesas	Valor R\$
Total Geral		210.803.821,75
I	Despesas com pessoal	133.993.686,31
	Contratação por tempo determinado	1.640.788,07
	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	113.340.821,55
	Indenizações trabalhistas	969.453,74
	Outros benefícios previdenciários do servidor	298.684,79
	Obrigações patronais	11.823.039,69
	Outras despesas variáveis	10.848,33
	Despesas de exercícios anteriores	5.910.050,14
II	Outras despesas de custeio	75.747.198,37
	Auxílio a estudantes	6.511.424,07
	Auxílio a pesquisadores	22.347.971,52
	Diárias	46.920,00
	Passagens e despesas com locomoção	187.548,74
	*Material de Consumo	5.854.027,63
	Alimentos para animais	7.620,50
	Combustíveis e lubrificantes automotivos	894.516,89
	Gás e outros materiais engarrafados	150.369,06
	Ferramentas	1.924,66
	Material hospitalar	1.998.725,56
	Material laboratorial	317.382,20
	Material odontológico	195.239,02
	Material de cama, mesa e banho	39.400,00
	Material de copa e cozinha	65.002,35
	Material de expediente	45.464,50
	Gêneros alimentícios	1.310.134,67

Materiais e medicamentos para uso veterinário	17.836,18
Material de limpeza e produtos de higienização	56.395,11
Material de proteção e segurança	75.111,88
Material de processamento de dados	32.588,45
Material de acondicionamento e embalagem	139,60
Material de sinalização visual	689,34
Material elétrico e eletrônico	29.544,43
Material farmacológico	5.139,48
Material para manutenção de bens imóveis/instalações	172.436,95
Material para manutenção de bens móveis	336.979,31
Material para vídeo, áudio e fotos	3.799,50
Sementes, mudas, plantas e insumos	29.858,99
Uniformes, tecidos e aviamentos	67.729,00
**Material de Distribuição Gratuita	2.504.481,44
Medicamentos	2.278.696,25
Material, bem ou serviço para distribuição a assistência social (tiras de glicemia)	185.176,00
Mercadorias para doação (bolsa de colostomia e equipo para alimentação enteral e sonda para aspiração tranqueal)	40.609,19
***Outros serviços de terceiros – pessoa física	655.976,76
Conferências, exposições e espetáculos	5.300,00
Locação de imóveis	340.758,00
Estagiários	309.171,76
Auxílio a pessoa física	747,00
****Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	21.869.960,62
Assinaturas de periódicos e anuidades	780,00
Fornecimento de alimentação	485.046,87
Frete e transportes de encomendas	11.489,99
Festividades e homenagens	5.962,50
Limpeza e conservação	1.045.142,25
Locação de bens móveis	157.907,49
Locação de imóveis	1.031.893,08
Locação de máquinas e equipamentos	1.252.041,05
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	770.192,75
Manutenção e conservação de bens móveis	58.386,80
Manutenção e conservação de bens imóveis	1.600.251,82
Manutenção e conservação de veículos	719.891,69
Serviços de consultas e exames especializados	8.088.709,20
Hospedagens	38.245,60
Serviços de comunicação em geral	6.476,88
Seguros em geral	246.528,01
Serviços de energia elétrica	3.065.019,54
Serviços de locação de veículos	422.933,91

Serviços de processamento de dados (link de internet)	1.217.528,40
Serviços de telecomunicações	365.370,55
Serviços gráficos e editoriais	303.265,88
Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	32.729,00
Serviços de apoio de apoio ao ensino	144.000,00
Serviços de análise e pesquisas científicas	3.272,93
Vigilância Ostensiva e Monitorada (UPAs, SAMU e CAPS)	509.221,33
Serviço de seleção e treinamento	100.749,00
Serviços Bancários	63.448,22
Serviços de estagiários	5.204,79
Outros	118.271,09
Auxílio Alimentação	3.244.010,50
Auxílio Transporte	2.340.628,42
*****Indenização e Restituições	645.468,59
Diversas indenizações	127.924,59
Indenização	51.060,00
Indenização de transporte pessoal/auxílio transporte	174.704,00
Indenização de Moradia	291.780,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	11.008,28
Sentenças Judiciais	882.876,75
*****Despesas de Exercícios Anteriores - Custeio	8.644.895,05
Indenizações e restituições	5.000,00
Material de consumo	424.865,09
Material de distribuição gratuita	883.502,05
Serviços de terceiros pessoa jurídica	7.303.276,91
Serviços de terceiros pessoa física	28.251,00
III Despesas por Capital	1.062.937,07
Obras e Instalações	376.156,86
Equipamentos e material permanente	686.780,21

Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata

Legenda:* refere-se à soma das despesas dos grupos de consumo; ** refere-se à soma das despesas de material de distribuição gratuita; *** refere-se à soma das despesas de outros serviços de terceiros – pessoa física; **** refere-se à soma das despesas de outros serviços de terceiros – pessoa jurídica; ***** refere-se à soma das despesas de exercícios anteriores.

Tabela 34 - Consolidado por Natureza das Despesas (Empenhadas) SEMUS/FESP - 2018

Descrição	Valor RS
Despesas com Pessoal	133.993.686,31
Auxílio Financeiro a Estudantes e Pesquisadores	28.859.395,59
Diárias	46.920,00
Passagens e despesas com locomoção	187.548,74
Material de Consumo	5.854.027,63

Material de Distribuição Gratuita	2.504.481,44
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	655.229,76
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	21.869.960,62
Auxílio Alimentação	3.244.010,50
Auxílio Transporte	2.340.628,42
Indenização e Restituições	645.468,59
Obrigações Tributárias e Contributivas	11.008,28
Outros Auxílios Financeiros	747,00
Sentenças Judiciais	882.876,75
Despesas de exercícios anteriores	8.644.895,05
Equipamentos e Material Permanente	686.780,21
Obras e Instalações	376.156,86
Total Geral	210.803.821,75

Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata

Tabela 35 - Resumo Geral das Despesas Empenhadas por Fontes – 2018

Fonte	Descrição	Valor R\$
0010	Recursos Próprios	12.279.556,43
0040	ASPS – Ações de Serviços Públicos em Saúde – 15%	100.033.911,43
0401	Transferências de recursos do SUS – Atenção Básica	30.618.903,26
0405	Transferências de recursos do SUS – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	48.831.234,34
0406	Transferências de recursos do SUS – Vigilância em Saúde	4.330.771,07
0407	Transferências de recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	2.540.194,58
0408	Gestão do SUS	3.000,00
0410	Outros recursos do SUS proveniente da União - Capital	691.516,17
0440	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Estado / Farmácia Básica	688.505,62
0441	Recursos do SUS provenientes do Estado UPAs/SAMU	6.935.353,09
0442	Recursos do SUS provenientes do estado outras transferências - MAC/CAPS/PPI/Vigilância em Saúde	876.172,51
0450	Outras Receitas destinadas à Saúde – Taxas da Vigilância Sanitária	1.866.032,79
0451	Recursos do petróleo FEP destinado à saúde	960.721,98
0498	Convênios	147.948,48
Total		210.803.821,75

Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata

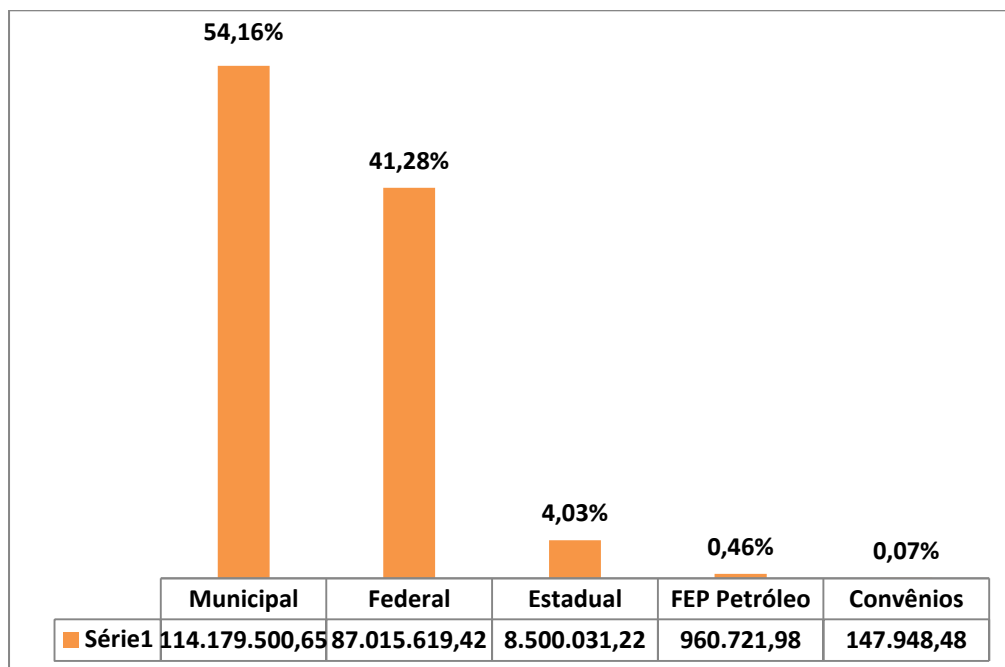
Considerações

Analisando os dados acima dos valores das despesas empenhadas por fontes de financiamentos no ano de 2018 – janeiro a dezembro (“o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o estado, obrigação de pagamento pendente...; é vedada a

realização de despesa sem prévio empenho, lei nº 4.320/64); o empenho será formalizado no documento 'Nota de Empenho', do qual constará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária e o acompanhamento da programação financeira". (IN/DTN nº 10/91) foram empenhados R\$ 210.803.821,75 (duzentos e dez milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos) com as despesas descritas acima e executadas da seguinte forma: Tesouro municipal - R\$ 114.179.500,65 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos reais e sessenta e cinco centavos) o que corresponde a 54,16% das despesas empenhadas; Federal – R\$ 87.015.619,42 (oitenta e sete milhões, quinze mil, seiscentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a 41,28% ; Estadual – R\$ 8.500.031,32 (oito milhões, quinhentos mil, trinta e um reais e trinta e dois centavos), correspondendo a 4,03%; FEP Petróleo – R\$ 960.701,98 (novecentos e sessenta mil, setecentos e um reais e noventa e oito centavos) correspondendo a 0,46% e Convênios – R\$ 147.948,48 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) representando 0,07%.

Abaixo apresentamos o gráfico com total das despesas (empenhadas) no total de R\$ 210.803.821,75 por entes financiadores das ações e despesas de saúde no ano de 2018.

Tabela 36 - Total das Despesas por Entes - Ano 2018



Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata

Ressaltamos que a despesa orçamentária é o conjunto dos gastos públicos autorizados por meio do orçamento ou de créditos adicionais, o que faz com que a referida despesa não possa ser realizada sem a existência de crédito orçamentário que corresponda a ela suficientemente. A

dotação orçamentária (ou crédito orçamentário) é a parcela do Orçamento Público que o gestor está autorizado a utilizar com vistas à realização do programa de trabalho do órgão ou entidade em que atua, e esta gestão demonstrou o cumprimento de todos os preceitos legais, primando pelo planejamento, organização, responsabilidade e transparência nas ações.

Destacamos que no cumulativo dos quadrimestres no ano de 2018 o município foi o maior investidor nas ações e serviços de saúde, seguido do federal e o terceiro estadual.

O orçamento autorizado para o ano de 2018 foi de R\$ 246.932.264,45 (duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) e o executado foi de R\$ R\$ 210.803.821,75 (duzentos e dez milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos) conforme descrito acima. Desta forma o percentual executado foi de 85,37%, ressaltamos que a frustração financeira comprometeu a execução.

Analisando a execução das despesas podemos observar que foram empenhadas despesas de exercícios anteriores, e de acordo com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964 estabelece: “Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

Ressaltamos ainda que contém também as despesas executadas com recursos oriundos de superávit de exercício anterior (saldos bancários em contas de 31/12/2017). O superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiro, considerando o saldo bancário após honrar todos os compromissos com as despesas empenhadas no período, inclusive os restos a pagar.

Dos saldos em contas foram deduzidos os restos a pagar e posterior realizada a abertura de superávit para manutenção dos serviços. De acordo com o Manual Básico de Gestão Financeira do SUS, às fls. 59: “Os recursos vinculados ao Fundo de Saúde são utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação. Assim, do ponto de vista contábil, o saldo positivo do Fundo apurado no balanço de um ano, deve ser transportado para exercício seguinte, a fim de dar continuidade e garantir sua aplicação em saúde”, o que foi devidamente realizado.

Ressaltamos que os Restos a Pagar (RAP), em 2018 (os quais serão executados em 2019), foram inscritos um montante de R\$ 10.285.969,05 (dez milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e nove reais e cinco centavos), sendo que destes são (R\$ 9.761.603,68 – Secretaria Municipal da Saúde, R\$ 306.500,87 – Fundação Escola de Saúde Pública e R\$ 217.864,50 do Fundo Municipal de Saúde).

Por todo exposto, comprovamos que recursos recebidos foram devidamente executados, em ações e serviços de saúde ofertados a população, os quais foram mantidos, implementados e implantados.

De acordo com a Lei nº 2.375, de 19 de fevereiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesas, para o exercício financeiro de 2018 assim preceitua:

(...)

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por ato próprio, conforme prescrições constitucionais e mediante a utilização de recursos provenientes:

I - da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 30% (trinta por cento) do total previsto no art. 2º;

No ano de 2018 o percentual de créditos adicionais da Secretaria Municipal de Saúde foi de 21,19% conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 37 - Demonstrativo do Limite de Créditos Adicionais Realizados - SEMUS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
EXERCÍCIO: 2018

TOTAL GERAL DE SUPLEMENTAÇÕES (I)	87.626.635,50
(-) ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (a)	21.031.622,72
(-) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (b)	15.168.018,21
(-) SUPERAVIT FINANCEIRO (c)	5.913.749,03
(-) RESERVA DE CONTINGÊNCIA (d)	0,00
(-) DESPESAS COM PESSOAL (e)	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA (f)	0,00
(-) CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO (g)	0,00
(-) CONTRAPARTIDAS (h)	0,00
TOTAL DEDUÇÕES LEGAIS (II) = (a + b + c + d + e + f + g + h)	42.113.389,96
CRÉDITO SUPLEMENTARES PARA LIMITE (III) = (I - II)	45.513.245,54
DOTAÇÃO INICIAL AUTORIZADA (IV)	214.830.713,05
PERCENTUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES PARA LIMITE (V) = ((III/IV) *100)	21,19 %

Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata

No ano de 2018 o percentual de créditos adicionais da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas foi de 13,14 % conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 38 - Demonstrativo do Limite de Créditos Adicionais Realizados - FESP

 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS EXERCÍCIO: 2018	
TOTAL GERAL DE SUPLEMENTAÇÕES (I)	6.035.150,92
(-) ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (a)	1.704.377,00
(-) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (b)	59.441,01
(-) SUPERÁVIT FINANCEIRO (c)	53.669,26
(-) RESERVA DE CONTINGÊNCIA (d)	0,00
(-) DESPESAS COM PESSOAL (e)	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA (f)	0,00
(-) CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO (g)	0,00
(-) CONTRAPARTIDAS (h)	0,00
TOTAL DEDUÇÕES LEGAIS (II) = (a + b + c + d + e + f + g + h)	1.817.487,27
CRÉDITO SUPLEMENTARES PARA LIMITE (III) = (I - II)	4.217.663,65
DOTAÇÃO INICIAL AUTORIZADA (IV)	32.101.551,40
RESERVA DE CRÉDITOS ELEMENTARES PARA LIMITE (V) = (III/IV)*100%	12,84%

Fonte: Sistema de Orçamento/Prodata

EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – 2018

Segue abaixo a execução da Programação Anual de Saúde, contendo: Diretrizes/ Objetivos/Metas/Indicadores e Ações previstas e executadas no exercício de 2018, bem como o detalhamento das despesas.

Ressaltamos que o alcance dos objetivos foram orientados por 05 diretrizes, e pelo conjunto de 85 de metas estabelecidas e 85 indicadores.

Diretriz - Garantir o Direito à Saúde, Com Acesso e Atenção de Qualidade

Objetivo: Ampliar e qualificar o acesso às ações e serviços de saúde, com ênfase na integralidade, equidade, humanização e justiça social, considerando as redes temáticas e demais políticas de atenção e vigilância em saúde, bem como os determinantes sociais de saúde nos territórios.

Ação: Manutenção dos Serviços da Atenção Primária

Nº da Ação na LOA: 2710	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 301	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	--------------------	----------------	-------------------------

Finalidade da Ação: Oferecer Centros de Saúde da Comunidade com ambiência, equipamentos, insumos e serviços adequados visando a melhoria do acesso e da qualidade da Atenção Primária.

Descrição da Ação: Manutenção dos serviços de Atenção Primária através da aquisição de materiais de enfermagem, odontológicos, de expediente, limpeza, material de construção; contratação de serviços de reprografia, telefonia, link de dados, serviços de limpeza, internet, vigilância, manutenção de equipamentos, manutenção da frota e de ar-condicionado, manutenção predial, locação de imóveis, locação e manutenção de veículos, fornecimento de energia, aquisição de fraldas para atender demanda judicial, aquisição de oxigênio e outras atividades que se façam necessárias para garantir a continuidade dos serviços ofertados.

Meta Orçamentária Total: R\$ 3.366.044,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 39

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Manter em 100%, até 2021, a cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde da Família.	100%	100%	Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde da Família	Meta alcançada. Atualmente a Atenção Primária de Palmas é composta por 86 Equipes de Saúde da Família, 74 Equipes de Saúde Bucal, 01 Equipe de Consultório na Rua, 15 Equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), distribuídas em 34 Centros de Saúde da Comunidade, perfazendo uma cobertura de 100%. Buscando ampliar o acesso e oferta dos serviços de saúde, expressando a centralidade da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde como ordenadora e coordenadora da Rede de Atenção à Saúde com vistas a favorecer a capacidade resolutiva bem como os processos de territorialização e regionalização.
Manter a taxa de mortalidade infantil em no máximo 12 até 2021.	12	11,2	Taxa de Mortalidade Infantil	Meta não alcançada. A mortalidade infantil ainda é um problema de saúde pública a ser enfrentado em todo país, comparando os dados do primeiro, segundo e terceiro quadrimestres observa-se aumento do número de óbitos em menores de 01 ano. As principais iniciativas realizadas no município para conseguir reduzir a morte infantil foram: fortalecimento da cobertura da Estratégia Saúde da Família e NASF's, ações voltadas para a atenção à saúde da mulher e da

				criança, investigação e discussão dos óbitos infantis, Programa Nacional de Imunizações (PNI), incentivo ao aleitamento materno, incentivo ao parto normal, garantia do acesso e qualidade ao pré-natal na Atenção Primária, bem como novas tecnologias como atendimento compartilhado com a equipe multiprofissional e formação secundária com especialistas na Atenção Primária. Como estratégias de enfrentamento à mortalidade infantil estão a organização da linha de cuidado materno infantil, utilizando ferramentas fundamentais como qualificação das ações na assistência da puericultura, educação permanente, clínica ampliada e equipe multiprofissional
Reduzir o número de óbitos de crianças menores de 1 ano por causas evitáveis em 10% ao ano, até 2021.	10%	0%	Percentual de óbitos de crianças menores de 1 ano por causas evitáveis.	Meta não alcançada. O município tem planejado e executado estratégias para a redução da morte infantil. Dentre elas: fortalecimento da cobertura da Estratégia Saúde da Família e NASF's, ações voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança, investigação e discussão dos óbitos infantis, Programa Nacional de Imunizações (PNI), incentivo ao aleitamento materno, incentivo ao parto normal, garantia do acesso e qualidade ao pré-natal na Atenção Primária, incorporação de novas tecnologias como atendimento compartilhado e formação secundária com especialistas na Atenção Primária, organização da linha de cuidado materno infantil, estratificação de risco, educação permanente, clínica ampliada.

				Foram retificados os dados do 1º e 2º quadrimestre visto que o sistema de notificações de óbitos recebe informações gradativas e tem o prazo de 120 para fechar investigações, podendo, portanto, sofrer alterações a cada ciclo.
Reduzir o número de óbitos maternos por causas evitáveis, em 100%, até 2021.	50%	Não houve casos	Proporção de óbitos maternos por causas evitáveis.	Meta alcançada. Ocorreram dois óbitos de mulheres, uma gestante e outra puérpera, mas ambos decorrentes de acidente de trânsito. Ambos foram investigados.
Manter 13 Núcleos de Apoio à Saúde à Família - NASF, até 2021.	10	15	Número absoluto de Núcleos de Apoio à Saúde à Família.	Meta alcançada. Foram habilitadas pelo Ministério da Saúde um total de 15 NASF's, até o momento dividido nos oito territórios de saúde no município.
Manter a Equipe de Consultório na Rua com acompanhamento das pessoas em situação de rua, até 2021.	1	1	Número absoluto de Equipe de Consultório na Rua.	Meta alcançada. Mantida a Equipe de Consultório na Rua Modalidade 3 durante todo o ano de 2018.
Realizar o acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família, em no mínimo 60%, até 2021.	60%	79,52%	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	Meta parcialmente alcançada. Na área da Saúde, 10.869 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 8.643 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 79,52%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 72,76%. Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde muito bom, acima da média nacional. Para manter esse desempenho, a equipe da gestão municipal do PBF pode realizar ações de orientações às famílias para que informem

				que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço; e planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela saúde. Também é importante se organizar para registrar mensalmente as informações sobre as gestantes identificadas. As informações de descumprimento das condicionalidades de saúde e de situação nutricional das famílias devem servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias.
Diminuir a proporção de gravidez na adolescência em 1% ao ano, até 2021.	13%	11,60%	Proporção de gravidez na adolescência.	Meta alcançada. Em análise dos últimos quadrimestres, constatamos que o índice de gravidez na adolescência tem se mantido abaixo da meta pactuada. Este resultado satisfatório foi alcançado em virtude das ações voltadas à saúde sexual/ reprodutiva realizadas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), com ênfase nas ações do PSE.
Ampliar o percentual de parto normal, chegando a 43%, até 2021.	40%	40,80%	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	Meta parcialmente alcançada. Esta meta tem como objetivo avaliar a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto, contudo, ressaltamos que o mesmo sofre influência da assistência ao parto na maternidade e a escolha do tipo de parto pela gestante, sendo

				assim o resultado alcançado foi de 40,8%. Algumas estratégias estão sendo adotadas pela gestão para enfrentamento do problema, sendo elas: a construção da Casa de Parto Normal (CPN) que tem como objetivo a organização da rede de atenção materno infantil; fortalecimento da oferta do curso de preparação ao parto com ênfase nas boas práticas ao parto e ao nascimento; visita guiada à maternidade permitindo a vinculação ao local de parto; orientação individual no pré-natal; grupos de gestantes; articulação entre o grupo condutor materno infantil e residência obstétrica como estratégia para aumentar a proporção de partos normais.
Ampliar de 72% para 75% o percentual de gestantes que iniciam pré-natal até 12 semanas, até 2021.	72%	dados indisponíveis	Percentual de gestantes que iniciam pré-natal até 12 semanas.	Dados indisponíveis, uma vez que o município não utiliza mais o SISPRENATAL. Destaca-se que está em fase de implantação e implementação o sistema Seguimento, o qual permitirá a extração de tais informações.
Ampliar de 74% para 78% a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal, até 2021.	75%	72,30%	Proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal	Meta não alcançada. Foram 81 óbitos de mulheres em idade fértil em 2018 (dados parciais), sendo que 16 (20,0%) ainda aguardam conclusão da investigação. Sendo assim, 80,0% dos óbitos de MIF foram investigados até esse momento. Óbitos ocorridos no terceiro quadrimestre têm prazo de 120 dias para terem sua investigação concluída, o que faz com que esse dado ainda melhore no final do primeiro trimestre de 2019 quando as análises das investigações e a correção do banco de dados sejam concluídas.

Manter anualmente menor ou igual a 03 o número de óbitos maternos até 2021.	03	0	Número de óbitos maternos	Meta alcançada. Não houve nenhum óbito materno no período por causas evitáveis. Foram registrados dois óbitos em gestantes por causas externas (acidentes automobilísticos), no entanto, estes não estão relacionados a qualidade do pré-natal.
---	----	---	---------------------------	---

Tabela 40

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos e outros materiais de consumo para execução dos serviços e atividades da Atenção Primária como materiais de limpeza, copa, expediente, EPI's, material hospitalar e odontológico e outros materiais que se fizerem necessários;	800.000,00	0040.00.199	532.154,28	X	X	X
	0,00	0010.10.199	676.394,00	X	X	X
Aquisição de materiais de consumo como: gêneros alimentícios para atender o Centro de Saúde da Comunidade Walterly Wagner e Buritirana. Como também aquisição de gás de cozinha, lanches oxigênio medicinal, manutenção de ar condicionado, de equipamentos MMH, material para proteção e segurança, material odontológico, material para manutenção de bens e serviços, serviço de vidraceiro dentre outros insumos que se fizerem necessários;	696.149,00	0040.00.103	1.516.112,10	X	X	X
	0,00	0401.90.199	3.975,00	X	X	X

Aquisição de materiais de consumo como: gêneros alimentícios para atender o Centro de Saúde da Comunidade Walterly Wagner e Buritirana. Como também aquisição de gás de cozinha, lanches oxigênio medicinal, manutenção de ar condicionado, de equipamentos MMH, material para proteção e segurança, material odontológico, material para manutenção de bens e serviços, serviço de vidraceiro dentre outros insumos que se fizerem necessários;	100.000,00	0401.00.103	724.068,13	X	X	X
Despesas orçamentárias como: gêneros alimentícios, manutenção e conservação de bens e serviços. Materiais: de acondicionamento e embalagem, copa e cozinha, expediente, de limpeza e produtos de higienização, manobra e planejamento, processamento de dados, proteção e segurança, eletrônico, hospitalar, laboratorial, odontológico; manutenção de bens e móveis, manutenção de veículos, e aquisição de medicamentos;	64.000,00	0401.00.199	97.975,34	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros para aquisição de combustíveis, lubrificantes, lavagem automotiva, manutenção e conservação de veículos, link de internet e taxa de administração, dentre outros serviços que se fizerem necessários à manutenção da Atenção Primária;	120.840,00	0040.00.101	335.286,37	X	X	X

Contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica para aquisição de material para manutenção de veículos, serviço de seleção e treinamento, serviço de comunicação em geral, serviços bancários, serviços de telefonia e comunicação, serviços técnicos profissionais, dentre outros serviços que se fizerem necessários à manutenção da Atenção Primária;	50.000,00	0040.00.199	50.000,00	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros para manutenção dos serviços da Atenção Primária como: limpeza e conservação dos Centros de Saúde da Comunidade, locação de veículos, locação de imóveis, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas, equipamentos e veículos, locação de concentrador de oxigênio, locação de gerador, reprografia, serviços gráficos e editoriais fornecimento de oxigênio, pagamento de energia elétrica, fornecimento de alimentação para o CSC de Taquarussú, pagamento de serviço de limpa fossa, serviço de chaveiro, serviços de carimbo, pagamento de serviços de seguro de veículos, telecomunicação, vidraçaria, vigilância eletrônica, dentre outros serviços que se fizerem necessários;	1.245.000,00	0040.00.103	1.245.000,00	X	X	X
	0,00	0010.10.103	892.063,97			X
Contratação de serviços de terceiros para manutenção dos serviços da Atenção Primária como: limpeza e conservação dos Centros de Saúde da Comunidade, locação de veículos, locação de imóveis, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas, equipamentos e veículos, locação de concentrador de oxigênio, locação de gerador,	100.000,00	0401.00.103	100.000,00	X	X	X

reprografia, serviços gráficos e editoriais fornecimento de oxigênio, pagamento de energia elétrica, fornecimento de alimentação para o CSC de Taquarussú, pagamento de serviço de limpa fossa, serviço de chaveiro, serviços de carimbo, pagamento de serviços de seguro de veículos, telecomunicação, vidraçaria, vigilância eletrônica, dentre outros serviços que se fizerem necessários;						
Contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica, para aquisição de material para manutenção de veículos, serviço de seleção e treinamento, serviço de comunicação em geral, serviços bancários, serviços de telefonia e comunicação, serviços técnicos profissionais, dentre outros serviços que se fizerem necessários à manutenção da Atenção Primária;	50.000,00	0401.00.199	50.000,00	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros (pessoa física) para locação de espaço físico para abrigar os Centros de Saúde da Comunidade Jaú, Morada do Sol, 1.302 Sul, Taquaruçu e os que se fizerem necessários;	35.000,00	0040.00.103	35.000,00	X	X	X
Aquisição de materiais para distribuição gratuita (fraldas descartáveis);	55.055,00	0040.00.199	55.055,00	X	X	X
Pagamento de despesas com sentenças judiciais.	50.000,00	0040.00.199	50.000,00	X	X	X
Total da Ação	3.366.044,00	-	6.363.084,19	-	-	-

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Manutenção das ações da Estratégia Saúde da Família/Saúde Bucal e de Agente Comunitário de Saúde/NASF/Consultório na Rua, sendo necessária a aquisição de insumos, EPIs e vale transporte; realização de manutenção preventiva e curativa de equipamentos médico-hospitalares e de saúde bucal; manutenção da estrutura física dos prédios próprios ou locados, bem como pequenos reparos; locação de imóveis e veículos; aquisição de combustível; pagamento de link de dados e de internet; manutenção da frota e de ar-condicionado; pagamento de postagens, telefonia fixa e móvel, reprografia, vigilância eletrônica e energia elétrica; aquisição de fraldas para atender demanda judicial; pagamento de alimentação em casos pontuais; aquisição de oxigênio, de material de limpeza, de expediente e de copa, além de material de enfermagem e gráfico; caracterização dos CSC, e ainda adesão de ESF/ESB ao PMAQ, bem como do acompanhamento e avaliação dos profissionais que atuam na ESF, dentre outros itens que se fizerem necessários ao bom desenvolvimento dos Centros de Saúde da Comunidade. A meta física foi alcançada na sua totalidade e o percentual de execução financeira foi de 94,3%. Ressaltamos que para a execução desta ação foi necessário o aporte de recursos, para fins de manutenção e melhorias dos serviços ofertados à população.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: PPA – P Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde

Nº da Ação na LOA: 4511	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 301	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	--------------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Facilitar o acesso e oferecer assistência humanizada e de qualidade à população nas unidades de saúde visando redução de taxas de agravos por meio da coordenação do cuidado dos ciclos de vida, de forma a promover saúde integral do usuário.

Descrição da Ação: O fortalecimento da Atenção Primária dar-se-á por meio implementação, ampliação e integração entre Núcleo de Apoio às Equipes de Saúde da Família/Saúde Bucal; da capacitação dos profissionais da Atenção Primária sobre acolhimento da demanda

espontânea, facilitando o acesso da comunidade aos serviços de saúde, sobre os ciclos de vida proporcionando atenção integral desde a saúde da criança, adolescente, mulher, homem e idoso a áreas estratégicas das políticas em saúde, como alimentação e nutrição, hipertensão e diabetes, Programa Saúde na Escola - PSE e saúde prisional; realização e participação de seminários, capacitação simpósios, cursos, congressos, e eventos de amostras exitosas, pertinentes à atenção primária; implantação de serviços e protocolos; da implementação das ações de redução de mortalidade materno-infantil; do acesso ao pré-natal de qualidade, com orientações sobre o parto normal humanizado e realização de exames oportunos; da contratação de serviços de terceiros como coffee-break; da aquisição de passagens aéreas, diárias e hospedagens para garantir a participação de técnicos da Atenção Primária e colaboradores externos em eventos de interesse; da aquisição de insumos e instrumentais odontológicos; da implementação do consultório na rua; da modernização da Atenção Primária por meio da ampliação e implementação da tecnologia da informação nos CSC; da implementação do Projeto “Palmas para Todos”, dentre outras atividades voltadas ao fortalecimento da Atenção Primária. As ações e serviços executados visando a implementação, ampliação e integração dos serviços da atenção primária, os quais são extrema importância para o alcançar o objetivo de ampliação e acesso às ações e serviços de saúde, com ênfase na integralidade, equidade, humanização e justiça social, considerando as redes temáticas e demais políticas de atenção e vigilância em saúde, bem como os determinantes sociais de saúde nos territórios.

Meta Orçamentária Total: R\$ 422.397,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 41

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Ampliar, de 87,5% para 100%, a cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde Bucal, até 2018.	100%	89,02%	Cobertura populacional estimada pelas Equipes de Saúde Bucal	Meta parcialmente alcançada. Apesar de um aumento gradativo do indicador no 2º e 3º quadrimestre, ainda não foi possível alcançar a cobertura de 100%, entretanto, encontra-se em fase de planejamento e estruturação o funcionamento das demais equipes onde

				falta saúde bucal visto que o município já havia apresentado ao Conselho Municipal de Saúde – CMS e Comissão Intergestora Bipartite-CIB, aguardando apenas a habilitação do ministério da saúde destas equipes, tendo alcançado resposta positiva do ministério em Outubro/2018 através de portaria publicada credenciando novas equipes para que se alcance o resultado de 100% de cobertura.
Implantar a política de Atenção Integral à Saúde da Mulher em 2018	01	01	Número absoluto de Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher implantada	Meta alcançada. Reflete o compromisso com a implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis. A política de Atenção Integral À Saúde da Mulher tem a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. Agrega, também, a prevenção e o tratamento de mulheres vivendo com HIV/aids, sífilis em gestante e sífilis congênita e as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico.
Implantar o Modelo de Atenção às Condições Crônicas – MACC em 100% dos Pontos de Atenção da RAVS, em 2018	100%	90%	Percentual de pontos de Atenção da RAVS com o Modelo de Atenção às Condições Crônicas	Meta parcialmente alcançada. A proposta inicial era que 40 unidades de saúde que compõe a RAVS fossem inseridas no MACC. Até o final do terceiro quadrimestre, conseguimos implantar o modelo em 36 unidades, perfazendo um percentual de 90%. A implantação do modelo na Rede de Atenção à Saúde, em 2018, ocorreu por meio da capacitação dos profissionais apoiadores e da realização de várias tutorias in locu, sob consultoria externa. Mesmo não

				alcançando a meta em sua totalidade, consideramos o resultado satisfatório, uma vez que a implantação do MACC requer uma a qualificação da APS e ASS no município, a capacitação dos apoiadores, intensa mobilização da gestão e dos profissionais da rede, organização dos sistemas de registro, além de monitoramento estratégico.
Ampliar 10 (dez) Centros de Saúde da Comunidade – CSC, até 2019	04	0	Número absoluto de Centros de Saúde da Comunidade ampliados	Meta não alcançada, por indisponibilidade orçamentário financeiro.

Tabela 42

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Pagamento de indenização aos Agentes Comunitários de Saúde para aquisição de tablets visando o aprimoramento do trabalho, e aquisição de uniformes;	70.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Apoio às atividades da Semana do Bebê, Outubro Rosa, Comemoração do Dia Nacional do Idoso e Novembro Azul (material gráfico, material para decoração, brindes). Apoio institucional aos Centros de Saúde da Comunidade por meio de supervisão continuada nos territórios de saúde, identificando as necessidades e particularidades dos mesmos para intervenção. Desenvolvimento de ações de educação permanente e educação em saúde, tais como capacitações, cursos, oficinas, palestras e mostras (Mostra de Atenção Primária e Vigilância em Saúde);	50.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Aquisição de EPI's e protetor solar para os Agentes Comunitários de Saúde, kit gestante;	191.196,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Aquisição de vale transporte para os Agentes Comunitários de saúde;	61.200,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Multas dedutíveis;	5.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Contratação de empresa para prestar serviço de caracterização visual, material gráfico e paisagismo;	45.001,00	0040.00.103	14.875,00	X	X	X

Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	0,00	0405.90.199	16.993,92	X	X	X
Habilitação de 1 Consultório na Rua;	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Habilitação de 13 (quinze equipes) de NASF (Núcleo de Apoio a Estratégia Saúde da Família);	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Outras atividades desenvolvidas para o fortalecimento das ações da Atenção Primária, tais como: construção de fluxos e protocolos; garantia da qualidade dos sistemas de informação; identificação, discussão e recomendações sobre os problemas/pontos críticos; reuniões e capacitações com as equipes de saúde; supervisão nos CSC's; realização de atividades de educação permanente e população; participação em instâncias de controle social do SUS, monitoramento dos indicadores de saúde, apoio institucional aos CSC por meio de supervisão técnica nos territórios de saúde, dentre outras atividades.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Total da Ação:	422.397,00	-	31.868,92	-	-	-

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A Ação de Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde foi desenvolvida no ano de 2019 através das seguintes atividades: Inserção da residência multiprofissional como parceira da liga feminina de combate ao câncer; Início do processo de reorganização da linha de cuidado referente aos agravos do grupo condutor; articulação junto ao Laboratório Municipal para a coleta das Lâminas de Verificação de Cura dos pacientes positivos de malária; Participação na apresentação dos dados da Análise Situacional de Saúde, nos Grupos Integrados; Realização de cursos de capacitação em Teste Rápido para os profissionais de toda a rede; Janeiro roxo: Realizado mobilizações em todas as feiras livres de Palmas; os Centros de Saúde da Comunidade (CSC's) desenvolveram atividades dentro do agravo Hanseníase; período do Carnaval realizadas blitz educativas e coercitivas, panfletagens, palestras e operações preventivas no trânsito juntamente com os parceiros; planejamento da programação alusiva ao Maio Amarelo com a campanha "Uso compartilhado da Via" e "Balada Segura; Participação no Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília-DF, em março/18; Monitoramento do Plano Municipal de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos; Acompanhamento complementar de casos por intoxicações exógenas; Apoio técnico de pesquisadores que compõe a equipe do autor Eugênio Vilaça; priorização e elaboração de um plano de ação, seguindo-se os outros passos do ciclo do PDSA (Plano de

Ação); Realização de encontros por cada categoria profissional do NASF-AB para o levantamento das necessidades pedagógicas e demandas pertinentes aos processos de trabalho; Acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família (PBF); Articulações Intersetoriais e visitas institucionais com o intuito de integrar os serviços de saúde da Rede com o trabalho do NASF-AB; Realizado uma ação de promoção à saúde com o SEST/SENAT, onde foram ofertados, aferição de PA, glicemia, avaliação odontológica, avaliação nutricional, imunização e ofertamos teste rápido para sífilis, HIV e Hepatites; Durante o mês de agosto, comemoramos a Semana Mundial da Amamentação e Agosto Dourado; As técnicas do Grupo Condutor Materno Infantil realizaram visitas aos CSC para discutir sobre o tratamento e manejo clínico da sífilis; Reunião da 1ª Tutoria no Ambulatório de Atenção à Saúde (AMAS) para implantação do Modelo de Atenção às Condições Crônicas; Participação de curso para atuarem como facilitadoras na Rede de Atenção e Vigilância em Saúde (RAVS); Construção do Plano de Ação para controle da Obesidade em escolares, no município de Palmas-TO; Realização do curso de Capacitação em Beribéri para técnicos da Secretaria Estadual de Saúde Realização de Educação Permanente com o tema Beriberi para profissionais nutricionistas do NASF; Participação na I Mostra de Ciências, Tecnologia, Inovação em Saúde, promovida pela Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP); Apresentação de 3 (três) trabalhos no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva; Realização de Curso de Capacitação em Lian Gong em 18 terapias para profissionais do NASF; CAPS AD; SAMU. Participação de técnicos no I workshop de pesquisas em Gerontologia, promovido pela FESP e UFT; Reunião com Núcleo de Assistência Henfil e Secretaria de Estado de Saúde para discussão do fluxo de monitoramento de Hepatites B e C e crianças expostas ao HIV; Ação de promoção ao sexo seguro na Parada do Orgulho LGBTI; Participação do I Fórum Comunitário pelos Direitos da Infância e da Adolescência; Ação de promoção ao sexo seguro no 26º Arraiá da Capital com distribuição de preservativos; Reunião de alinhamento no manejo da Tuberculose, na Casa de Prisão Provisória, com a equipe de saúde da Embrasil e da direção do Vigilância e monitoramento do agravo; Ação de testagem rápida em vários públicos; Construção do Boletim epidemiológico dos anos de 2008 a 2017; Programação alusiva ao Maio Amarelo com “Uso compartilhado da Via” e “Balada Segura; Participação ativa do Projeto do Centro de Valorização da Vida (CVV); Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;; Eventos de massa: atuação intensiva para licenciamento e monitoramento durante os eventos: AGROTINS, ARRAIÁ DA CAPITAL e festejos nas Igrejas; Ação com o grupo de adolescentes “Prontos para Voar” voltada para a temática de Prevenção ao Suicídio; Educação em saúde sobre prevenção do câncer de mama com entrega de material informativo e ações noturnas voltadas à saúde

do homem; Grupos de apoio a escolares com sobrepeso e obesidade com oferta de educação alimentar e nutricional, apoio psicológico e auriculoterapia; Grupos de autocuidado em Hanseníase; Implantação da Caderneta do Idoso; Grupo Saúde do Trabalhador “BEM ME QUERO”; Grupo de Pilates Solo para pacientes que já receberam alta dos atendimentos em Fisioterapia; Grupo para usuário de álcool e outras drogas; Grupos de Combate ao Tabagismo realizados nas regiões Norte, Central e Sul; Grupos de gestantes e puérperas; Participação no VIII Encontro Nacional de Residências em Saúde (ENRS), Participação no Evento Dia da Qualidade da Vida e Saúde no Trabalho, na 3ª Semana de Saúde do Poder Judiciário; Participação de técnicos no XV Congresso de Hansenologia, no mês de Novembro; Construção do Boletim epidemiológico dos anos de 2008 a 2017; Formação de Hansenologia em serviço; Realização da segunda etapa do Projeto abordagens Inovadoras para Intensificar esforços para um Brasil livre de Hanseníase; Participação na Oficina de Implantação de Vigilância do Óbito com Menção da Tuberculose, promovida pelo MS; Reunião sobre implantação da PREP; Entrega de insumos (camisinhas e lubrificantes) para incentivo de prática de sexo seguro; Ações de Promoção, Prevenção e Testagem no mês Dezembro Vermelho com distribuição de preservativos nos Centros de Saúde da Comunidade; Implantação do processo de descentralização do manejo do HIV/Aids e Hepatites Virais; Levantamento dos casos alterados de mamografia; Realização de visitas nos CSC's para matriciamento dos casos alterados nas mamografias do ano de 2017 e 2018; Participação do V Fórum de Saúde Mental, do Seminário Alienação Parental; Ações educativas e de conscientização durante a 12ª edição do Festival Gastronômico de Taquaruçu; Ação no Dia Mundial em Memória às Vítimas de Trânsito, Participação do II Seminário de Segurança Viária; Participação no 3º Encontro Estadual do Fórum Tocantinense de Combate ao Uso de Agrotóxicos; Capacitação e discussão sobre os fluxos relacionados aos Acidentes de Trabalho com Exposição à Material Biológico no Hospital Capacitação sobre Intoxicação Exógena Relacionada ao Trabalho. A meta física foi executada na sua totalidade considerando que a grande maioria das atividades foram não orçamentárias-financeiras e/ou com materiais de já existentes em estoques. Ademais houve a necessidade de remanejar o orçamento para ação de Manutenção da Atenção Primária.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: PPA P - Manutenção de Recursos Humanos da Atenção Primária

Nº da ação na LOA: 2741	Meta Física: 1362	Execução em 2018: 1.392	Função: 10	Subfunção: 301	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	--------------------------	--------------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais da saúde que atuam na Atenção Primária

Descrição da Ação: A manutenção de recursos humanos na atenção primária é necessária para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Compete realizar, entre outros, dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagar a segurança comunitária e patrimonial, conferir prévia e efetuar pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária Total: R\$ 49.112.885,00

Responsável pela ação: Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde e Equipe Gestora

Tabela 43

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados a folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	29.189.985,00	0040.00.11 1	38.560.783,77	X	X	X
		0040.90.11 1	256.940,46	X	X	X
		0010.10.11 1	2.123.576,32	X	X	X
	19.922.900,00	0401.00.11 1	14.392.291,03	X	X	X

Total da Ação	49.112.885,00		55.333.591,58			
---------------	---------------	--	---------------	--	--	--

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A meta física do exercício de 2018 foi superada. A manutenção de recursos humanos na Atenção Primária é indispensável para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Nesta ação há 03 servidores de licença para tratar de interesses particulares, 02 a disposição com ônus para o órgão de origem. Dos 1.392 servidores: 1.248 são efetivos, 1 efetivo/comissionado, 4 comissionado, 20 estagiários, 56 cedidos, 29 contratos temporários e 34 jovens empreendedores.

Os lançamentos no Sistema de Folha de Pagamento foram realizados conforme as demandas, observados as leis e prazos legais.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Esta ação foi uma das mais votadas durante as audiências públicas do PMS/PPA 2018-2021, razão pela qual a mesma deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém, necessário, porém no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras deverão ser atualizados.

Ação: Estruturação e Implementação física da Atenção Primária

Nº da ação na LOA: 1667	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 301	Tipo de Ação: Projeto
-------------------------	-------------------	--------------------	----------------	-----------------------

Finalidade: Oferecer assistência humanizada e de qualidade à população nas referidas comunidades, por meio de um Centro de Saúde da Comunidade com estrutura física adequada e ambiência acolhedora.

Descrição da ação: A estruturação física da Atenção Primária dar-se-á por meio de construções, ampliações e reformas dos Centros de Saúde da Comunidade e aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender atividades necessárias que englobam as ações da Rede Atenção e Vigilância em Saúde - RAVS.

Meta Orçamentária Total: R\$ 2.376.360,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 44

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Construir 07 (sete) Centros de Saúde da Comunidade, até 2021	01	0	Número absoluto de CSC em Taquaruçu construindo	Meta não alcançada, por indisponibilidade orçamentário financeiro.
Reforma 33 Centros de Saúde da Comunidade, até 2021	09	0	Número absoluto de CSC reformados	Meta não alcançada, por indisponibilidade orçamentário financeiro.

Tabela 45

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes que se fizerem necessários à estruturação física da Atenção Primária em Saúde;	5.000,00	0040.00.199	26.602,175	X	X	X
	0,00	0410.90.199	67.161,00			
Obras e instalações;	5.000,00	0040.00.199	26.602,175	X	X	X
Construção do CSC Taquaruçu, ampliação do CSC 508 Norte, 603 Norte e Aurenny II e outros Centros de Saúde da Comunidade que se fizerem necessário.	1.016.360,00	0410.00.103	211.076,33	X	X	X
	1.350.000,00	0498.00.103	0,00	X	X	X
Total da Ação:	2.376.360,00	-	331.441,68			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.



Na execução da Ação de manutenção da Atenção Primária durante o ano de 2018 foi inaugurado no dia 08 de janeiro o Centro de Saúde da Comunidade José Hermes Damaso, no Setor Sul, com espaço para comportar quatro equipes de saúde da família. A falta de repasse financeiro impossibilitou a execução da ação na sua totalidade. Com relação ao percentual de execução financeira foi de 10,04%, abaixo da prevista. Estes projetos foram redirecionados para o próximo exercício.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém se necessário com alteração na nomenclatura da ação orçamentária, no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: PPA P - Gerenciamento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 2739	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 305	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	--------------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Garantir os insumos e materiais de consumo para a adequada realização das ações de Vigilância em Saúde.

Descrição da ação: O gerenciamento das ações e serviços de Vigilância em Saúde ocorrerá por meio do provimento de insumos laboratoriais e de enfermagem, materiais de consumo, manutenção de ar-condicionado, material de expediente e de limpeza, contratação de empresas para manutenção e conservação de veículos, combustíveis, lavagem e locação de veículos, postagem, telefonias fixa e móvel, vigilância eletrônica e armada, manutenção da frota, locação de imóvel, serviço de reprografia, manutenção predial, pagamento de indenização de transporte, materiais de distribuição gratuita, fórmula láctea infantil, aquisição de EPI's, dentre outros insumos necessários à realização das ações de vigilância epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador, vigilância ambiental, Unidade de Controle de Zoonoses, imunização e informações estratégicas em saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 1.174.054,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde

Tabela 46

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Reduzir em 0,2% ao ano a taxa de mortalidade prematura por DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) chegando a 197/100mil habitantes no ano de 2018	197	173,42/100mil	Taxa de mortalidade prematura (30 a 69) pelo conjunto das 4 principais DCNT's (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Meta superada. Este indicador deve ser de tendência decrescente e polaridade negativa(quanto menor melhor) é calculado a partir do banco de dados do SIM (Sistema de Mortalidade). Para o cálculo, foram utilizados os dados atualizados até o dia 20/12/18. Até esta data o preenchimento do relatório, com as declarações de óbito (DO's) de dezembro ainda não tinham sido completamente codificadas e informadas no SIM. Como o mesmo fica em aberto para alterações por até dois anos, a taxa encontrada poderá ser alterada posteriormente, à medida que forem sendo codificadas e corrigidas. Até o momento, ocorreram 191 óbitos prematuros (30 a 69 anos) pelas principais causas de DCNT's, considerando a população estimada de 2015 de 110.137 mil habitantes na mesma faixa etária, o que equivale a uma taxa de 173,42/100 mil habitantes.
Realizar 100% das ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios, anualmente, até 2021	100%	100%	Percentual de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios desenvolvidas	Meta alcançada. Os cadastros de estabelecimentos sujeitos à VISA. Ao final do ano de 2018 estão cadastrados 2.681 estabelecimentos na Vigilância Sanitária de Palmas; inspeção em estabelecimentos sujeitos à VISA; Foram inspecionados 2.441 estabelecimentos de interesse sanitários, sendo licenciados 2.198, atividades educativas para população e setor regulado; Foram realizadas palestras educativas para as escolas, universidades e empresários produzindo um publico de 895

				ouvintes em 2018; recebimento de denúncias e atendimento de denúncias; Foram recebidas em 2018, o número de 147 denúncias em 2018, foram atendidas e concluídas 138 estando ainda 67 em atividades de resolução dos objetos das denúncias; instauração de processo administrativo sanitário; Foram instaurados em 2018; 80 processos administrativos sanitários, sendo julgados e concluídos 283 processos.
Realizar anualmente, pelo menos, 4 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue em 80% dos imóveis, até 2021	04	01	Número de ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue realizados em 80% dos imóveis	Meta não alcançada. Entretanto, as visitas domiciliares obtiveram um índice de 61,8% de inspeções em relação ao total que deveria ter sido vistoriado no 3º quadrimestre (101.375 imóveis visitados). A visitação e vistoria domiciliar compreende as ações de vigilância às arboviroses, através do manejo ambiental e da informação em saúde sobre o vetor, <i>Aedes aegypti</i> .
Reduzir em 5% ao ano a incidência de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, até 2021	5%	3,30%	Coefficiente de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano	Meta não alcançada. Após um monitoramento contínuo, capacitações com os profissionais da rede, ampliação da testagem rápida e aumento da oferta de testes, foi alcançado um total de 3,3% no 3º quadrimestre. O quantitativo de gestantes aumentou 25%, 102 gestantes em 2017 para 128 gestantes diagnosticadas em 2018. Pode-se citar algumas dificuldades encontradas no manejo das gestantes como o uso de drogas, baixo poder aquisitivo, não adesão do parceiro ao tratamento e elevado número de faltas em consultas de pré-natal para algumas gestantes em condição de vulnerabilidade social.
Realizar no mínimo 02 de testes de sífilis por gestante anualmente, até 2021	02	3,1	Número de testes de sífilis por gestantes	Meta alcançada e superada. Os dados para o cálculo foram retirados do sistema SisLogLab, onde além de fornecer o quantitativo de testes rápidos realizados para IST's (HIV, sífilis, hepatites B e C) é o sistema

				utilizado para solicitação de kits de teste no município. Comparando com dados do ano passado, o município atingiu exatamente 2,3 testes de sífilis por gestantes. Já neste ano, foram alcançados 3,1 testes. Dados estes são reflexo de ações de capacitações em testagem rápida, ações de mobilização da equipe e ações de conscientização da população para disponibilidade de testes nos CSC e da importância de sua utilização.
Manter anualmente, até 2021, em menor ou igual a 01 o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos de idade, residentes em Palmas	01	0	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos de idade	Meta alcançada. O município de Palmas não registra nenhum caso de HIV em menores de 5 anos desde 2012. Este indicador avalia a qualidade da assistência ao pré-natal, o manejo/monitoramento das gestantes com HIV e criança exposta. A ausência de casos deve-se principalmente ao trabalho em parceria entre Henfil, Hospital e Maternidade Dona Regina e Centros de Saúde da Comunidade.
Ampliar, em 10% ao ano, a taxa de detecção de HIV e favorecer o diagnóstico precoce, até 2021	10%	15,6%	Número de casos de HIV notificados	Meta alcançada. Como previsto, devido a intensificação das capacitações e das ações de testagem rápida nos centros de saúde, e na comunidade em geral, principalmente durante o mês de dezembro (mês de combate ao HIV), conseguimos alcançar um aumento de 15,6% em relação ao mesmo período no ano anterior. Pretendemos manter os esforços ao longo de 2019 para alcançar a meta 90-90-90 (90% de todas as pessoas vivendo com HIV saberão que têm o vírus; 90% de todas as pessoas diagnosticadas receberão terapia antirretroviral ininterruptamente; 90% de todas as pessoas recebendo terapia antirretroviral terão supressão viral) instituída pelo Ministério da Saúde.

Manter a proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase, anualmente, em no mínimo 92%, até 2021	92%	91,3%	Proporção de contatos intradomiciliares examinados de casos novos de hanseníase	Meta parcialmente alcançada. Em relação ao primeiro quadrimestre, tivemos um aumento na avaliação dos contatos, devido à ação do Dia D de avaliação de contatos realizada em novembro de 2018. A Supavs atua de forma conjunta com os Centros de Saúde à medida que monitora e acompanha a quantidade de paciente registrados e examinados de cada usuário, onde os profissionais de saúde realizam busca ativa para que os contatos sejam examinados o mais rápido possível. Alguns Centros de Saúde também dedicam um dia da semana somente para a realização de avaliação de contatos. Esse conjunto possibilitou a elevação nesse indicador do primeiro para o terceiro quadrimestre.
Manter no mínimo em 90% a proporção de cura nas coortes de casos novos de hanseníase, até 2021	90%	90,5%	Proporção de cura nas coortes de casos novos de hanseníase nos anos da coorte	Meta alcançada. A meta leva em consideração a coorte de tratamento que corresponde a 1 ano para pacientes paucibacilar e 2 anos para pacientes em tratamento Multibacilar (a contar da data do diagnóstico). Durante o período analisado obteve-se um total de 457 pacientes curados, porém o número de abandono foi de 43 pacientes. A recusa de pacientes ao tratamento por diversos motivos como: pacientes em vulnerabilidade, usuários de drogas, moradores sem residência fixa e etilistas, tem sido uma barreira na continuidade do mesmo. Dessa forma, continuamos a intervir com ações para diminuir essa quantidade de pacientes em abandono. Observa-se também um aumento no número de pacientes de outros municípios que realizam tratamento em Palmas, porém não realizam o acompanhamento correto por residirem em outro lugar. A SUPAVS atua monitorando mensalmente os

				casos através de boletins mensais, onde é cobrado aos territórios a realização do acompanhamento de doses e itens pendentes, como a realização do exame de contatos e avaliação do grau de incapacidade na cura e monitoramento de pacientes em provável abandono. Além de ações em conjunto com os territórios, o Projeto “Palmas Livre da Hanseníase”, tem incentivado e treinado os profissionais no diagnóstico e manejo correto desses pacientes, para que os mesmos tenham cuidado integral da saúde.
Manter em 85% a proporção de cura de casos novos de TB pulmonar bacilífera, até 2021	85%	66,7%	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera	Meta não atingida. Para cálculo do indicador cura, usamos o ano anterior para coorte, neste caso 2017. Neste, todos os casos de Tuberculose já se encontram encerrados. Dos 15 casos novos de TB pulmonar bacilífera, apenas 10 encerraram como cura. Os outros 5 casos: 3 abandonos, 1 transferência e 1 óbito por outras causas. A taxa de abandono foi de 20%, sendo que o estimado pelo MS é inferior a 5%.
Manter, até 2021, a realização de exames anti-HIV para 90% dos casos novos de tuberculose	90%	96%	Percentual de exames anti-HIV realizados entre casos novos de TB	Meta atingida. Para cálculo do indicador exames anti-HIV nos casos novos de TB, utilizamos o ano diagnóstico vigente, ou seja, 2018. Dos 25 casos novos de TB, até a presente data, diagnosticados em 2018, 24 foram testados para HIV, apenas 01 aguarda resultado de sorologia.
Realizar a testagem para HIV em 100% dos casos novos de Leishmaniose Visceral, até 2021	100%	71,2%	Proporção de testagem para HIV aos casos novos de Leishmaniose Visceral	Meta não alcançada. Foram 10 casos confirmados de LV no 1º quadrimestre, desses, em 08 pacientes foi realizado o teste para HIV. Já no segundo quadrimestre, dos 11 casos confirmados, 10 fizeram o teste. No terceiro Quadrimestre, foram 7 casos novos confirmados e em apenas 3 pacientes foi realizado o teste para HIV.

Realizar a testagem para HIV em 100% dos casos novos de Leishmaniose Tegumentar, até 2021	100%	73,2%	Proporção de testagem para HIV aos casos novos de Leishmaniose Tegumentar	Meta não alcançada. No primeiro quadrimestre Foram confirmados 08 casos novos autóctones de LTA e em todos os pacientes foi realizado o teste para HIV. Já no segundo quadrimestre a meta não foi alcançada. Foram confirmados 09 casos e desses, 07 fizeram o teste para HIV. No terceiro quadrimestre foram 07 casos confirmados e em apenas 03 foi realizado o teste.
Manter anualmente, até, menor ou igual a 02 (dois) o número absoluto de óbitos por arbovírus (Dengue, Zika Vírus e Febre de CHIKV), até 2021	02	01	Número absoluto de óbitos por arbovírus (Dengue, Zika Vírus e Febre de CHIKV)	Meta alcançada, no terceiro quadrimestre foi registrado um óbito no município de Palmas – To na rede hospitalar privada. O grupo condutor estar desenvolvendo atividades de capacitações tanto nos serviços de saúde municipais, tanto na rede hospitalar privada, com o intuito de esclarecer as dúvidas e alinhar as condutas de manejo clínico.
Manter anualmente menor ou igual a 02 (dois) o número de óbitos por leishmaniose visceral, até 2021	02	02	Número de óbitos por leishmaniose visceral	Meta alcançada. No primeiro quadrimestre não houve registro de óbito por LV. No segundo e terceiro quadrimestre, foram registrados 01 óbito em cada.
Manter em 0,6, a razão de exames citopatológicos (a cada três anos) em mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos , até 2021	0,6	0,43	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Meta ainda em aberto. A meta em questão deve ser calculado pelo número de citologias realizadas no período de setembro a dezembro, entretanto o DATASUS só forneceu até o momento do fechamento deste relatório, os dados de set/out. Considerando que a razão é cumulativa tem-se que entre janeiro a outubro deste ano foram realizados um total de 8.539 citologias, o que corresponde a 0,43 (53,7% da meta pactuada para o ano).
Manter em 0,3, anualmente a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade, até 2021	0,33	0,3	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população de determinado local e população da mesma faixa etária	Meta ainda em aberto. A meta em questão deve ser calculado pelo número de mamografias realizadas no período de setembro a dezembro, entretanto o DATASUS só forneceu até o momento do fechamento deste relatório, os dados de set/out.

				Considerando que a razão é cumulativa tem-se que entre janeiro a outubro deste ano foram realizados um total de 1.577 mamografias, o que corresponde a 0,3 (90,9% da meta pactuada para o ano).
Ampliar de 16% para 90% o seguimento de mulheres com atipias celulares em colo de útero na faixa etária de 25 a 64 anos, até 2021	60%	66,6%	Proporção de mulheres em seguimento de atipias celulares em colo de útero na faixa etária de 25 a 64 anos, em Palmas-TO	Meta alcançada. A meta em questão deve ser calculada pelo número de mulheres que entraram no SISCAN para realização do seguimento no referido período pelo total de mulheres que tem registrado a realização deste no sistema. O sistema só forneceu até o momento do fechamento deste relatório, os dados de até 18/12/2018 (parâmetro utilizado para fechamento). Considerando que o percentual é cumulativo tem-se que entre janeiro a 18/12/2018 deste ano foram realizados o seguimento de 66,6% dos casos alterados de citologia que entraram para seguimento de acordo com os critérios do SISCAN.
Manter a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária autóctone em Palmas-TO < ou igual a 1/100 habitantes, até 2021	01	0	Incidência parasitária anual de malária	A meta para malária em 2018 é de "Manter a Incidência Parasitária Anual (IPA) da malária autóctone em Palmas menor ou igual a 0,01/1.000 habitantes". Tendo em vista que não houve ocorrência de casos de malária por transmissão autóctone em Palmas/TO no ano de 2018, o indicador foi alcançado com sucesso. Neste período foram notificados 494 casos suspeitos de malária, e destes, 09 casos apresentaram diagnóstico positivos (seis por Plasmodium vivax e três por Plasmodium falciparum + Plasmodium vivax). Os nove pacientes tiveram origem importada, 01 caso teve origem do Amapá, 02 do Pará, 02 de Roraima, 01 de Rondônia, 01 do Maranhão, 01 de Guiana Inglesa e 01 da Venezuela.
Investigar 100% dos óbitos por Acidente de Trabalho, no município de Palmas,	100%	99%	Proporção de óbitos por acidentes de trabalho	Meta alcançada parcialmente. 99% óbitos por acidentes de trabalho foram investigados.

anualmente, até 2021			investigados	
Ampliar em 30%, ao ano, a Vigilância em Ambientes e Processos de Trabalho, no município de Palmas	30%	25%	Número de vigilâncias em ambientes e processos de trabalho	Meta parcialmente alcançada
Investigar, anualmente, 100% dos óbitos maternos de mulheres residentes em Palmas - TO até 2021	100%	Não houve casos	Proporção de óbitos maternos investigados	Meta alcançada. Não houve nenhum óbito materno no período por causas evitáveis. Foram registrados dois óbitos em gestantes por causas externas (acidentes automobilísticos), no entanto, estes não estão relacionados a qualidade do pré-natal.
Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil	100%	80%	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	. Meta não alcançada. Foram 81 óbitos de mulheres em idade fértil em 2018 (dados parciais), sendo que 16 (20,0%) ainda aguardam conclusão da investigação. Sendo assim, 80,0% dos óbitos de MIF foram investigados até esse momento. Óbitos ocorridos no terceiro quadrimestre têm prazo de 120 dias para terem sua investigação concluída, o que faz com que esse dado ainda melhore no final do primeiro trimestre de 2019 quando as análises das investigações e a correção do banco de dados seja concluída.
Manter em 100% o percentual de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez, até 2021	100%	115,98%	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Meta alcançada. A meta é manter 100% da proporção das análises dos parâmetros. Este indicador avalia a proporção de amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez, analisadas conforme determinado pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, inferindo a qualidade da água consumida pela população. O percentual de análises realizadas no 3º quadrimestre superou a meta, e no exercício de 2018, superou em 15,98% a meta de manter em 100% a proporção das análises.

Encerrar, anualmente, no mínimo 85% das doenças compulsórias registradas no SINAN, em até 60 dias a partir da data de notificação, até 2021;	85%	89,3%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DCNI) encerradas em até 60 dias após notificação;	Meta alcançada. Os grupos condutores têm se esforçado para o fechamento oportuno das notificações. Em observação as definições do Ministério da Saúde, qualificando assim o banco de dados com informações mais precisas através das investigações realizadas.
Manter em no máximo 3% a proporção de registro de óbitos com causa básica mal definida de residentes em Palmas.	3%	17,5%	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	Meta não alcançada. Em 2018 ocorreram 869 óbitos (dados parciais), pois ainda existem declarações de óbito que estão em processo de codificação e digitação. Foram 326 por CMD do capítulo XVIII (15CMD), 341 (7CMD) e 202 (4CMD) por quadrimestre respectivamente. E, classificados como garbage (dentre todos os capítulos) foram 152 (57 garbage), (65 garbage) e (30 garbage). Óbitos ocorridos e com causa básica de óbito declarado como mal definida do capítulo XVIII e os garbage de todos os capítulos ainda estão sendo investigados ou em processo de análise e de correção no banco de dados. O percentual parcial de causas de óbito Mal Definida anual é de 17,5%.

Tabela 47

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para manutenção das ações de Vigilância em Saúde, como: fornecimento de energia elétrica, chaveiro, manutenção de equipamentos, serviços de limpa fossa, carimbos, fornecimento de água mineral e gelo, seguro de veículos,	390.980,00	0040.00.103	534.564,96	X	X	X

manutenção predial, recarga de nitrogênio líquido, dentre outros serviços necessários.						
Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para manutenção das ações de Vigilância em Saúde, como: manutenção, conservação, locação e lavagem de veículos, manutenção de ar-condicionado, pagamento de telefonia fixa e móvel, vigilância eletrônica, link de internet e reprografia, dentre outros serviços que se fizerem necessários.	215.000,00	0040.00.101	229.963,09	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros (pessoa física), como pagamento de aluguel do Ecoponto e outros serviços que se fizerem necessários.	60.000,00	0040.00.103	60.000,00	X	X	X
Aquisição de materiais de consumo para manutenção de equipamentos, predial, dentre outros insumos que se fizerem necessários.	50.000,00	0040.00.103	50.000,00	X	X	X
Pagamento de despesas do exercício anterior.	10.000,00	0040.00.199	10.260,70	X	X	X
Pagamento de despesas do exercício anterior.	10.000,00	0040.00.103	10.000,00	X	X	X
Pagamento de despesas do exercício anterior.	10.000,00	0040.00.101	10.000,00	X	X	X
Aquisição de medicamentos veterinários e outros insumos como ração, cambão, abraçadeiras, caixa de isopor, focinheira, bolsas para trabalho de campo, insumos para a manutenção das atividades do Núcleo de Saúde do Trabalhador e Vigilância em Saúde Ambiental, EPI's (botinas, luvas, óculos de segurança, protetor auricular, protetor solar, máscaras, abafadores, respirador semi-facial) dentre outros necessários para atender ao do CCZ e materiais de enfermagem. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), dentre outros.	50.000,00	0040.00.199	50.000,00	X	X	X
Contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para os agentes de controle de endemias e inspetores da Vigilância Sanitária, para os técnicos da Vigilância em Saúde Ambiental e Núcleo de Saúde do Trabalhador, como camisas, coletes, bonés, calças e jalecos, dentre outros EPI's; , serviços gráficos e editoriais. E também contratação de empresa especializada na confecção de material educativo e informativo, na confecção de faixas, banner, em serviços de carro de som, como também outras atividades para manutenção dos serviços.	20.074,00	0040.00.199	20.000,00	X	X	X

Contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para os agentes de controle de endemias e inspetores da Vigilância Sanitária, para os técnicos da Vigilância em Saúde Ambiental e Núcleo de Saúde do Trabalhador, como camisas, coletes, bonés, calças e jalecos, dentre outros EPI's, serviços gráficos e editoriais. E também contratação de empresa especializada na confecção de material educativo e informativo, na confecção de faixas, banner, em serviços de carro de som, como também outras atividades para manutenção dos serviços	87.500,00	0406.00.199	52.239,38	X	X	X
Aquisição de Material, bem ou serviço para distribuição gratuita (formula láctea);	40.000,00	0406.00.199	40.000,00	X	X	X
Aquisição de medicamentos veterinários e outros insumos como ração, cambão, abraçadeiras, caixa de isopor, focinheira, bolsas para trabalho de campo, insumos para a manutenção das atividades do Núcleo de Saúde do Trabalhador e Vigilância em Saúde Ambiental, EPI's (botinas, luvas, óculos de segurança, protetor auricular, protetor solar, máscaras, abafadores, respirador semi-facial) dentre outros necessários para atender ao do CCZ e materiais de enfermagem. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), dentre outros;	93.000,00	0406.00.199	50.000,00	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para manutenção das ações de Vigilância em Saúde, como: fornecimento de energia elétrica, chaveiro, manutenção de equipamentos, locação de imóveis, serviços de limpa fossa, carimbos, fornecimento de água mineral e gelo, seguro de veículos, manutenção predial, recarga de nitrogênio líquido, dentre outros serviços necessários.	137.500,00	0406.00.103	212.283,63	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para manutenção das ações de Vigilância em Saúde, como: fornecimento de energia elétrica, chaveiro, manutenção de equipamentos, locação de imóveis, serviços de limpa fossa, carimbos, fornecimento de água mineral e gelo, seguro de veículos, manutenção predial, recarga de nitrogênio líquido, dentre outros serviços necessários.	0,00	0010.10.103	80.451,46	X	X	X
Pessoa Jurídica-Locação de Imóveis	0,00	045000103	114.500,00	X	X	X

Total da Ação:	1.174.054,00	-	1.524.263,22	-	-	-
----------------	--------------	---	--------------	---	---	---

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A ação de manutenção de Vigilância em Saúde foi realizada conforme o planejado e ocorreu através do provimento de insumos e materiais de consumo para manutenção do serviço, como materiais de expediente e de limpeza, raticidas e medicamentos veterinários e armadilhas para a Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses (UVCZ), EPI's (camisetas, botas de proteção, capacetes e protetor solar para os agentes de endemias), lupas binoculares de aumento para diagnóstico de casos de Tracoma, fórmula láctea infantil para prevenção da transmissão vertical nas crianças expostas ao vírus HIV/Aids, além da contratação de serviços de terceiros para manutenção das ações de Vigilância em Saúde para recarga de nitrogênio líquido, pagamento de combustível, aquisição de carimbos, confecção de material gráfico, aquisição de materiais para manutenção predial, confecção de chaves e abertura de portas para ingresso forçado em imóveis fechados nos casos de possíveis criadouros de *Aedes*, manutenção de ar condicionado, manutenção, locação e seguro de motos e veículos, aluguel do Ecoponto, serviço de reprografia, recarga de extintores, pagamento de despesas como telefonia fixa e móvel, link de internet, energia elétrica, confecção de placa de sinalização de salas, além da aquisição de outros materiais necessários às atividades de rotina da Vigilância Sanitária para expedição de Alvarás Sanitários e fiscalização, às ações de monitoramento da qualidade sanitária das refeições, às atividades voltadas à Vigilância Epidemiológica de agravos de interesse à saúde pública, às atividades de rotina realizadas pela Central de Vacinas do município e pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador, dentre outras atividades. Meta física alcançada em 100% e a meta financeira foi executada aproximadamente 29% acima da previsão inicial, em razão da necessidade da manutenção das ações e serviços, quando houve aportes de recursos das fontes em especial do tesouro municipal: 0010,0040 e 0450.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Esta ação foi uma das mais votadas durante as audiências públicas do PMS/PPA 2018-2021, razão pela qual a mesma deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: Aprimoramento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 4490	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 305	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	--------------------------	---------------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Qualificar os profissionais de saúde, áreas afins, atores sociais e populações específicas para promoção, prevenção, vigilância, atenção e reabilitação da saúde; melhorar ou manter os indicadores de saúde, reduzindo riscos e aumentando os fatores de proteção; divulgar informações relevantes à gestão, aos serviços e à comunidade, estimulando a mudança nos hábitos comportamentais e reduzindo os riscos e agravos à saúde.

Descrição da Ação: O aprimoramento das ações e serviços da vigilância em saúde dar-se-á por meio do desenvolvimento de ações de educação em saúde nas diversas áreas de Vigilância em Saúde, com realização de oficinas, seminários, conferências, congressos, simpósios, fóruns, aperfeiçoamentos e capacitações, além de apoio aos técnicos da vigilância para participação em eventos internos e externos, sendo para tal necessário a aquisição de passagens e diárias, realização de inscrições, contratação de empresa especializada em fornecimento de coffee break, pagamento de hospedagem para colaboradores externos, contratação de serviços de consultorias, pagamento de hora/aula (GAI), confecção de pastas, brindes e outros materiais de distribuição gratuita, produção e distribuição de material informativo e educativo, dentre outros materiais. O aprimoramento das ações e serviços da vigilância em saúde também ocorrerá por meio do desenvolvimento e manutenção de projetos especiais como o Projeto Vida no Trânsito, Projetos de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes, RCBP, Ações Inovadoras em Hanseníase, dentre outros projetos; do monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados obtidos; busca de editais ou outras formas complementares de financiamento; e da realização de campanhas de prevenção e de mobilização social, sendo necessária, para isso, a contratação de grupo teatral, a aquisição de material didático, de premiações culturais e artísticas, o pagamento de horas-extras, a aquisição de insumos e materiais de consumo (réplica de alimentos, insumos de prevenção às DST, etc.), confecção de faixas, contratação

de carro de som, dentre outros. Também estão inseridas nesta ação todas as atividades relacionadas à informação, educação e comunicação em saúde através da produção e divulgação de informações epidemiológicas, como boletins epidemiológicos com análise da situação de saúde, elaboração de notas técnicas, notas de esclarecimentos e informes epidemiológicos, sejam por meio impresso, como confecção de material gráfico e/ou por veiculação em mídia. Também está contemplado nesta ação o pagamento de indenização de transporte aos agentes de vigilância sanitária e inspetores sanitários, e pagamento de diárias para os agentes de endemias (campanha antirrábica na zona rural).

Meta Orçamentária Total: R\$ 60.000,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Gestora.

Tabela 48

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Ampliar a cobertura vacinal para 95% até 2021	70%	0	Percentual cobertura vacinal ampliada	Meta não alcançada. As coberturas vacinais são influenciadas por diversos fatores. Atualmente identifica-se nos municípios alguns fatores que identificam nos nossos indicadores de cobertura: 1. Registros inadequados das doses aplicadas no sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações. 2. Sensação de segurança por parte da população tendo em vista que a maioria das doenças imunopreveníveis estão sob controle no nosso país. 3. Dificuldade de acesso às salas de vacina municipais devido à falta de vacinadores e horário de funcionamento diferente do horário de funcionamento do centro de saúde. 4. Mitos relacionados à administração de vacinas. 5. Falta de envolvimento de toda a equipe da atenção básica no planejamento das ações de imunização. 6. Falta de conhecimento da população infantil do território e falta da busca ativa das crianças com cartão de

				vacina em atraso. 7. Número reduzido de profissionais de enfermagem (técnicos de enfermagem), gerando falhas no atendimento nas salas de vacina. 8. Falhas no sistema de informação SIPNI, dificultando o registro das doses.
Ampliar de 04 para 08 testes rápidos/gestante (sífilis, HIV, hepatite B e C, no pré-natal até 2020	04	2,6	Número de testes rápido realizados em gestante	Meta não alcançada. Espera-se que haja um aumento progressivo no número de testagem e que se ultrapasse a meta preconizada até 2020. O número de 2,6 testes realizados em gestantes em 2018 reflete o empenho de toda a equipe de saúde, tendo em vista a realização de sucessivas reuniões e discussões, e a melhora no sistema de informação dos testes, que para serem contabilizados devem ser informados com o código BPA correto pelo executor do teste.
Ampliar a investigação dos óbitos infantis e fetais de 82% para 100%, até 2021	85%	81%	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	Meta parcialmente alcançada. Ocorreram 58 óbitos infantis e 40 óbitos fetais, sendo investigados 46 infantis e 33 fetais. Total de 98 óbitos fetais e infantis foram investigados 79 (81,0%). A investigação de dois óbitos ainda não foram encerrados e já estão fora do prazo, por terem acontecido em outros Estados (DF e Goiás) e, mesmo após solicitado ainda não houve resposta.
Implantar 10 (dez) linhas de cuidado na Rede de Atenção e Vigilância em Saúde até 2019 (infecção-contagiosas, materno-infantil, risco cardio-vascular, síndrome metabólica, oncologia, farmácia clínica, práticas integrativas e complementares, antroponozoonoses, causas externas e fatores de risco e promoção da saúde).	04	05	Número absoluto de linhas de cuidado implementada	Meta superada. Foram implantadas neste ano cinco linhas de cuidado, a saber: Saúde Bucal, Síndrome Metabólica, Hanseníase, Idoso e Materno Infantil. Isso significa que o serviço está traçando estratégias para o melhor atendimento, preocupada com a prevenção e promoção da saúde da população palmense.

Tabela 49

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos e materiais de consumo, como materiais esportivos e outros que visem a promoção da saúde e a prevenção de agravos, dentre outros insumos necessários para subsidiar as campanhas de prevenção, de mobilização social e outras atividades educativas voltadas à promoção da saúde e controle de agravos de importância epidemiológica, tais como: DST/Aids e hepatites virais, dengue, tuberculose, hanseníase, violência e acidentes, agravos imunopreveníveis, câncer, tabagismo, obesidade, tracoma, meningites, geo-helmintíases, doenças de transmissão hídrica e alimentar, doença de chagas, zoonoses, raiva, leishmanioses, malária, animais peçonhentos, queimadas, campanhas de vacinação em geral, campanha anti-rábica, dentre outros agravos	50.000,00	04000199	15.810,00	X	X	X
Apoiar as ações de vigilância em saúde voltadas à prevenção de agravos e à promoção da saúde por meio de pagamento de horas-extras relativas a execução de trabalho de campo, como pagamento para agentes de endemias nas campanhas de combate e controle de endemias, como a campanha anti-rábica na zona rural	10.000,00	044200199	0,00	X	X	X
Outras atividades desenvolvidas para o aprimoramento das ações de Vigilância em Saúde, tais como: construção de fluxos e protocolos dos agravos de interesse; garantia da qualidade dos sistemas de informação; identificação, discussão e recomendações sobre os problemas/pontos críticos; elaboração e divulgação de boletins epidemiológicos; participação em reuniões de monitoramento de agravos; reuniões e capacitações com as equipes de saúde; supervisão nos CSC's; realização de atividades de educação permanente e popular; articulação	Atividade não orçamentária	0,00	0,00	X	X	X

junto aos CSC's para busca ativa de casos suspeitos e encerramento das fichas em tempo oportuno; participação em instâncias de controle social do SUS, monitoramento dos indicadores de saúde, apoio institucional aos CSC por meio de supervisão técnica nos territórios de saúde, monitoramento do SI-PNI e busca ativa dos faltosos (esquema de vacinação), dentre outras atividades desenvolvidas pelo CAIEVS.						
Total da ação	60.000,00	-	15.810,00	-	-	-

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A Ação de Aprimoramento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde foi desenvolvida no ano de 2019 através das seguintes atividades: Inserção da residência multiprofissional como parceira da liga feminina de combate ao câncer; Início do processo de reorganização da linha de cuidado referente aos agravos do grupo condutor; articulação junto ao Laboratório Municipal para a coleta das Lâminas de Verificação de Cura dos pacientes positivos de malária; Participação na apresentação dos dados da Análise Situacional de Saúde, nos Grupos Integrados; Realização de cursos de capacitação em Teste Rápido para os profissionais de toda a rede; Janeiro roxo: Realizado mobilizações em todas as feiras livres de Palmas; os Centros de Saúde da Comunidade (CSC's) desenvolveram atividades dentro do agravo Hanseníase; período do Carnaval realizadas blitz educativas e coercitivas, panfletagens, palestras e operações preventivas no trânsito juntamente com os parceiros; planejamento da programação alusiva ao Maio Amarelo com a campanha "Uso compartilhado da Via" e "Balada Segura; Participação no Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília-DF, em março/18; Monitoramento do Plano Municipal de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos; Acompanhamento complementar de casos por intoxicações exógenas; Apoio técnico de pesquisadores que compõe a equipe do autor Eugênio Vilaça; priorização e elaboração de um plano de ação, seguindo-se os outros passos do ciclo do PDSA (Plano de Ação); Realização de encontros por cada categoria profissional do NASF-AB para o levantamento das necessidades pedagógicas e demandas pertinentes aos processos de trabalho; Acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família (PBF); Articulações Intersetoriais e visitas institucionais com o intuito de integrar os serviços de saúde da Rede com o trabalho do NASF-AB; Realizado uma ação de promoção à saúde com o SEST/SENAT, onde foram ofertados, aferição de PA, glicemia, avaliação odontológica, avaliação nutricional, imunização e ofertamos teste rápido para sífilis, HIV e Hepatites; Durante o mês de agosto, comemoramos a Semana Mundial da

Amamentação e Agosto Dourado; As técnicas do Grupo Condutor Materno Infantil realizaram visitas aos CSC para discutir sobre o tratamento e manejo clínico da sífilis; Reunião da 1ª Tutoria no Ambulatório de Atenção à Saúde (AMAS) para implantação do Modelo de Atenção às Condições Crônicas; Participação de curso para atuarem como facilitadoras na Rede de Atenção e Vigilância em Saúde (RAVS); Construção do Plano de Ação para controle da Obesidade em escolares, no município de Palmas-TO; Realização do curso de Capacitação em Beribéri para técnicos da Secretaria Estadual de Saúde Realização de Educação Permanente com o tema Beriberi para profissionais nutricionistas do NASF; Participação na I Mostra de Ciências, Tecnologia, Inovação em Saúde, promovida pela Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP); Apresentação de 3 (três) trabalhos no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva; Realização de Curso de Capacitação em Lian Gong em 18 terapias para profissionais do NASF; CAPS AD; SAMU. Participação de técnicos no I workshop de pesquisas em Gerontologia, promovido pela FESP e UFT; Reunião com Núcleo de Assistência Henfil e Secretaria de Estado de Saúde para discussão do fluxo de monitoramento de Hepatites B e C e crianças expostas ao HIV; Ação de promoção ao sexo seguro na Parada do Orgulho LGBTI; Participação do I Fórum Comunitário pelos Direitos da Infância e da Adolescência; Ação de promoção ao sexo seguro no 26º Arraiá da Capital com distribuição de preservativos; Reunião de alinhamento no manejo da Tuberculose, na Casa de Prisão Provisória, com a equipe de saúde da Embrasil e da direção do Vigilância e monitoramento do agravo; Ação de testagem rápida em vários públicos; Construção do Boletim epidemiológico dos anos de 2008 a 2017; Programação alusiva ao Maio Amarelo com “Uso compartilhado da Via” e “Balada Segura; Participação ativa do Projeto do Centro de Valorização da Vida (CVV); Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;; Eventos de massa: atuação intensiva para licenciamento e monitoramento durante os eventos: AGROTINS, ARRAIÁ DA CAPITAL e festejos nas Igrejas; Ação com o grupo de adolescentes “Prontos para Voar” voltada para a temática de Prevenção ao Suicídio; Educação em saúde sobre prevenção do câncer de mama com entrega de material informativo e ações noturnas voltadas à saúde do homem; Grupos de apoio a escolares com sobrepeso e obesidade com oferta de educação alimentar e nutricional, apoio psicológico e auriculoterapia; Grupos de autocuidado em Hanseníase; Implantação da Caderneta do Idoso; Grupo Saúde do Trabalhador “BEM ME QUERO”; Grupo de Pilates Solo para pacientes que já receberam alta dos atendimentos em Fisioterapia; Grupo para usuário de álcool e outras drogas; Grupos de Combate ao Tabagismo realizados nas regiões Norte, Central e Sul; Grupos de gestantes e puérperas; Participação no VIII Encontro Nacional de Residências em Saúde (ENRS), Participação no Evento Dia da Qualidade da Vida e Saúde no Trabalho, na 3ª

Semana de Saúde do Poder Judiciário; Participação de técnicos no XV Congresso de Hansenologia, no mês de Novembro; Construção do Boletim epidemiológico dos anos de 2008 a 2017; Formação de Hansenologia em serviço; Realização da segunda etapa do Projeto abordagens Inovadoras para Intensificar esforços para um Brasil livre de Hanseníase; Participação na Oficina de Implantação de Vigilância do Óbito com Menção da Tuberculose, promovida pelo MS; Reunião sobre implantação da PREP; Entrega de insumos (camisinhas e lubrificantes) para incentivo de prática de sexo seguro; Ações de Promoção, Prevenção e Testagem no mês Dezembro Vermelho com distribuição de preservativos nos Centros de Saúde da Comunidade; Implantação do processo de descentralização do manejo do HIV/Aids e Hepatites Virais; Levantamento dos casos alterados de mamografia; Realização de visitas nos CSC's para matriciamento dos casos alterados nas mamografias do ano de 2017 e 2018; Participação do V Fórum de Saúde Mental, do Seminário Alienação Parental; Ações educativas e de conscientização durante a 12ª edição do Festival Gastronômico de Taquaruçu; Ação no Dia Mundial em Memória às Vítimas de Trânsito, Participação do II Seminário de Segurança Viária; Participação no 3º Encontro Estadual do Fórum Tocantinense de Combate ao Uso de Agrotóxicos; Capacitação e discussão sobre os fluxos relacionados aos Acidentes de Trabalho com Exposição à Material Biológico no Hospital Capacitação sobre Intoxicação Exógena Relacionada ao Trabalho. A meta física desta ação foi de 100%, considerando que a grande maioria das atividades executadas foram não orçamentárias-financeiras e/ou com materiais existentes em estoques e em parcerias com outras áreas e órgão. A meta financeira entre o recurso inicial e o executado foi de 26,35%, em razão de frustração financeira na fonte 0406.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: Estruturação e Implementação Física da Vigilância em Saúde

Nº da Ação na LOA: 3120	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 305	Tipo de Ação: Projeto
-------------------------	-------------------	--------------------	----------------	-----------------------

Finalidade: Melhoria do serviço prestado à população com a reestruturação física da Vigilância em Saúde.

Descrição da ação: A estruturação física da Vigilância em Saúde dar-se-á por meio da construção da Rede de Frios Municipal (Porte I), da equipação e aquisição de unidade móvel. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender atividades necessárias que englobam as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador, vigilância ambiental, Unidade de Controle de zoonoses, Imunização, informações estratégicas em saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 839.920,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Gestora.

Tabela 50

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Ampliar a Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses, em 2018.	01	0	Número de Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses estruturada e ampliada.	Meta não alcançada, por indisponibilidade orçamentário financeiro

Tabela 51

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as ações de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Centro de Controle de Zoonoses, Central de Imunização e Informações Estratégicas em Saúde.	5.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Construção da Rede de Frios Municipal (Porte I, conforme Portaria Ministerial nº 1.429/2014.	819.920,00	0410.00.103	0,00	X	X	X
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estruturar as unidades de Vigilância em Saúde.	10.000,00	0406.00.199	0,00	X	X	X

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estruturar as unidades de Vigilância em Saúde.	5.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Total da Ação	839.920,00	-	0,00	-	-	-

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Não houve execução orçamentário-financeiro, os recursos previstos são oriundos de fonte federal para a construção e estruturação da Rede de Frios, o Ministério da Saúde repassou somente a 1ª parcela (20%). Foram concluídos os projetos arquitetônicos, estrutural, hidrossanitário, de drenagem e instalações elétricas – Processo nº 2019003658. O projeto segue para o exercício de 2019.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: Implementação das Ações do Complexo Laboratorial da Saúde

Nº da Ação na LOA: 3098	Meta Física: 100%	Função: 10 - Saúde	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Projeto
--------------------------------	--------------------------	---------------------------	-----------------------	------------------------------

Finalidade: Oferecer suporte ao diagnóstico e manejo dos agravos monitorados pela rede de saúde.

Descrição da ação: Realização dos exames de doenças de notificação compulsória, de entomologia e análise de qualidade da água. Monitoramento e avaliação dos laboratórios de análise clínicas credenciados. Implantação do serviço de citologia e anatomia patológica, Chamamento público através de Edital de Credenciamento para contratualização de serviços de saúde não ofertados pela rede própria de saúde, havendo necessidade de adquirir exames junto à rede privada de saúde, de forma a complementar os serviços ofertados pela rede própria, com o devido controle da produção (faturamento), monitoramento e avaliação dos serviços prestados, entre outros.

Meta Orçamentária Total: R\$ 2.000.000,00

Responsável pela Ação: Superintendente de Atenção e Vigilância em Saúde e Equipe Gestora.

Tabela 52

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Implantar 01 (um) Complexo Laboratorial de Média e Alta Complexidade e Vigilância em Saúde, até 2018.	01	0	Número de Complexo Laboratorial de Média e Alta Complexidade e Vigilância em Saúde implantada.	Meta não alcançada, por indisponibilidade orçamentário financeiro.

Tabela 53

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Despesas de exercícios anteriores	5.000,00	0405.00.101	0,00	X	X	X
Despesas de exercícios anteriores	15.000,00	0405.00.103	8.000,00			X
Despesas de exercícios anteriores	5.000,00	0405.00.199	0,00	X	X	X
Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para manutenção das ações do laboratório, como manutenção, conservação, locação e lavagem de veículos, manutenção de ar-condicionado, chaveiro, manutenção de equipamentos, serviços de limpa fossa, carimbos, seguro de veículos, reprografia, pagamento de aluguel, fornecimento de energia elétrica, manutenção predial, dentre outros serviços que se fizerem necessários;	99.700,00	0405.00.103	0,00	X	X	X
Contratação de pessoa física – locação de imóvel e serviços de análises e pesquisas	0,00	0405.00.103	108.272,93	X	X	X

Contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) para confecção de uniformes, pagamento de inscrição para os técnicos em eventos externos, dentre outros materiais que se fizerem necessários	5.000,00	0405.00.199	0,00	X	X	X
Aquisição de material de consumo para o laboratório de serviço de análises clínicas, de citologia e anatomia patológica e também Realização dos exames de doenças de notificação compulsória, de entomologia e análise de qualidade da água para consumo humano como: reagentes, EPI's, material hospitalar, materiais de expediente, limpeza e copa, , todo material que se fizer necessário para execução das atividades dos laboratórios	1.835.300,00	0405.00.199	300.608,50	X	X	X
Aquisição de materiais de consumo para execução das atividades do laboratório, como combustível, materiais de expediente, link de internet, lavagem veicular, dentre outros materiais que se fizerem necessários	25.000,00	0405.00.101	0,00	X	X	X
Obras e Instalações	5.000,00	0405.00.103	0,00	X	X	X
Obras e Instalações	5.000,00	0405.00.103	0,00	X	X	X
		0410.90.199	148.200,00	X	X	X
Monitorar e avaliar os laboratórios de análises clínicas credenciados	Atividade não orçamentária	-	0,00	X	X	X
Total da Ação	2.000.000,00	-	571.856,43	-	-	-

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Visando atender a necessidade da população o Laboratório oferece exames para o diagnóstico de doenças de interesse sanitário/epidemiológico como sorologia para Dengue, Zika (teste rápido), Leishmaniose Canina, Leishmaniose Visceral Humana (LVH), Leishmaniose Tegumentar Americana (LTH), Teste Rápido para LVH, teste para LTH (Raspado na Lesão), Pesquisa de Baar Linfa (Hanseníase), Pesquisa de Baar Escarro (Tuberculose), Cultura de Escarro, Chagas, Malária, Rubéola, Febre Amarela, Febre Maculosa, Brucelose e Sarampo, assim como a coleta e separação de materiais para os exames de Cd4/CD8 e Carga Viral e Genotipagem para Hepatite c e HIV. A meta física executada foi de 60% e a financeira foi de 28,59%.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Esta ação sofreu alteração em sua nomenclatura quando da revisão do PMS/PPA 2018-2021, e as próximas revisões e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA a gestão municipal deverá apresentar um estudo de viabilidade desta ação de forma individualizada ou incorporar as atividades a outra ação de manutenção dos serviços.

Ação: PPA – P Manutenção de Recursos Humanos da Vigilância em Saúde

Nº da ação na LOA: 2716	Meta Física: 355	Execução em 2018: 311	Função: 10	Subfunção: 305	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais da saúde que atuam na Vigilância em saúde.

Descrição da Ação: A manutenção de recursos humanos na vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador) é necessária para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Compete realizar, entre outros, dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagar a segurança comunitária e patrimonial, conferir prévia e efetuar pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária Total: R\$ 17.612.441,00

Responsável pela ação: Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde e Equipe Gestora

Tabela 54

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos)	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados a folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela	12.749.141,00	0040.00.111	12.926.296,99	X	X	X
		0040.90.111	54.161,09	X	X	X
		0010.10.111	503.638,16	X	X	X

Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	2.883.500,00	0406.00.111	1.617.049,59	X	X	X
		0450.00.111	179.130,19	X	X	X
	1.979.800,00	0450.00.111	1.751.532,79	X	X	X
Total da ação	17.612.441,00		17.031.808,81			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A meta física não foi atingida, uma vez que não houve disponibilidade orçamentária e financeira para ampliação de recursos humanos, bem como a observância em relação ao cumprimento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, não houve prejuízo para a manutenção dos serviços ofertados à população.

Dos 311 servidores: 294 são efetivos, 5 temporários, 3 efetivo/comissionado, 2 comissionados, 2 estagiários e 5 cedidos.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Esta ação foi uma das mais votadas durante as audiências públicas do PMS/PPA 2018-2021, razão pela qual a mesma deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações na nomenclatura da ação orçamentária, neste caso, se necessário, porém no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras deverão ser atualizados.

Ação: Manutenção Atenção Secundária em Saúde

Nº da Ação na LOA: 2742	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade da Ação: Manter os serviços de Atenção Secundária ofertados no âmbito da gestão municipal do SUS.

Descrição da Ação: Manutenção dos serviços de atenção secundária, ofertados através da aquisição de materiais de enfermagem, odontológicos, de expediente, limpeza, construção; serviços de reprografia, telefonia, internet, vigilância, limpeza, alimentação, fornecimento de gases medicinais; manutenção de equipamentos, manutenção predial, locação de imóveis, locação e manutenção de veículos e

ambulâncias, custeio de passagens e ajuda de custo para pacientes de Tratamento Fora de Domicílio – TFD, e outras atividades que se façam necessárias para a continuidade dos serviços.

Meta Orçamentária Total: R\$ 5.761.970,00

Responsável pela Ação: Diretor de Atenção Secundária em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 55

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Reduzir o número de trotes recebidos pelo SAMU – 192 de 8% para 5% até 2020	7%	5,8%	Percentual de trotes recebidos pelo SAMU;	A referida diminuição pode estar associada às ações educativas que têm sido feitas pela equipe do SAMU em especial ao projeto SAMUZITO nas escolas e a publicação da Lei Estadual nº 3.380, de 27 de julho de 2018 que estabelece multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergência, relativos a remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais no âmbito do estado do Tocantins. O percentual de 5% estava previsto para ser atingido somente em 2020, porém devido as estratégias realizadas foi possível atingir ainda em 2018.
Diminuir de 20% para 5% o percentual de ausência dos usuários nas consultas médicas especializadas agendadas até 2021	17%	41%	Percentual de ausência dos usuários nas consultas médicas especializadas agendadas;	O índice é calculado incluindo consultas agendadas para paciente residentes em Palmas e referenciados pelos municípios do interior, conforme pactuado na PPI (Programação Pactuada e Integrada), e, portanto, refletem dificuldades tanto de gestão interna (cancelamentos na 3ª tentativa realizada pelo call center devido a desatualização dos cadastros) quanto de fatores externos (como transporte, funcionamento em horário comercial, ou época de

				chuvas, por exemplo). Para o próximo exercício, a meta foi alterada.
Aumentar de 0,87 para 1,22 a taxa de cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial até 2020	0,87	0,85	Taxa de cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial.	O valor alcançado sofreu alteração devido a atualização da população estimada pelo IBGE para o ano de 2018 (291.855). A variação da taxa de cobertura é condicionada a implantação de novos CAPS no local correspondente ou a variação da população, conforme a fórmula de cálculo estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Tabela 56

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de materiais de enfermagem, odontológicos, de expediente, limpeza, construção;	1.203.540,00	0040.00.199	199.876,23	X	X	X
	-	0405.00.199	395.208,54	X	X	X
	-	0441.00.199	208.761,23	X	X	X
Gêneros alimentícios, enxoval hospitalar, material de copa e cozinha, proteção e segurança, farmacológico, laboratorial e uniforme	-	0040.00.199	369.371,14	X	X	X
	-	0010.00.199	648.984,74	X	X	X
	-	0405.00.199	187.307,51	X	X	X
	-	0441.00.199	529.245,47	X	X	X
	-	0442.00.199	111.845,97	X	X	X
Serviços de reprografia, energia, telefonia, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, manutenção predial, locação de imóveis – pessoa jurídica, locação de veículos;	2.790.000,00	0040.00.103	1.702.559,05	X	X	X
	-	0010.00.103	587.775,74	X	X	X
	-	0405.00.103	939.441,44	X	X	X
	-	0441.00.103	1.091.811,29	X	X	X
	-	0442.00.103	53.966,89	X	X	X
	-	0451.00.103	338.746,60	X	X	X

Fornecimento de alimentação, locação de equipamentos, manutenção de veículos, seguro de veículos, serviços de caracterização visual	-	0040.00.103	533.741,19	X	X	X
	-	0405.00.103	428.908,51	X	X	X
	-	0441.00.103	282.818,20	X	X	X
	-	0442.00.103	36.815,44	X	X	X
Locação de imóveis – pessoa física;	76.000,00	0040.00.103	134.990,00	X	X	X
	-	0441.00.103	36.000,00	X	X	X
	-	0442.00.103	7.487,00	X	X	X
	-	0451.00.103	45.000,00	X	X	X
Aquisição de insumos para alimentação, peças para manutenção de veículos, gases medicinais;	1.400.000,00	0040.00.103	110.896,16	X	X	X
	-	0441.00.103	12.600,00	X	X	X
	-	0442.00.103	7.000,00	X	X	X
Material para manutenção predial	-	0040.00.103	119.377,49	X	X	X
	-	0010.00.103	34.689,07	X	X	X
	-	0441.00.103	7.681,33	X	X	X
Combustível;	132.430,00	0040.00.101	73.154,03	X	X	X
	-	0405.00.101	93.665,12	X	X	X
	-	0441.00.101	169.457,67	X	X	X
Serviços de internet e manutenção de veículos;	50.000,00	0040.00.101	124.943,78	X	X	X
	-	0405.00.101	42.460,06	X	X	X
	-	0441.00.101	146.173,32	X	X	X
Aquisição de placas e materiais de caracterização visual	30.000,00	0040.00.199	24.789,00	X	X	X
Frete e transporte de encomendas, manutenção e conservação de veículos e manutenção de equipamentos	-	0040.00.199	7.902,89	X	X	X
	-	0441.00.199	7.989,99	X	X	X
Despesas de exercício anterior	10.000,00	0040.00.103	1.141.161,61	X	X	X
	10.000,00	0040.00.199	5.000,00	X	X	X
	10.000,00	0040.00.101	31.964,72	X	X	X
	-	0405.00.103	106.526,05	X	X	X
	-	0405.00.199	80.869,86	X	X	X
	-	0441.00.103	367.820,34	X	X	X
	-	0441.00.199	975,44	X	X	X
Demanda judicial	50.000,00	0040.00.103	30.279,02	X	X	X

	-	0040.00.199	27.556,00	X	X	X
Passagens e despesas com locomoção	-	0040.00.108	27.624,00	X	X	X
Indenizações e restituições	-	0040.00.103	51.801,32	X	X	X
Auxílio a pessoas físicas (Tratamento fora de domicílio)	-	0405.00.199	747,00	X	X	X
Total da Ação:	5.761.970,00		11.725.767,45			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A manutenção da atenção secundária foi realizada através da aquisição de materiais de enfermagem, odontológicos, de expediente, limpeza e construção, Gêneros alimentícios, enxoval hospitalar, material de copa e cozinha, proteção e segurança, farmacológico, laboratorial e uniforme, Serviços de reprografia, energia, telefonia, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, manutenção predial, locação de imóveis – pessoa jurídica, locação de veículos; Fornecimento de alimentação, locação de equipamentos, manutenção de veículos, seguro de veículos, serviços de caracterização visual, Material para manutenção predial, Serviços de internet e manutenção de veículos; Combustível; Fretes e transporte de encomendas, passagens e despesas com locomoção, auxílio financeiro para tratamento fora de domicílio, pagamento de indenização/restituição, custeio de demandas judiciais e pagamento de despesas do exercício anterior. O custeio das despesas citadas garantiu o funcionamento das unidades que compõem a atenção secundária, dentre elas, unidades de atenção especializada, urgência e emergência e atenção psicossocial.

A meta física foi alcançada em 100% e a meta financeira foi executada acima da previsão inicial, em razão da necessidade da manutenção das ações e serviços e do aporte orçamentário/financeiro de recursos das fontes 0010, 0405, 0441, 0442 e 0451.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

AÇÃO: PPA – P Fortalecimento da Atenção Secundária

Nº da Ação na LOA: 4413	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	--------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Fortalecer a Atenção Secundária em Saúde a fim de aprimorar a qualidade dos serviços ofertados no âmbito da gestão municipal do SUS.

Descrição da Ação: Fortalecimento e modernização da Atenção Secundária através de atividades educativas, visitas técnicas, supervisão clínica institucional, elaboração de protocolos, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços, capacitação e participação em eventos, aquisição de materiais gráficos e realização de eventos técnicos científicos, acerca dos serviços de média e alta complexidade, da política de saúde mental, álcool e outras drogas e urgência e emergência.

Meta Orçamentária Total: R\$ 90.000,00

Responsável pela Ação: Diretor de Atenção Secundária em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 57

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Realização de oficinas, pagamento de hora aula e supervisão clínica;	35.000,00	0040.00.103	0,00	X	X	X
Confecção de materiais de caracterização visual e gráficos;	10.000,00	0040.00.103	0,00	X	X	X
Despesas de exercício anterior;	10.000,00	0040.00.103	0,00	X	X	X
Aquisição de materiais didáticos e de terapia;	35.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Atividades educativas, visitas técnicas, capacitação.	Atividade não orçamentária	-		X	X	X
Total da Ação:	90.000,00		0,00			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Foram realizadas diversas atividades não orçamentárias, razão pela qual foi atingida a meta física em 100%. Apesar da não execução orçamentária, as atividades previstas foram desenvolvidas durante o ano, propiciando o fortalecimento da rede de saúde. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a participação dos servidores do Núcleo de Assistência Henfil na capacitação em Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP)" e no "Seminário WEB sobre a implementação da profilaxia préexposição (PrEP) ao HIV, custeada pelo Ministério da Saúde; Elaboração do protocolo de Classificação Risco, a criação do consultório de baixa complexidade que tem como objetivo a contra-referência dos pacientes que não são de urgência e emergência para o local adequado para atendimento; Realização das reuniões do Grupo Condutor de Saúde Mental; Debate realizado no Campus da Universidade Federal do Tocantins sobre "Saúde Mental na Sociedade Contemporânea" e a "Judicialização da Saúde e o Direito Alternativo" com os consultores Marcos de Noronha Ribeiro e Edmundo Lima de Arruda Júnior; Encontros do Fórum Permanente de Saúde Mental, realização de eventos em alusão ao dia da Luta Antimanicomial; atividades em articulação com Consultório na Rua, Palmas Que Te Acolhe; Formação sobre Uso de Drogas e Redução de Danos com Domiciano Siqueira, presidente de honra da Associação Brasileira Redução de Danos e Atividades do NEU desenvolvidas para os profissionais das UPAs, SAMU, bases descentralizadas do SAMU, Atenção Primária e comunidade.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: Estruturação e Implementação Física da Rede de Atenção Secundária em Saúde

Nº da Ação na LOA: 1674	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Projeto
-------------------------	-------------------	------------	----------------	-----------------------

Finalidade: Estruturar e implementar as unidades da rede de atenção secundária a fim de ofertar serviços de saúde de qualidade.

Descrição da Ação: A estruturação física da Atenção Secundária dar-se-á por meio das construções, ampliações e reformas das unidades que compõem a atenção secundária, bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes e implantação de novos serviços para atender atividades necessárias que englobam as ações da Rede Atenção e Vigilância em Saúde - RAVS.

Meta Orçamentária Total: R\$ 11.025.220,00

Responsável pela Ação: Diretor de Atenção Secundária em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 58

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Transferir a Unidade de Pronto Atendimento da Região Sul para próximo a linha do BRT até 2020;	0	0	Número absoluto de Unidade de Pronto Atendimento transferido;	A meta foi prevista para 2020, porém sua execução está condicionada a construção linha do BRT, e não há viabilidade orçamentária/financeira.
Ampliar a estrutura do Laboratório de Próteses Dentárias até 2018;	1	0,5	Número absoluto de Laboratório de Próteses Dentárias ampliado;	Meta parcialmente alcançada. O laboratório de prótese foi reformado e foram realizadas aquisições dos materiais necessários para a realização de próteses flexíveis, ampliando assim estrutura física e oferta de serviços, entretanto, ainda não foi realizado treinamento para que os técnicos de prótese dentária possam utilizar os equipamentos, esta ação encontra-se em fase de planejamento.
Construir a sede própria do SAMU até 2020;	0	0	Número absoluto de sede própria do SAMU construída;	Meta não alcançada por inviabilidade orçamentária/financeira.
Construir a sede própria do CAPS II até 2020;	0	0,2	Número absoluto de sede própria do CAPS II construído;	O projeto de construção foi finalizado e aguarda processo licitatório.
Construir o CAPSi até 2020;	0	0,2	Número absoluto de CAPSi construído;	O projeto de construção foi finalizado e aguarda processo licitatório.
Implantar a Unidade de Acolhimento Adulto até 2019;	0	0	Número absoluto de Unidade de Acolhimento Adulto implantada;	O projeto para implantação foi finalizado e a implantação está prevista para o exercício de 2019, conforme pactuado.

Construir o Centro de Parto Normal até 2020;	0	0	Número absoluto de Centro de Parto Normal construído;	O projeto não foi iniciado por inviabilidade orçamentária/financeira. A proposta segue com previsão para 2020.
Reformar o Complexo de Atenção à Saúde até 2020.	0	0	Número absoluto de prédio reformado.	O projeto não foi iniciado por inviabilidade orçamentária/financeira.

Tabela 59

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Construção, ampliação e reforma de unidades de atenção secundária;	10.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
	5.798.070,00	0410.00.103	0,00	X	X	X
	2.650.600,00	0498.00.000	0,00	X	X	X
	1.000,00	0405.00.103	0,00	X	X	X
	-	0405.90.103	165.080,53			
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	10.000,00	0040.00.199	124.279,64	X	X	X
	2.555.550,00	0410.00.199	265.078,84	X	X	X
Total da Ação:	11.025.220,00		554.439,01			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Os projetos para construção do CAPSi e CAPSII foram finalizados e estão aguardando início do processo licitatório. A construção da sede própria do SAMU não foi iniciada devido à indisponibilidade orçamentário-financeira, o Ministério da Saúde não liberou no bloco de investimento recursos para a construção de SAMU. Quanto a construção do Centro de Parto Normal (CPN), o repasse financeiro previsto não foi realizado neste exercício, bem como os repasses oriundos de Convênios para construções do Centro de Doenças Tropicais e Centro de Saúde da Mulher. Os valores empenhados são referentes a aquisição de equipamentos hospitalares e mobiliários para estruturação dos serviços e finalização da obra do CAPS AD III.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: Manutenção dos Serviços Credenciados de Média e Alta Complexidade

Nº da Ação na LOA: 4473	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Garantir o acesso da população própria e referenciada às ações e serviços complementares de Média e Alta Complexidade ofertados pela gestão municipal do SUS.

Descrição da Ação: Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde para a realização de consultas, exames e procedimentos de forma a complementar os serviços ofertados pela gestão municipal do SUS a população própria e referenciada nos termos da Portaria Ministerial nº 1.606 de 11 de setembro de 2001.

Meta Orçamentária Total: R\$ 18.408.135,00

Responsável pela Ação: Diretor de Atenção Secundária em Saúde e Equipe Gestora

Tabela 60

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Contratualizar com 40% dos municípios do Estado do Tocantins referenciados pela Programação Pactuada Integrada – PPI, nos termos Convênio de Cooperação Técnica até 2021.	10%	5,2%	Percentual de municípios que realizaram a contratualização dos serviços referenciados pela PPI através do Convênio de Cooperação Técnica.	O cálculo do indicador foi efetuado considerando o total de 96 municípios referenciados na PPI nos procedimentos de Alta Complexidade e Média Referência. Atualmente temos 05 municípios conveniados, sendo atendidos conforme pactuado na PPI e no Plano de Trabalho integrante do Convênio de

Tabela 61

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Contratualização de empresas especializadas na prestação de serviços para complementação da rede própria - consultas médicas especializadas e exames;	3.040.000,00	0040.00.103	1.087.659,31	X	X	X
	8.902.135,00	0405.00.103	6.876.955,21	X	X	X
	4.406.000,00	0498.00.000	0,00			
	-	0442.00.103	124.094,68	X	X	X
Despesas de exercício anterior.	960.000,00	0040.00.103	1.444.265,84	X	X	X
	1.100.000,00	0405.00.103	3.444.840,56	X	X	X
Total da Ação:	18.408.135,00		12.977.815,60			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

Foram ofertados serviços especializados por 21 empresas cadastradas na base de dados do CNES (dados do 3º quadrimestre). Os serviços ofertados incluem consultas médicas especializadas em oftalmologia, ortopedia e traumatologia e otorrinolaringologia; serviços laboratoriais para análises clínicas, procedimentos oftalmológicos (como Biopsia em Oftalmologia; Diagnóstico em Oftalmologia Simples, Intermediária e Avançada; Exames de Ultrassonografia; Cirurgias Oftalmológicas; Facoemulsificação e outros), exame de mamografia, tomografia computadorizada, densitometria óssea, litotripsia extracorpórea, instalação de cateter duplo J, urodinâmica completa, cistoscopia, raio-x, Esofagogastroduodenoscopia, Monitoramento pelo Sistema Holter 24 hs; MAPA – Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial; Teste de Esforço/Teste Ergométrico; Eco cardiografia Transtorácica, histeroscopia diagnóstica e com biopsia, Ultrassonografia Obstétrica com Doppler Colorido e Pulsado; Ultrassonografia Doppler de Fluxo Obstétrico, ressonância magnética, Videolaringoscopia; Audiometria Tonal Limiar (via aéreo/óssea); Logaudiometria (LDV-IFR-LRF); Imitanciometria, entre outros.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: PPA P - Manutenção da Assistência Farmacêutica

Nº da Ação na LOA: 2724	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 303	Tipo De Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade da ação: garantir a assistência farmacêutica aos usuários do SUS, suprir a rede com insumos e medicamentos da REMUME na perspectiva da promoção, prevenção e recuperação da saúde possibilitando diminuição da morbimortalidade e a redução da taxa de prevalência das doenças.

Descrição da ação: manutenção dos serviços de assistência farmacêutica por meio da aquisição, distribuição, prescrição, dispensação de medicamentos, acompanhamento e avaliação através do sistema nacional de gestão da Assistência Farmacêutica - HÓRUS e implantação do projeto de farmácia clínica.

Meta Orçamentária Total: R\$ 2.566.500,00

Responsável Pela Ação: Gerente da Assistência Farmacêutica e Equipe Gestora

Tabela 62

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Implantar a Farmácia Clínica em 100% aos Territórios e Saúde Do Município até 2018.	100%	40%	Percentual de Territórios com Farmacêuticos Incluídos no NASF	Considerando a fórmula de cálculo atual, manteve-se 40% pois não houve alteração do número de farmacêuticos nas equipes de NASF. A fórmula de cálculo foi alterada para o exercício de 2019, levando em consideração os fatores necessários para alcance da meta, sendo estes: farmacêuticos capacitados em FARMÁCIA CLÍNICA, espaço físico adequado para

atendimento do farmacêutico clínico e registro dos atendimentos farmacêuticos em instrumento adequado.

Tabela 63

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (Previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma De Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de medicamentos da Relação de Medicamentos Essenciais - REMUME;	1.562.000,00	0407.00.199	1.348.678,46	X	X	X
	660.500,00	0440.00.199	688.505,62	X	X	X
	-	0010.00.199	157.015,40			
	-	0040.00.199	904,4			
Aquisição de Medicamentos para Atendimento aos Pacientes do CAPS, com recurso estadual;	144.000,00	0442.00.199	66.598,45	X	X	X
Aquisição de Medicamentos para atendimento de pacientes de demanda judicial.	200.000,00	0040.00.199	528.703,12	X	X	X
	-	0010.00.199	156.429,55			
Despesas de exercício anterior	-	0040.00.199	97.287,00			
	-	0407.00.199	905.891,45			
Total da Ação:	2.566.500,00		3.950.013,45			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A Assistência Farmacêutica desenvolveu ações como aquisição, distribuição, prescrição e dispensação de medicamentos, bem como avaliação e controle das ações. As atividades são desenvolvidas com apoio do sistema HORUS, implantado em toda a rede de saúde municipal. Os processos de aquisição dos medicamentos contemplados na REMUME foram finalizados e os medicamentos empenhados, promovendo o reabastecimento da rede de saúde. O projeto de implantação da farmácia clínica foi executado conforme previsto, com a capacitação dos farmacêuticos em Cuidado Farmacêutico no SUS (módulos: problemas de saúde autolimitados, saúde mental e fitoterapia). O valor empenhado ao final do exercício representa 64% dos recursos autorizados.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: PPA – P Manutenção de Recursos Humanos da Atenção Secundária

Nº da ação na LOA: 2718	Meta Física: 931	Execução em 2018: 827	Função: 10	Subfunção: 302	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	------------------	-----------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais que atuam na Atenção Secundária.

Descrição da Ação: Manutenção de recursos humanos na atenção secundária por meio do dimensionamento de profissionais, cadastro atualizado de servidores, registro e controle da frequência de servidores, lançamento de remunerações, inclusão de adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagamento da segurança comunitária e patrimonial, conferência prévia e efetuação do pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária Total: R\$ 57.977.871,00

Responsável pela Ação: Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde e Equipe Gestora

Tabela 64

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (Previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma De Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados à folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano.	26.914.873,00	0040.00.111	22.797.613,63	X	X	X
		0010.10.111	4.102.726,56	X	X	X
	22.935.465,00	0405.00.111	24.875.592,22	X	X	X

Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.		0405.90.111	750.564,31	X	X	X
		0407.90.111	285.624,67	X	X	X
	7.025.700,00	0441.00.111	4.074.018,81	X	X	X
	404.500,00	0442.00.111	426.788,48	X	X	X
		0442.90.111	41.575,60	X	X	X
	697.331,00	0451.00.111	288.875,54	X	X	X
		0451.90.111	26.753,71	X	X	X
Total da Ação	57.977.871,00		57.670.133,53			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

A meta física não foi atingida, uma vez que não houve disponibilidade orçamentária e financeira para ampliação de recursos humanos, bem como a observância em relação ao cumprimento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, contudo, não houve prejuízo para a manutenção dos serviços ofertados à população. Dos 827 servidores: 756 são efetivos, 1 efetivo/comissionado, 7 comissionados, 7 estagiários, 15 cedidos, 33 contratos temporários e 8 jovem empreendedor.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

A ação Manutenção de Recursos Humanos é uma ação contínua, devendo a mesma permanecer no próximo Plano Municipal de Saúde e Programação Anual, porém com alterações na nomenclatura, neste caso, se necessário, e no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras. Nesta ação também foram integradas as atividades/despesas de recursos humanos da Saúde Mental, Urgência e Emergência e parte da Assistência Farmacêutica.

Diretriz - Fortalecer a Gestão do SUS

Objetivo - Fortalecer a Gestão Estratégica, através de planejamento estratégico, auditoria, ouvidoria e do monitoramento e avaliação das ações de saúde, contribuindo para a consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal.

Ação: PPA - P Aprimoramento da Gestão Estratégica do SUS

Nº da Ação na LOA: 2737	Meta Física: 100	Função: 10	Subfunção: 125	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Aprimorar a capacidade de governo sobre o sistema de saúde contribuindo assim para a qualificação e humanização da gestão do SUS

Descrição: O aprimoramento da política de gestão estratégica do SUS, dar-se-a através da implementação do planejamento estratégico e participativo como alicerce de todo o processo de execução das ações e serviços de saúde, da elaboração, e revisão dos instrumentos da gestão e orçamentários quais sejam: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Lei Orçamentária Anual - LOA, Plano Municipal de Saúde - PMS, Programação Anual de Saúde - PAS, Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior - RDQA e Relatório Anual de Gestão, bem como fortalecer a gestão através do desenvolvimento de ações de forma articulada da auditoria, ouvidoria e implementação do monitoramento e avaliação de forma contínua e através do sistema GPWEB. Sendo necessária a participação de servidores em cursos de capacitação e qualificação profissional, a maioria das atividades executadas nesta ação são consideradas não orçamentárias, indispensáveis para o fortalecimento e gestão do SUS.

Meta Orçamentária Total: R\$ 10.000,00

Responsável pela Ação: Assessora Técnica e de Planejamento, Assessora da Auditoria e Equipes Gestoras

Tabela 65

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Implantar sistema de gestão dos almoxarifados integrados ao Centro de Logística em 100% das unidades assistenciais e administrativas da gestão municipal do SUS em 2018;	100%	100%	Proporção de unidades assistenciais e administrativos com sistema de gestão dos almoxarifados implantados;	Todas as unidades possuem sistema de gestão de almoxarifado integrado ao centro de logística.
Realizar anualmente, auditoria extraordinária em 100% das demandas solicitadas;	100%	100%	Percentual de auditorias extraordinárias realizadas;	No 3º Quadrimestre foi realizada 1 (uma) auditoria extraordinária, sendo o relatório final concluído em 26 de outubro de 2018. Sendo assim, atingindo 100% do índice previsto.

Realizar anualmente 14 auditorias ordinárias;	14	6	Auditorias ordinárias realizadas;	Para o 3º Quadrimestre foram programadas 8 (oito) auditorias ordinárias para o alcance da meta anual, porém devido a fatores externos não foi possível realizá-las conforme programação.
Implementar em 2018, 100% do Planejamento Estratégico na gestão de saúde;	100%	100%	Percentual do Planejamento Estratégico na gestão de saúde;	O planejamento das ações da SEMUS é realizado através da metodologia do planejamento estratégico, em conjunto com as áreas técnicas responsáveis pelos serviços e ações de saúde
Ampliar o índice de alcance de metas físicas do PPA de 86% para 98% até 2021;	90%		Percentual de execução das metas físicas das ações do PPA;	
Realizar o monitoramento e avaliação de 100% dos planos de ação por meio do GPWEB;	100%	100%	Percentual de monitoramento e avaliação dos planos de ação por meio do GPWEB realizados;	O monitoramento e avaliação dos planos de ação é realizado por meio do GPWEB.
Implantar a política de gestão de pessoas, baseada em resultados, no âmbito da gestão municipal do SUS;	1	0,42	Política de gestão de pessoas implantada;	Foi iniciado a implantação da política de gestão de pessoas e executado 42,86% plano de trabalho. Meta parcialmente alcançada.
Traçar o Perfil profissional de 100% dos servidores até 2019.	50%	45%	Percentual de contratualização dos servidores.	Foi iniciada a execução das atividades para avaliação e acompanhamento dos profissionais, a fim de identificar o perfil profissional dos servidores.

Tabela 66

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos sistemas municipais de planejamento e de orçamento, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Coordenar o processo de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação	Atividade não	-	-	X	X	X

dos instrumentos de Gestão do SUS (Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Anual de Gestão.	orçamentária					
Subsidiar e coordenar a elaboração do Relatório Detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: montante e fonte dos recursos aplicados no período; auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Acompanhar a execução físico-financeira das ações orçamentárias, observando o alinhamento da execução com o planejado;	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Instruir as unidades setoriais responsáveis pela execução dos objetivos e ações para que mantenham rotinas de acompanhamento e avaliação internas, entre outros.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Auditar as unidades de saúde, prestadores de serviços credenciados e das denúncias oriundas da Ouvidoria e de solicitação dos setores internos da Secretaria.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Aquisição de material de consumo.	5.000,00	0408.00.199	0,00	X	X	X
Apoiar a participação de servidores e colaboradores externos em eventos, cursos, seminários, encontros, reuniões, oficinas, simpósios, congressos, mostras, dentre outros eventos de importância para os serviços.	5.000,00	0408.00.199	0,00	X	X	X
Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos sistemas municipais de planejamento e de orçamento, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas.	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária

As atividades realizadas nesta ação foram não orçamentárias. O fortalecimento da política de gestão do SUS no município ocorreu através das atividades de elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão do SUS e Orçamentários, apresentação em audiências públicas na



Câmara Municipal de Palmas e no Conselho Municipal de Saúde dos Relatórios Quadrimestrais, participação nas reuniões da Comissão Intergestora Regional (CIR) e Bipartite (CIB), além do acompanhamento contínuo da execução orçamentária/financeira.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Diretriz - Informação, Comunicação, Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

Objetivo: Promover a ciência, tecnologia e inovação no âmbito do SUS visando incrementar o desempenho do sistema e promover o pertencimento dos trabalhadores e usuários ao SUS.

Ação: Fomento as Ações de Inovação, Ciência e Tecnologia em Saúde

Nº da Ação na LOA: 3131	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 571	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	--------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Descrição da Ação: Fomentar pesquisas científicas, tecnológicas e a inovação voltadas para a melhoria das condições de saúde da população e para o aprimoramento dos mecanismos e ferramentas de gestão, regulação e atenção à saúde no âmbito do SUS, é destinado aos estudantes, docentes e trabalhadores da área da saúde, visando o aperfeiçoamento e a especialização em área profissional, como estratégias de articulação entre as políticas nacionais de educação permanente em saúde, de humanização e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, no âmbito da rede municipal de saúde de Palmas-TO, para o fortalecimento dos projetos de formação e iniciação científica do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.

Meta Orçamentária Total: R\$ 27.759.800,00

Responsável pela Ação: Presidente da FESP e Equipe Gestora

Tabela 67

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Elaborar e atualizar anualmente o Plano de Informação, Educação e Políticas de Comunicação do SUS.	1	1	Elaboração de Plano de Informação, Educação e Políticas de Comunicação do SUS.	Plano já elaborado e sendo articulado para compartilhamento no âmbito dos setores da FESP e da SEMUS. A comunicação em saúde é considerada estratégica para a qualidade da tomada de decisão no Sistema Único de Saúde (SUS) e para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde. A dinâmica de atuação dos profissionais da comunicação deve passar por processos organizativos que circunscrevam sua estrutura física e o perfil dos trabalhadores, bem como, sobretudo, a definição de uma agenda estratégica que possa responder às demandas da população por melhorias permanentes nos modos de informar e comunicar as ações de saúde. O plano possibilita a integração das ações desenvolvidas nos territórios de saúde com a produção da pesquisa de maneira que a investigação científica faça parte do cotidiano, com ampla divulgação dos seus resultados em diversos canais de comunicação. Em 2018 se produziu 328 matérias vinculadas no site do município e na rede social, o que contabiliza uma frequência de média de 27 por mês em abordagem ao dia a dia do SUS no município.
Criar anualmente 20 campanhas publicitárias e informativas para divulgar e fortalecer os serviços de saúde oferecidos para os usuários.	20	153	Número de campanhas publicitárias e informativas criadas.	Os processos de informação e comunicação em saúde têm importância crítica e estratégica porque podem influenciar significativamente a avaliação que os usuários fazem da qualidade dos cuidados de saúde, a adaptação psicológica à doença e os comportamentos de adesão medicamentosa e comportamental. Nesta

				perspectiva e em consonância com o previsto na ação, foram realizadas 153 campanhas publicitárias no ano de 2018, com vistas a construir estratégias de comunicação para informar e contribuir para o empoderamento dos indivíduos e das comunidades no sentido de promoverem a sua saúde. Só entre os 1º e 2º quadrimestres, somam-se 61 campanhas, superando a meta pactuada, sendo que ainda emituiu-se 81 notas em atenção a variados assuntos e de demanda espontânea para esclarecer dúvidas ou atender sugestão de pauta advinda da comunidade.
Implementar e manter o Comitê de Ética e Pesquisa da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas.	1	1	Número de Comitê de Ética e Pesquisa da FESP implementado.	A missão do CEP é salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa. Além disso, o CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento social da comunidade. Contribui ainda para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada. No 1º Quadrimestre articulou-se a documentação necessária para análise da Comissão de Ética em Pesquisa – CONEP. Já no 2º quadrimestre realizou-se reuniões para designação de membros e de capacitação com a finalidade de construir condições adequadas de funcionamento, além de instrumentalizar os novos membros para a apreciação ética dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. E no 3º quadrimestre encaminhou-se as demais documentações comprobatórias exigidas para implementação do comitê. Meta 100% alcançada. Em evidência ao exposto, durante o ano de 2018, esta que é uma importante instância das fases da pesquisa – a sua avaliação pela Comissão –, recebeu 125 projetos para análise da Comissão de Ética e Pesquisa, oriundos da graduação e pós-graduação de caráter multiprofissional.
Ofertar suporte científico e acadêmico anualmente a 100% dos pesquisadores vinculados a Fundação Escola de Saúde	100%	100%	Percentual de pesquisadores vinculados a FESP que tiveram suporte científico e acadêmico pelo	O suporte científico ocorreu por meio da orientação de coordenadores, tutores e membros do Núcleo de Pesquisa da FESP, os quais monitoraram e avaliaram

Pública de Palmas através do Núcleo de Apoio à Pesquisa no SUS.			Núcleo de Apoio à Pesquisa no SUS.	os produtos via plataforma moodle e por encontros presenciais. Os pesquisadores, ao longo do vínculo, apresentaram produtos, compreendendo produções científicas, relatórios e sistemas desenvolvidos, em um total aproximado de 500 títulos, sendo que 100% dos mesmos apresentaram o Plano de Trabalho Individual. Em 2018, a FESP organizou a 1º Mostra de Ciência, tecnologia e Inovação que contou com a apresentação de 249 trabalhos científicos e a realizou em parceria com a Sociedade Brasileira de Hansenologia o “Congresso Brasileiro de Hansenologia” que contou com a submissão de 64 trabalhos científicos. Há ainda um número considerável de produção científica que é apresentada em congressos, encontros, seminários e mostras com a temática de saúde, de bolsistas vinculados à FESP que foram desenvolvidas no ano de 2018. É possível mensurar a produção por meio da solicitação de liberação para essas participações.
Realizar e monitorar anualmente o Planejamento Estratégico em TI (PETI);	1	100%	Número de PETI realizado e monitorado	Meta concluída com a aprovação da gestão do Planejamento Estratégico Situacional, apresentado pelos bolsistas ligados ao Núcleo de Tecnologia – NUT e com a disponibilização do programa de gestão GPWEB configurado para ser uma plataforma de planejamento e monitoramento das ações nos diversos espaços de deliberação do SUS no município. Ação concluída no 2º quadrimestre.
Implantar em 2018 um sistema de informação de comunicação integrado em toda a rede de saúde.	100%	1	Número de sistema de informação de comunicação integrado implantado.	Em 2018 foram criadas diferentes estratégias tecnológicas com vistas a integrar a rede de saúde e qualificar a formação dos servidores, sendo elas: NotificaSUS, que integra informações referentes imunização, Hanseníase, bolsa família e notificações e monitoramento de agravos e o sistema de Gestão de Processos Educacionais e o repositório para publicação de pesquisas na área da saúde. Ainda está em elaboração o sistema de segmentos que abrange o cuidado individual e coletivo e o sistema de regulação.
Instituir a política de inovação, ciência e	1	153	Número de política de inovação,	A FESP em conjunto com a SEMUS desenvolve as

tecnologia no âmbito da gestão municipal do SUS.			ciência e tecnologia instituído.	atividades de inovação, ciência e tecnologia por meio do Programa Municipal de Bolsas de Estudos para a Educação pelo Trabalho para a Saúde. Ressalta-se que estão sendo construídas diferentes estratégias para a instituição da referida política.
--	--	--	----------------------------------	--

Tabela 68

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Auxílio financeiro a estudantes e pesquisadores	2.317.500,00	0406.00.199	2.180.068,28	X	X	X
	15.031.800,00	0401.00.199	15.250.593,76	X	X	X
	10.230.500,00	0405.00.199	10.002.417,07	X	X	X
	180.000,00	0408.00.199	3.000,00	X	X	X
		0498.90.330	94.435,20	X	X	X
		0498.90.330	53.513,28	X	X	X
		0010.10.199	1.275.368,00	X	X	X
Total da ação	27.759.800,00		28.859.395,59			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A realização da Despesa Orçamentária por natureza demonstra que a maior representatividade ocorreu no Grupo de Despesas com Auxílio Financeiro a Estudante e Pesquisador na ordem de R\$ 28.859.395,59 (vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos) que representa 91,91 % do valor executado nas despesas correntes. A despesa com pessoal somou a quantia de R\$ 1.403.241,62 (um milhão, quatrocentos e três mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), representando 4,47% da despesa total do período; os gastos com “outras despesas correntes”, totalizando R\$ 1.135.462,74 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos), que representa 3,62% do total das despesas do exercício. É necessário acrescentar que foram incluídos recursos de fontes

anteriormente não previstas, como é o caso de R\$ 94.435,20 e R\$ 53.513,28 na fonte 498, oriundo de Convênio firmado com a Instituição de Ensino Superior ITPAC, através dos processos de nº 2017071633 e 2018021004 respectivamente e ainda o valor de R\$ 1.275.368,00 na fonte 0010 advindo do Acordo de Cooperação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, regularização fundiária e serviços regionais para a Execução do Projeto de Pesquisa e Extensão, “Estudo socioambiental de áreas prioritárias destinadas à regularização fundiária para a população periférica de Palmas – TO”, viabilizado pelo Processo de nº2018024331.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Não se identificou necessidades de recomendações.

Diretriz - Participação e Controle Social

Objetivo: Fortalecer as instâncias de controle social em saúde e espaços de participação popular, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação do cidadão.

Ação: Fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS

Nº da Ação na LOA: 2717	Meta Física: 100	Função: 10	Subfunção: 125	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Fortalecer a participação e controle social estimulando a participação de usuários e entidades da sociedade no processo de implantação, implementação e avaliação dos serviços prestados pelo SUS.

Descrição: O fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS é de fundamental importância que o cidadão assuma sua participação na gestão, que participem da formulação das políticas públicas contribuindo assim com o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, garantindo assim a participação social por meio de conselho municipal, conselhos regionais e locais de saúde, sendo necessário a capacitação de conselheiros municipais, implantação de conselhos locais em todos os Centros de Saúde da Comunidade e dos Conselhos Regionais de Saúde nos territórios entre outras atividades necessárias para fortalecer o controle social e alcançar o objetivo proposto

Meta Orçamentária Total: R\$ 40.000,00

Responsável pela Ação: Presidente do Conselho Municipal de Saúde e Conselheiros

Tabela 69

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Implantar até 2019, Conselho Regional de Saúde em 100% dos territórios de saúde.	60%	0	Percentual de Conselhos Regionais de Saúde implantados.	Não foram implantando conselhos regionais de saúde.
Implantar até 2019, Conselhos Locais de Saúde, em 100% dos Centros de Saúde da Comunidade.	80%	67,6%	Percentual de Conselhos Locais de Saúde implantados.	Atualmente 23 Conselhos Locais estão ativos, porém não houve ampliação no período.

Tabela 70

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Reuniões do Conselho Municipal de Saúde (realizada em parceria com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde) a fim de evitar dispêndio de recursos para o CMS);	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Participação nas Audiências Públicas de Prestação de Contas relativas ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, nos termos da Lei nº 141/2012;	Atividade não orçamentária	-	-	X	X	X
Aquisição de material de consumo e expediente;	20.000,00	0040.00.199	0,00	X	X	X
Serviços de terceiros – pessoa jurídica, tais com: telefonia fixa e móvel, copiadora, coffee break entre outras atividades necessárias.	20.000,00	0040.00.103	0,00	X	X	X
Total da Ação	40.000,00					

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.



Não houve execução orçamentária-financeira nesta ação em virtude das parcerias realizadas entre o CMS e as Secretarias Municipais e de Estado da Saúde. O fortalecimento do controle do SUS no município se deu da seguinte forma: reuniões do Conselho Municipal de Saúde, audiências públicas na Câmara Municipal de Palmas e o trabalho contínuo de acompanhamento das ações e serviços de saúde, bem como dos repasses financeiros e execução.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Diretriz - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

Objetivo: Ampliar e fortalecer a política municipal de educação permanente em saúde como eixo estruturante da Rede de Atenção e Vigilância em Saúde de Palmas.

Ação: PPA - P Fortalecimento das Ações do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde

Nº da ação na LOA: 2727	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 128	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Fortalecer as políticas de educação permanente, educação popular, promoção da saúde e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, através do estímulo a formação de profissionais de elevada qualificação técnica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico e pela cidadania, visando a transformação da rede de serviços de saúde do município em espaços de educação contextualizada e de desenvolvimento profissional.

Descrição da Ação: Esta ação integra as ações de educação permanente e educação popular em saúde são realizadas de forma contínua pelas áreas técnicas e unidades de saúde da rede sob a responsabilidade e suporte acadêmico e pedagógico da fundação escola de saúde pública de palmas. Entre as ações previstas estão a capacitação de servidores, realização de atividades de promoção da política de educação permanente e educação popular em saúde (oficinas, seminários, cursos, etc), brigadas estudantis de promoção à saúde, manutenção e fortalecimento dos projetos de formação e iniciação científica em saúde e o programa integrado de residências em saúde aprovados pelos

Ministérios da Educação e da Saúde. Sendo necessário a disponibilização de estrutura para as atividades de formação em serviço, aquisição de material de consumo e permanente (livros, computadores, recursos áudio visuais) e formação de preceptores e tutores, bem como a aquisição de equipamentos de informática e de áudio e vídeo, consultorias, aquisição de materiais pedagógicos e de apoio, capacitação dos servidores e participação em eventos externos, confecção de material gráfico (certificados, crachá, banners, faixa, ploters etc) e aquisição de material de consumo e permanente entre outros.

Meta Orçamentária Total: R\$ 671.000,00

Responsável pela Ação: Presidente da FESP e Equipe Gestora

Tabela 71

Metas	Proposta 2018	Execução 2018	Indicadores	Análise dos Resultados das Metas
Realizar no mínimo 03 reuniões anuais do Colegiado Gestor do Sistema Integrado Saúde-Escola do Sistema Único de Saúde (SISE-SUS).	3	1	Número de reuniões anuais do Colegiado Gestor do SIS-SUS realizadas.	O Colegiado Gestor SISE-SUS, é importante instância de gestão compartilhada, é portanto elementar que se mantenha um fluxo de encontros e reuniões entre as instituições que compõem o colegiado. O Colegiado Gestor SISE_SUS, a quem se projetou o número de 3 reuniões durante o ano de 2018, cumpriu parcialmente a Meta pactuada, encontrou-se dificuldade com a mudança de diretoria do Colegiado e com a licença de alguns membros, o que, no entanto, não inviabilizou o acompanhamento das ações de responsabilidade do Colegiado, que se reuniu uma vez durante o ano.
Capacitar 100% dos conselheiros municipais de saúde até 2018.	100%	25%	Percentual de conselheiros municipais de saúde capacitados.	A meta de capacitar 100% dos Conselheiros de Saúde do município foi parcialmente atendida, embora se tenha ofertado treinamento a 100% destes, apenas 25% se aderiram ao processo formativo.
Monitorar e avaliar quadrimestralmente 100% dos programas e projetos de formação e iniciação científica vinculados ao Plano	100%	100%	Percentual de programas e projetos monitorados e avaliados.	Por meio da Plataforma Moodle os projetos e programas vinculados ao Plano Municipal de Educação Permanente em saúde são cotidianamente monitorados

Municipal de Educação Permanente em Saúde.				o que se realiza através da análise pelas coordenações e preceptorias dos instrumentos utilizados como meio de avaliação do que é proposto como objeto de pesquisa pelos profissionais vinculados aos programas, projetos, núcleos e ações em execução. Com o fluxo de entrega determinado em portaria, os relatórios são acolhidos e analisados, o que favoreceu o cumprimento integral da meta. Sendo que o Plano Integrado de Residências em Saúde - PIRS, é um exemplo deste monitoramento e avaliação, vinculado à Política Municipal de Educação Permanente em Saúde - PMEPS é composto por 9 (nove) Programas de Residências em Saúde, os quais se constituem como modalidade de ensino de pós-graduação, sob a forma de curso de especialização com carga horária de 60 horas semanais, sendo todos os programas aprovados pelo MEC. Durante o período de 2 anos de curso da residência, são elaborados e desenvolvidos projetos aplicativos voltados às necessidades dos territórios de atuação, com proposta de mudança da realidade local. Tais produtos são apresentados aos serviços de saúde, às instituições de ensino e à comunidade durante os Encontros do PIRS, realizados anualmente. Além dos projetos aplicativos, os profissionais residentes em saúde, são estimulados a realizar projetos de pesquisa e publicações científicas aplicadas para o SUS, contribuindo para a articulação entre ensino, serviço e comunidade, bem como, para o fortalecimento da tecnologia, inovação e saúde.
Capacitar anualmente 100% dos Fiscais de Contrato.	100%	88%	Percentual de fiscais de contrato capacitados.	No 3º quadrimestre promoveu-se treinamento aos Fiscais de Contrato viabilizado por meio de parceria estabelecida com Instituto Vinte de Maio-IVM, sendo

				que o objeto do IVM é a capacitação aos processos de gestão, atender a solicitação da Fundação escola de Saúde Pública de Palmas-TO, cumpriu parte dos objetivos destes e a FESP a meta pactuada foi 88% atendida. Participaram da formação 23 Fiscais de Contrato da Secretaria Municipal de Saúde e, da Fundação, deste alguns eram suplentes. O objetivo da formação foi o de Capacitar o público-alvo sobre as formas eficientes de fiscalização da execução dos contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, mediante aprendizagem das normas aplicáveis, com a necessária menção às decisões relevantes, sobre a matéria, do Tribunal de Contas da União, TCE e dos Tribunais Superiores. E ainda, 1- Conhecer a Legislação aplicável a Fiscalização de Contratos Administrativos; 2- Distinguir as Atribuições do Gestor do Contrato, Fiscal da Execução e ordenador de despesas segundo a Legislação vigente; 3- Examinar as Responsabilidades de Gestores, Fiscais de Contratados e ordenadores de despesa pela fiel execução dos Contratos e pelos resultados obtidos; 4- Conhecer a jurisprudência dos Tribunais Superiores, TCE e TCU aplicáveis às matérias abordadas durante o curso.
Capacitar 300 cidadãos, entre conselheiros locais, lideranças de movimentos sociais e comunidade, até 2019;	150	280	Número de cidadãos capacitados;	Meta cumprida ainda no 2º quadrimestre em que se somaram 280 participações de representantes de conselhos locais de saúde, lideranças de movimentos sociais e comunidades em processos formativos apoiados ou disponibilizados pela Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas-TO. Meta 100% atendida. A meta foi cumprida a partir de parceria firmada com a Fundação da Juventude de Palmas e a ONG Parceiros Voluntários que ofereceu treinamento em 4 módulos

				que envolviam a teoria e prática de elaboração de projetos comunitários.
Ampliar de 40% para 100% até 2021 o número de servidores envolvidos em processos contínuos de Educação Permanente em Saúde.	55%	74%	Percentual de servidores envolvidos em processos contínuos de Educação Permanente em Saúde.	Entre as ações executadas destacamos: realização de atividades de promoção da política de educação permanente e educação popular em saúde que contemplaram oficinas, seminários, cursos, Congressos, Programas de Educação Permanente, Programas de Residências em Saúde, Especialização em Saúde Pública, Cursos para fiscais de contratos, formação para conselheiros de saúde, capacitação para conselhos locais, lideranças de movimentos sociais e comunidade, somando-se 51 atividades educacionais, além de treinamentos das equipes e visitas técnicas às unidades de saúde, pagamento de passagens aéreas e diárias, inscrições em congressos/seminários cursos, aquisição de material de consumo, despesas com pessoas jurídicas, hospedagem de colaboradores eventuais para as atividades do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde, materiais para as atividades educativas entre outras. No ano de 2018, projetou-se como indicador a participação de 55% de servidores envolvidos em processos de educação permanente, esta meta foi superada considerando, tendo 1998 profissionais envolvidos em processos contínuos de educação e 5.876 (cinco mil oitocentos e setenta e seis) participações com vistas a qualificar o cuidado individual e coletivo em saúde, fomentar a participação social, qualificar a gestão e fortalecer a rede de atenção e vigilância em saúde do município de Palmas, nos processos de formação para o SUS ofertados e articulados pela FESP com demais áreas da Secretaria de Saúde e Instituições de ensino parceiras.

Tabela 72

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Viabilizar a participação de profissionais da saúde e colaboradores em eventos técnicos e científicos internos e/ou externos por meio da aquisição de passagens e pagamento de diárias.	10.000,00	0498.00.000	0,00	X	X	X
	79.000,00	0040.00.199	26.121,00	X	X	X
	3.000,00	0408.00.199	0,00	X	X	X
	25.000,00	0498.00.000	0,00	X	X	X
	7.000,00	0408.00.108	0,00	X	X	X
	283.000,00	0040.00.108	126.795,59	X	X	X
Consultorias, capacitações, aquisição e confecção de materiais gráficos, materiais didáticos, inscrição em eventos, assinatura eletrônica de periódicos, fascículos, publicações e documentos científicos, coffee-break e hospedagem e outras atividades que fizerem necessários.	236.000,00	0040.00.103	18.980,00	X	X	X
	18.000,00	0040.00.199	144.250,00	X	X	X
	10.000,00	0498.00.000	0,00	X	X	X
		0010.00.104	31.500,00	X	X	X
		0010.00.199	99.999,00	X	X	X
Total da Ação	671.000,00		447.645,59			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

As ações de educação permanente e educação popular em saúde foram realizadas de forma contínua por profissionais da FESP e da rede de atenção à saúde de Palmas sob a responsabilidade e suporte acadêmico e pedagógico da FESP. Os recursos autorizados foram de R\$ 649.006,05 (seiscentos e quarenta e nove mil, seis reais e cinco centavos).

Entre as ações executadas destacamos: realização de atividades de promoção da política de educação permanente e educação popular em saúde que contemplaram oficinas, seminários, cursos, Congressos, Programas de Educação Permanente, Programas de Residências em Saúde, Especialização em Saúde Pública, Cursos para fiscais de contratos, formação para conselheiros de saúde, capacitação para conselhos locais, lideranças de movimentos sociais e comunidade, somando-se 51 atividades educacionais, além de treinamentos das equipes e visitas técnicas às unidades de saúde, pagamento de

passagens aéreas e diárias, inscrições em congressos/seminários cursos, aquisição de material de consumo, despesas com pessoas jurídicas, hospedagem de colaboradores eventuais para as atividades do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde, materiais para as atividades educativas entre outras.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde

Para o fortalecimento da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde, considera-se importante intensificar as articulações intersetoriais com instituições educacionais e de pesquisas, assim como, estabelecer agenda constante de encontros do Sistema Integrado Saúde Escola do SUS, com vistas a promover a integração dos processos de formação e qualificação das Instituições de Ensino Superior e Técnico e da Redes Municipal e Estadual de Saúde, de acordo com as necessidades de saúde da população.

Ação: PPA – P - Manutenção de Recursos Humanos da Fundação Escola Saúde Pública de Palmas

Nº da ação na LOA: 2721	Meta Física: 37	Função: 10	Subfunção: 122	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Garantir a remuneração dos profissionais da saúde que atuam na Fundação Escola de Palmas.

Descrição da Ação: A manutenção de recursos humanos da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas é necessária para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde. Compete realizar, entre outros, dimensionamento de profissionais, manter cadastro de servidores atualizados, registrar e controlar a frequência de servidores, lançar remunerações, incluir adicionais previstos nas legislações pertinentes, pagar a segurança comunitária e patrimonial, conferir prévia e efetuar pagamento dos servidores.

Meta Orçamentária Total: R\$ 1.510.000,00

Responsável pela ação: Presidente da FESP e Equipe Gestora

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.

Coordenar todos os procedimentos relacionados a folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	1.510.000,00	0040.00.0111	1.894.585,37	X	X	X
Total da ação	1.510.000,00		1.894.585,37			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

A ação de recursos humanos da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas, foi devidamente mantida. Os gastos totais chegaram a R\$ 1.894.585,37 (um milhão, oitocentos e noventa e quatro, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta sete centavos) representando 99,99 % dos recursos autorizados, conforme tabela abaixo. No dia 31 de dezembro de 2018, a manutenção dos recursos humanos da FESP registrou um total de 34 servidores, sendo: (efetivos – 23, contratos temporários – 02, comissionados – 03, comissionados/efetivos – 01, cedidos - 2 e comissionados desligados – 03), os quais colaboraram com os processos formativos e receberam supervisão com vistas ao desenvolvimento de competências para atividade profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Não se identificou necessidades de recomendações.

GESTÃO E MANUTENÇÃO

Ação: Manutenção dos Serviços Administrativos da Fundação Escola de Saúde Pública

Nº da Ação na LOA: 4501	Meta Física: 100%	Função: 10	Subfunção: 122	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Descrição da Ação: Manutenção da estrutura da Fundação Escola de Saúde Pública. Sendo necessário locação de imóveis, pagamento de serviços essenciais como: energia, água e telefone, aquisição de materiais de expediente e permanente limpeza, pagamento de diárias e passagens entre outras despesas.

Meta Orçamentária Total: R\$ 365.030,00

Responsável pela ação: Presidente da FESP e Equipe Gestora

Tabela 73

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Aquisição de insumos, material de consumo, expediente, limpeza, copa e cozinha.	26.000,00	0040.00.199	-	X	X	X
Aquisição de equipamentos de informática, livros, e outros materiais permanentes.	10.000,00	0040.00.199	-	X	X	X
Serviços de energia, telefonia, reprografia, seguro de vida, locação de imóvel e veículos.	309.030,00	0040.00.103	91.115,21	X	X	X
			45.840,61	X	X	X
Combustível e serviços de internet.	20.000,00	0040.00.101	20.881,98	X	X	X
Hospedagem e assinatura de periódicos e anuidades	-	0040.00.103	38.635,60	X	X	X
Total da ação	365.030,00		196.473,40			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Nesta ação, foram apropriados recursos no montante de R\$ 214.120,97 (duzentos e quatorze mil, cento e vinte reais e noventa e sete centavos) para despesas relativas à manutenção de serviços administrativos gerais. Os gastos totais corresponderam a R\$ 196.473,40 (cento e noventa e seis reais e quatrocentos e setenta e três e quarenta centavos) correspondendo a 91,76% do valor autorizado para 2018, que custearam despesas como serviços de energia, telefonia, reprografia, seguros em geral, locação de imóveis e veículos, combustível, internet, hospedagem e assinatura de periódicos.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Não se identificou necessidades de recomendações.

Ação: Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal da Saúde

Nº da Ação na LOA: 4501	Meta Física: 100	Função: 10	Subfunção: 122	Tipo de Ação: Atividade
-------------------------	------------------	------------	----------------	-------------------------

Finalidade: Contribuir para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços relacionados a administração geral, desenvolvidas pela administração pública municipal, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação dos programas temáticos.

Descrição da Ação: Despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos programas temáticas, que compreendem: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e o uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios do município, cedidos ou alugados, despesas com tecnologia de informação e comunicação, que incluem o desenvolvimento de sistema de informações, locação, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e outros afins; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; aquisição de equipamentos de informática, aquisição de móveis e demais materiais permanentes e outros afins; demais atividades necessárias à gestão e à administração da unidade, aquisição de EPIs e ferramentas.

Meta Orçamentária Total: R\$ 3.003.044,00

Responsável pela Ação: Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde. – Titular e Equipe Gestora

Tabela 74

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Diárias para participação de servidores em eventos técnicos científicos, cursos e reuniões no âmbito nacional.	70.000,00	0040.00.199	20.799,00	X	X	X
Aquisição de combustíveis.	300.000,00	0040.00.101	380.605,50	X	X	X
Material de consumo, gás de cozinha, peças para veículos e ar-condicionado.	30.000,00	0040.00.103	6.733,89	X	X	X
Material de consumo, tais como bobina para relógio de ponto, água mineral, gelo, café, açúcar, material de limpeza e expediente, aquisição de lacre e placa de veículo dentre outros que se fizerem necessários.	130.000,00	0040.00.199	43.541,99	X	X	X
	-	0040.00.101	18.283,17			
Passagens e despesas com locomoção para servidores e colaboradores em eventos técnicos científicos, cursos e reuniões no âmbito nacional;	100.000,00	0040.00.108	33.129,15	X	X	X
Serviços de terceiros – pessoa jurídica, tais com: energia elétrica, telefonia fixa e móvel, copiadora, monitoramento eletrônico, limpeza predial, recarga dos extintores, manutenção de ar-condicionado e predial, locação de imóveis, manutenção limpeza e higienização de veículos, chaveiro, carimbos, correios entre outros que se fizerem necessários;	2.081.000,00	0040.00.103	1.260.013,19	X	X	X
	-	0010.00.103	146.152,76			
	-	0040.00.199	24.049,00			
	-	0451.00.103	250.436,25			
Serviço de terceiros – pessoa jurídica: Link de Internet.	160.000,00	0040.00.101	504.862,60	X	X	X
Obrigações tributárias e contributivas;	7.044,00	0451.00.199		X	X	X
Serviços de treinamentos a servidores, assinatura de periódicos, taxas de CAU/CREA/BOMBEIROS, licenciamento e seguro veicular, serralheria, serviços cartoriais, seguro almoxarifado, licença ambiental de obras, serviços bancários e instalação de divisórias, pagamento de taxas de licenciamento e seguro obrigatórios de veículos e outras	95.000,00	0040.00.199	71.431,41	X	X	X
	-	0040.00.106	20.753,32			
	-	0040.00.103	33.294,75			
	-	0451.00.199	10.909,88			

taxas.						
Indenizações e restituições	-	0040.00.103	18.510,23			
Conferências, exposições, festividades e homenagens	-	0010.00.199	11.262,50			
Equipamentos e materiais permanentes		0040.00.199	22.081,38			
Demandas judiciais	-	0040.00.199	8.254,26			
Total da ação	3.003.044,00					

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Os gastos nesta ação corresponderam a aproximadamente 97% do valor autorizado para o exercício de 2018 (R\$ 2.952.674,52). Esta ação refere-se ao apoio administrativo às áreas finalísticas, quando foram custeadas as despesas de energia, telefonia fixa e móvel, locação de veículos, seguro, tarifas bancárias, taxas, combustível, link de dados, passagens aéreas, locação predial e outros serviços e itens necessários à manutenção e melhoria dos serviços ofertados aos usuários do SUS.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Ação apresentada durante a elaboração do PMS/PPA 2018-2021, a qual deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras.

Ação: Manutenção de Recursos Humanos da Gestão do SUS

Nº da ação na LOA: 4500	Meta Física: 206	Função: 10	Subfunção: 122	Tipo de Ação: Atividade
--------------------------------	-------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------------------

Finalidade: Manter os recursos humanos necessários ao funcionamento da administração pública.

Descrição da Ação: Despesas com a remuneração de pessoal (ativo, civil, militar) do município e encargos sociais.

Meta Orçamentária Total: R\$ 8.078.059,00

Responsável pela ação: Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde e Equipe Gestora.

Tabela 75

Atividades Previstas	Recursos Orçamentários (previstos) R\$	Fonte do Recurso	Recursos Orçamentários (Executados empenhados 2018)	Cronograma de Execução		
				1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
Coordenar todos os procedimentos relacionados a folha de pagamento, bem como na orientação e execução dos serviços observando o cumprimento dos cronogramas estipulados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Manter cadastro de servidores atualizados, lançar remunerações, incluir adicionais previstos em Lei, lançar incentivos, gratificações e auxílios, conferir prévia e efetuar pagamentos, entre outros.	8.078.059,00	0040.00.111	7.330.598,03	X	X	X
		0040.90.111	36.117,98	X	X	X
		0010.010.111	562.953,57	X	X	X
Total da ação	8.078.059,00		7.929.669,58			

Análise do Resultado da Execução da Ação/Atividade e a Análise da Execução Orçamentária.

Esta ação foi executada conforme o planejado. A meta física foi superada. A manutenção de recursos humanos de apoio à gestão é indispensável porque comporta os servidores que atuam diretamente com as todas as áreas finalísticas.

Nesta ação há 16 servidores a disposição com ônus para o órgão requisitante; 11 a disposição via convênio 001/2015, 03 a disposição com ônus para o órgão de origem, 06 de mandato classista, 32 de licença para tratar de interesses particulares, e 07 afastados os quais estão em Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Dos 211 servidores: 170 são efetivos, 2 efetivo/comissionado, 14 comissionado, 14 estagiários, 2 cedidos, 5 contrato temporário e *4 jovens empreendedores.

Recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos para o Plano Municipal de Saúde.

Esta ação foi uma das mais votadas durante as audiências públicas do PMS/PPA 2018-2021, razão pela qual a mesma deverá ser mantida nas próximas revisões do PMS/PPA e na elaboração da Programação Anual de Saúde/LOA, porém com alterações na nomenclatura da ação orçamentária, neste caso, se necessário, porém no detalhamento, plano operacional e metas físicas e financeiras deverão ser atualizados.